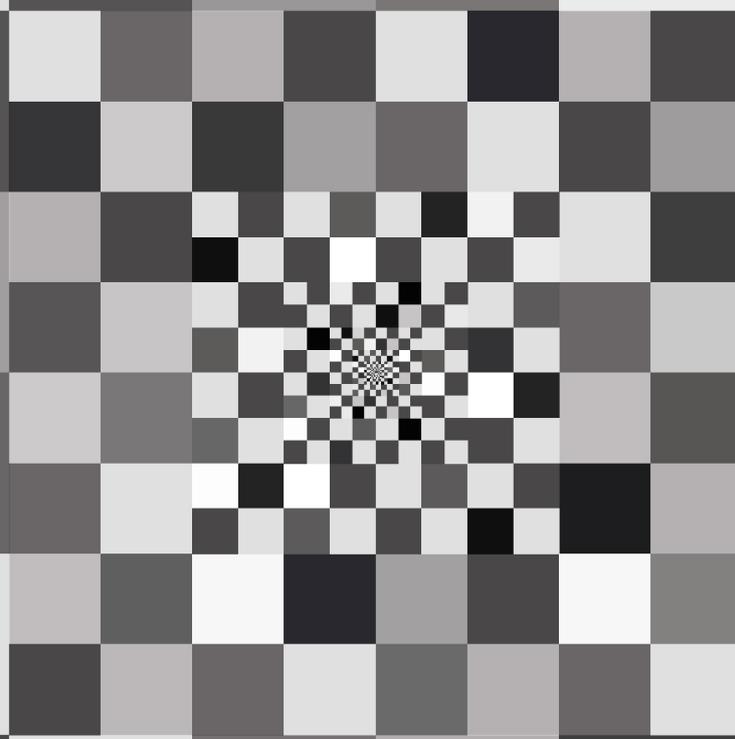


27

ano 7 | dezembro 2016

@metropolis



A

B

C

D

E

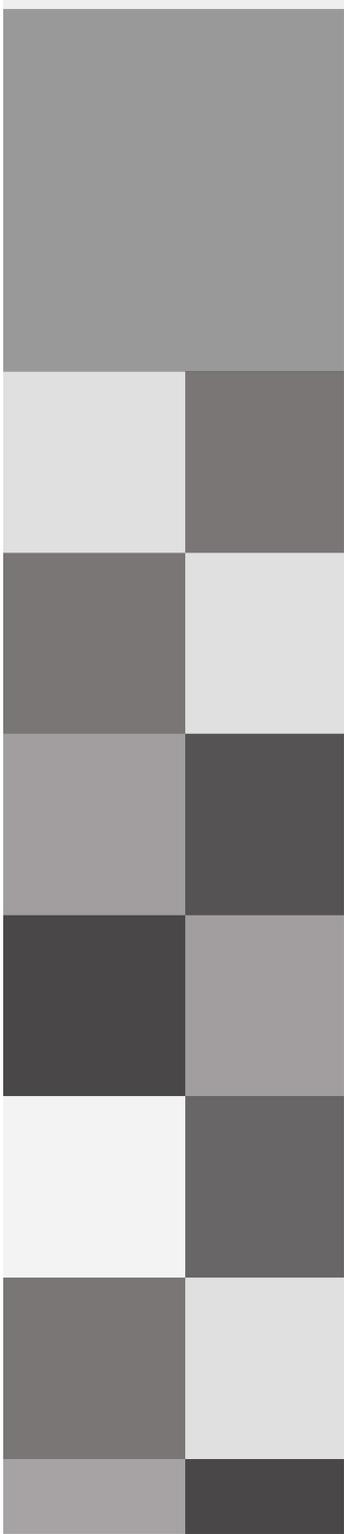
F

G

H

1 2 3 4 5 6 7 8

Revista
Eletrônica
de Estudos
Urbanos
e Regionais



revista eletrônica *e-metropolis*

ISSN 2177-2312

Vinculada à rede interinstitucional do Observatório das Metrópoles (UFRJ), a revista eletrônica de estudos urbanos e regionais *e-metropolis* é editada por uma equipe de professores e pesquisadores e tem por objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos filiados ao planejamento urbano e regional e áreas afins. A *e-metropolis* busca, portanto, se constituir como um meio ágil de acesso democrático ao conhecimento, que parte do ambiente acadêmico e almeja ir além deste, dirigindo-se a todas as pessoas que se interessam pela dinâmica da vida urbana contemporânea em seu caráter multidisciplinar.

Publicadas trimestralmente, as edições da *e-metropolis* mantêm, em geral, uma estrutura que se compõe em duas partes. Na primeira parte da revista encontram-se os artigos estrito senso, que iniciam com um artigo de capa, no qual um especialista convidado aborda um tema relativo ao planejamento urbano e regional e suas interfaces, seguido dos artigos submetidos ao corpo editorial da revista e aprovados por pareceristas, conforme o formato *blind-review*. A segunda parte é composta por uma entrevista, por resenhas de obras recém-lançadas (livros e filmes), pela seção especial - que traz a ideia de um texto mais livre e ensaístico sobre temas que tangenciem as questões urbanas - e, finalmente, pelo ensaio fotográfico, que faz pensar sobre as questões do presente da cidade por meio de imagens fotográficas.

Para submissão de trabalhos, o corpo editorial recebe artigos, ensaios fotográficos, resenhas e textos para a seção especial em fluxo contínuo, assim como sugestões e críticas. Para mais informações, sugerimos consultar o site da revista: www.emetropolis.net.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@bservatoriodasmetropoles.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

editores

Ana Carolina Christóvão
Carolina Zuccarelli
Eliana Kuster
Fernando Pinho
Juciano Martins Rodrigues
Patrícia Ramos Novaes
Pedro Paulo Machado Bastos
Renata Brauner Ferreira
Samuel Thomas Jaenisch
Thaís Velasco

conselho editorial

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)
Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)
Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)
Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)
Profª Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)
Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)
Prof Dr. João Seixas (ICS)
Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)
Profª Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)
Profª Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)
Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)
Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)
Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)
Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)
Profª Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)
Profª Drª. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)
Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)
Profª Drª. Rosa Moura (IPARDES)
Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)
Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)
Profª Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)
Profª Drª Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)
Profª Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 27 ▪ ano 7 | dezembro de 2016

Apresentamos mais uma edição da Revista e-metropolis ao público, reafirmando a nossa preocupação em englobar diferentes aspectos da vida urbana. Nessa edição, fazemos um passeio por temas diversos que vão da apropriação do espaço público por skatistas à relação entre industrialização e urbanização, enfatizando mais uma vez o caráter abrangente da nossa publicação.

Começamos pelo artigo de capa, no qual, partindo de uma exposição realizada no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) entre o final de 2014 e meados de 2015, Neil Brenner propõe um exame crítico do discurso em torno da noção de “urbanismo tático” como alternativa aos paradigmas modernista-estatista e neoliberal de intervenção urbana. Com este artigo esperamos contribuir com o debate também no Brasil.

Continuamos pelos artigos, iniciando com o artigo escrito por Nelson Diniz e Luciano Hermes da Silva, “Contra-uso skatista de espaços públicos no Rio de Janeiro”, no qual os autores fazem uma análise comparativa de casos particulares de apropriação de espaços públicos por skatistas na cidade do Rio de Janeiro. A reflexão sobre o tema possibilita compreender aspectos mais gerais dos conflitos relativos à apropriação e à produção social do espaço e que, dependendo dos contextos e interesses envolvidos, o skate pode ser visto desde prática reprimida e intolerada a uma prática absolutamente aceita nos movimentos mais amplos de promo-

ção da cidade.

No segundo artigo desta edição, “A cidade como problema sociológico: uma análise do pensamento de Georg Simmel e Louis Wirth”, Gabriel Tardelli busca tecer relações entre esses pensadores a partir dos textos seminiais *A metrópole e a vida mental* (1902) e de *O urbanismo como modo de vida* (1938). Tendo as relações sociais na cidade como objeto, Simmel e Wirth, com suas abordagens específicas, ainda contribuem para ativar a potência do pensamento crítico sobre a cidade e o sujeito urbano.

Em nosso terceiro artigo, “Sobre a relação indústria e urbanização”, Ricardo A. Paiva analisa a relação entre urbanização e industrialização fordista e flexível no contexto da produção e consumo do espaço. Para isso, o autor discute algumas teorias acerca do vínculo entre o processo de urbanização e a lógica da produção industrial desde seu surgimento até chegar a chamada “produção flexível”, destacando o impacto da urbanização desigual nos países periféricos.

Prosseguindo, no ensaio fotográfico, Elena Lucía Rivero nos apresenta “Monumentos abertos à dinâmica urbana”, que busca apreender os múltiplos significados e usos possíveis de um importante monumento da cidade de Belo Horizonte. Inaugurado em 1930, o Monumento à Terra Mineira, em toda sua natureza materialmente rígida, se mostra envolto, apropriado e reapropriado em função das dinâmicas sociais.

Na seção especial, a socióloga Ana Luisa Queiros oferece um relato do processo de produção do curta documentário “Garimpando Memórias: olhares femininos sobre o Morro D’Água Quente”. Esse encontro entre antropologia e cinema – como a autora o define – trata-se de um projeto audiovisual que procura reconstruir, a partir da perspectiva feminina, as narrativas do cotidiano do garimpo na década de 80, no distrito do Morro D’Água Quente, localizado na cidade de Catas Altas em Minas Gerais.

Nesta edição, contamos com a entrevista “Gentrificação na França. Considerações sobre a gênese e história do conceito na sociologia urbana francesa”, realizada com a socióloga Catherine Bidou Zachariasen, uma das primeiras pesquisadoras a analisar os processos de gentrificação nos grandes centros urbanos na França. Durante a entrevista, realizada pelos pesquisadores e editores da Revista e-metropolis, Patricia Novaes e Samuel Jaenisch, a pesquisadora relata sua trajetória acadêmica na sociologia urbana e como o conceito da gentrificação foi incorporado nas análises sobre as estratégias residências das novas classes médias.

Com mais esse número somado ao conjunto de edições da e-metropolis nos despedimos de nosso leitor, sempre convidando-o a aproveitar os diversos aspectos da vida urbana que colocamos em nossas páginas para refletir sobre esse que é um dos temas atuais mais fascinantes: as cidades e suas dinâmicas.

Até a próxima edição! ■

Índice

nº 27 ▪ ano 7 | dezembro de 2016

Capa

- 06** Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?
Is “tactical urbanism” an alternative to neoliberal urbanism?
Por Neil Brenner

Artigos

- 19** Contra-uso skatista de espaços públicos no Rio de Janeiro
Skateboarders’ counter-uses of public spaces in Rio de Janeiro
Por Nelson Diniz e Luciano Hermes da Silva
- 26** A cidade como problema sociológico: Uma análise do pensamento de Georg Simmel e Louis Wirth
An analysis on the Georg Simmel’s and Louis Wirth’s thoughts
Por Gabriel Tardelli

- 34** Sobre a relação indústria e urbanização
Regarding the industry and urbanization relationship
Por Ricardo Alexandre Paiva

Ensaio

- 44** Monumentos abertos à dinâmica urbana
Open monuments to urban dynamics
Por Elena Lucía Rivero

Especial

- 49** Garimpando memórias: fazer cinema e antropologia entre mulheres
Digging Memories: making cinema and anthropology among women
Por Ana Luisa Queiroz

Entrevista

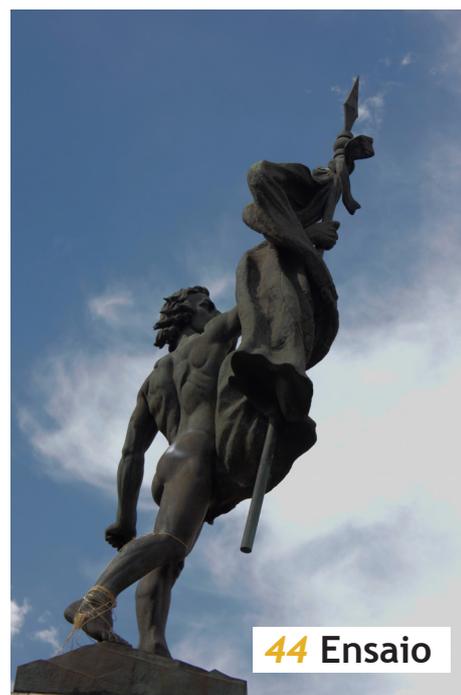
- 53** Gentrificação na França. Considerações sobre a gênese e história do conceito na sociologia urbana francesa
Gentrification in France. Considerations about genesis and history of the concept in French urban sociology
Com Catherine Bidou-Zachariasen
Por Patricia Novaes e Samuel Thomas Jaenisch

ficha técnica

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Paula Sobrino
paulasobrino@gmail.com

Revisão
Aline Castilho
alinecastilho1@hotmail.com

A Ilustração de capa foi feita por **Sergi Arbusà**, formado em Belas Artes, especializado em escultura pela Universitat de Barcelona e pela Nottingham Trent University, Inglaterra. É fundador e criador do coletivo artístico Penique Productions. Trabalha como artista em diferentes meios e mora entre Barcelona e Rio de Janeiro.
sergiarbusa@gmail.com
<http://www.peniqueproductions.com>



44 Ensaio

Neil Brenner

Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?

A

B

C

D

E

1 2 3 4 5 6

Neil Brenner

é professor de Teoria Urbana na Harvard Graduate School of Design (GSD). Sua escrita e ensino se concentram nas dimensões teóricas, conceituais e metodológicas das questões urbanas. Seu trabalho baseia-se em procura ampliar os campos de estudos críticos urbanos e regionais, economia geopolítica comparativa e teoria socioespacial radical. Os principais focos de investigação incluem processos de reestruturação urbana e regional e desenvolvimento espacial desigual; a generalização da urbanização capitalista; e os processos de reestruturação espacial do estado, com particular referência à reformulação das configurações de governança urbana, metropolitana e regional sob o capitalismo neoliberal contemporâneo..

nbrenner@gsd.harvard.edu

Tradução: Pedro Paulo Machado Bastos

INTRODUÇÃO

Quais tipos de benefícios o “urbanismo tático” poderia oferecer às cidades que vivem sob a tensão do rápido crescimento populacional, que intensifica a reestruturação industrial (agravando a situação das infraestruturas físicas sociais – que passam a ser consideradas inadequadas), que aumenta em níveis cada vez mais crescentes a polarização das classes sociais (mantendo precariamente o funcionamento de instituições públicas em geral), e que ajuda a proliferar os desastres ambientais e a vertiginosa alienação popular? Uma exposição apresentada sobre o crescimento desigual das cidades no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) pretendeu explorar essa questão através de intervenções especulativas formuladas por uma equipe de arquitetos cuja missão era apresentar propostas de desenho urbano para seis “megacidades” do mundo: Hong Kong, Istambul, Lagos, Mumbai, Nova York e Rio de Janeiro¹. Essa exposi-

1 A exposição foi realizada no MoMA, Nova York, de 22 de novembro de 2014 até 25 de maio de 2015. Está documentada em Pedro Gadanho (ed.), no livro *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities* (New York: The Museum of Modern Art, 2014). Para ler uma resenha, veja a de Mimi Zeiger, “Bottom-up, in-between and beyond: on the initial process of uneven growth,” post: Notes on Modern & Contemporary Art around the Globe, 4 de fevereiro de 2015: <http://post.at.moma.org/content_items/390-bottom-up-in-between-and-beyond-on-the-initial-process-of-uneven-growth>. Agradeço ao curador da exposição, Pedro Gada-

ção provocou um debate considerável a respeito da nossa condição urbana planetária contemporânea e, mais especificamente, sobre as capacidades profissionais dos arquitetos, designers, urbanistas e planejadores em conseguirem influenciar essa condição de forma mais progressista e produtiva.

Este debate é oportuno na medida em que os paradigmas herdados de intervenção urbana – desde aqueles presentes nos programas modernistas-estatistas da época do pós-guerra até as agendas “neoliberalizantes” e fundamentalistas do pós-1980 – parecem não ser mais viáveis de execução. Enquanto isso, como David Harvey observa em seu comentário sobre a exposição apresentada no MoMA, “a crise da urbanização planetária” está se intensificando. As megacidades e as economias territoriais mais amplas de que elas dependem parecem estar mal equipadas tanto em termos operacionais como políticos para resolverem os monstruosos problemas de governança e os conflitos sociais que enfrentam. Sob estas condições, Harvey declara sombriamente: “Estamos em meio a uma enorme crise – ecológica, social e política – de urbanização planetária sem que, aparentemente, consigamos conhecê-la ou mesmo delimitá-la”².

nho, por me convidar para contribuir com uma versão deste ensaio para a revista online do MoMA, e por sua exemplar integridade intelectual ao concordar em publicá-lo lá, apesar desta minha avaliação crítica do projeto.

2 David Harvey, “The crisis of planetary urbanization,” em *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*,



Contra esse pressentimento, os “urbanismos táticos” seriam capazes de oferecer soluções inteligentes, ou, pelo menos, jogar luz sobre algumas perspectivas mais produtivas que ajudassem a delinear a projeção de futuros urbanos alternativos ao que se vê hoje? Seria irrealista esperar que qualquer abordagem única da intervenção urbana resolvesse os “problemas perversos” que enfrentam os territórios urbanizadores contemporâneos, especialmente numa época em que os modelos herdados para moldar as nossas condições urbanas são tão amplamente questionados³. Entretanto, apesar do tom cautelosamente exploratório dos textos opinativos de seus curadores no catálogo da exposição, o projeto do MoMA sobre o crescimento desigual articula um forte conjunto de reivindicações sobre os potenciais do urbanismo tático⁴. De

fato, a própria decisão de dedicar as plataformas públicas do Departamento de Arquitetura e Design do MoMA a um conjunto de propostas em torno do que chamamos de “urbanismo tático” sugere uma afirmação desse conceito. Nos vários documentos e textos associados à exposição, a noção de urbanismo tático é apresentada a partir de um quadro interpretativo robusto para a compreensão de uma variedade de experimentos emergentes de projetos urbanos em megacidades contemporâneas. O curador do MoMA, Pedro Gadanho, justifica a escolha desse conceito como base para estimular o debate e a experimentação prática sobre possíveis caminhos futuros de intervenção no design urbano e, acima de tudo, como meio de promover a “justiça social na concepção e apropriação do espaço urbano”⁵. À medida que a busca por novas abordagens para reorganizar nosso futuro urbano planetário coletivo ganha urgência crescente, esses discursos amplamente afirmativos em torno de um urbanismo tático exigem um exame crítico⁶.

ed. Pedro Gadanho (New York: The Museum of Modern Art, 2014), p. 29.

3 Sobre esses “problemas perversos” na área do planejamento urbano, ver artigo de Horst Rittel e Melvin Webber, “Dilemmas in a general theory of planning”, *Policy Sciences* 4 (1973), pp. 155–69.

4 Ver Barry Bergdoll, “Preface”, e Pedro Gadanho, “Mirroring uneven growth: a speculation on tomorrow’s cities today”, em *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*, ed. Pedro Gadanho (New York: The Museum of Modern Art,

2014), pp. 11–25.

5 Pedro Gadanho, “Mirroring uneven growth,” pp. 23.

6 Enquanto este capítulo foca principalmente nas agendas e visões apresentadas na exposição do MoMA, a noção de urbanismo tático atraiu um interesse, um engajamento e um deba-



Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities



Digital Image © 2014 MoMA, N.Y.

This image will display properly on a monitor calibrated to 5500K, 2.2 gamma when using the embedded working space profile

CRISE URBANA, RESPOSTAS TÁTICAS

No catálogo da exposição, Gadanh e vários outros curadores e pensadores urbanos influentes em nível internacional (incluindo Barry Bergdoll, Ricky Burdett, Teddy Cruz, Saskia Sassen e Nader Tehrani) enquadram a compreensão do urbanismo tático que fundamentou essa mostra. Eles oferecem uma variedade de reflexões contextuais e formulações interpretativas para explicar os elementos essenciais do urbanismo tático. Em meio a orientações e preocupações díspares, surgiram vários pontos de convergência:

- O urbanismo tático surge no contexto de uma crise de governança mais ampla nas cidades contemporâneas, em que tanto os Estados como os mercados falharam sistematicamente na entrega de bens públicos básicos (como habitação, transporte e espaço público) às populações urbanas em rápida expansão.
- O urbanismo tático não é um movimento ou técnica unificado, mas uma rubrica geral através da qual se pode captar uma ampla gama de projetos urbanos emergentes, provisórios, experimentais e *ad hoc*;
- O urbanismo tático é mobilizado “de baixo para cima” através de intervenções organizacionais, culturais e ideologicamente diversas para enfrentar as questões urbanas emergentes. Os designers profissionais, bem como governos, desenvolvedores e corporações, em geral, podem participar e estimular ativamente o urbanismo tático. Mas, suas fontes geradoras devem estar fora do controle de qualquer ideologia específica de especialistas ou qualquer instituição específica, classe social ou coligação política;
- O urbanismo tático propõe modos de intervenção imediatos, “acupunturais”, em relação a questões locais vistas como extremamente urgentes por seus proponentes. Seu horizonte de tempo é, portanto, relativamente curto, até mesmo “impulsivo” e “espontâneo”. Sua escala espacial também tende a ser relativamente circunscrita a um

limite bem determinado – por exemplo, ao parque, ao prédio, à rua ou ao bairro;

- Projetos específicos de urbanismo tático podem evoluir de forma fluida em relação a mudanças mais amplas nas condições político-econômicas, arranjos institucionais ou dinâmicas de coalizão. Essas qualidades de maleabilidade e de abertura são amplamente elogiadas nas discussões sobre o urbanismo tático, geralmente em contraste com os planos abrangentes, os códigos jurídicos formais e os esquemas rígidos que caracterizavam os projetos modernistas-estatistas de intervenção urbana;
- O urbanismo tático geralmente promove uma visão de base, participativa, prática e de “faça você mesmo” de reestruturação urbana, na qual aqueles que são mais diretamente afetados por uma questão mobilizam-se ativamente para enfrentá-la, podendo, ainda, mobilizar-se continuamente para influenciar a evolução dos métodos e das metas necessárias de alcance. Por esta razão, o urbanismo tático é, muitas das vezes, apresentado como um modelo de ação de “fonte aberta” e como uma forma de “reapropriação” do espaço urbano por seus usuários.

A maioria dos comentaristas envolvida na referida exposição apresenta projetos urbanísticos táticos como alternativa aos paradigmas modernista-estatista e neoliberal de intervenção urbana – por exemplo, porque se fundamentam na democracia participativa; porque visam a promover a coesão social; porque não são formalmente pré-programados ou impostos “de cima para baixo”. Contudo, é o perfil da oposição do urbanismo tático às formas modernas e abrangentes de planejamento urbano aquele que mais fortemente foi demarcado nas narrativas bastante extensivas associadas à mostra. Estas narrativas argumentam que os modos modernista-estatista de planejamento urbano recuaram devido à ascendência ideológica do neoliberalismo, estando muito associada, além disso, ao “desmantelamento dos Estados-nações” (Saskia Sassen) desde os anos 1980. Na medida em que alguns elementos e ramificações dessa tradição ainda estão sendo mobilizados nas megacidades do mundo em desenvolvimento através de um planejamento holístico e abrangente de “ação de cima para baixo”, eles estão frequentemente “envolvidos em políticas ineficientes, burocracia corrupta e insuficiência econômica” (Pedro Gadanh). O urbanismo tático é assim apresentado como um potencial paliativo para remediar certos problemas urbanos que as instituições estatais e os procedimen-

te mais amplos entre as disciplinas de design e de outras para além dessa. Para ver resenhas e explicações de alguns dos proponentes desse conceito, ver Mike Lydon e Anthony Garcia, *Tactical Urbanism: Short-Term Action for Long-Term Change* (Washington, D.C.: Island Press, 2015); Jaime Lerner, *Urban Acupuncture* (Washington, D.C.: Island Press, 2014); e Karen Franck e Quentin Stevens (eds.), *Loose Space: Possibility and Diversity in Urban Life* (New York: Routledge, 2007).

tos formais de planejamento urbano, em particular, não conseguiram discutir adequadamente até agora.

CORROMPER O URBANISMO NEOLIBERAL?

No entanto, apesar das muitas afirmações otimistas dos contribuintes para a exposição “Uneven Growth”, é necessário reconhecer que não está muito claro o conhecimento sobre a melhor maneira de os projetos associados ao urbanismo tático combaterem efetivamente o urbanismo neoliberal. De fato, especialmente à luz da retórica estridentemente antiplanejamento que permeia muitas intervenções táticas urbanas – e sua tendência em privilegiar mobilizações informais, incrementais e *ad hoc* sobre programas de reforma de maior escala e de longo prazo financiados publicamente –, parece razoável perguntar de que maneira, na realidade, essa alternativa geraria qualquer fricção mais séria contra o neoliberalismo e, principalmente, sobre sua capacidade de corrompê-lo⁷. Em alguns casos, os tipos de urbanismos táticos parecem mais propensos a reforçar os urbanismos neoliberais, aliviando-os temporariamente, ou talvez simplesmente deslocando alguns de seus efeitos sociais e espaciais perturbadores, mas sem interromper os regimes básicos associados a um desenvolvimento urbano – tudo isto sem desafiar a confiança fundacional das instituições governamentais que sustentam o projeto neoliberal.

A relação entre as formas de urbanismo tático e neoliberal é, assim, consideravelmente mais complexa, contenciosa e confusa do que é geralmente reconhecido nas contribuições para o debate sobre o crescimento desigual mostradas na exposição, assim como em outras afirmações contemporâneas a respeito dessas abordagens mais táticas. Não se pode simplesmente presumir que, por causa de suas lógicas operacionais ou orientações político-normativas, as intervenções táticas vão de fato contra-atacar o urbanismo neoliberal. Pelo contrário, como ilustra a lista abaixo, não se pode imaginar menos de cinco tipos específicos de relação entre esses projetos, dos quais apenas dois (4 e 5 na lista) podem envolver algum tipo de desafio à política urbana fundamentalista de mercado. Há pelo menos três cenários altamente plausíveis nos quais o urbanismo tático terá impactos insignificantes ou ativamente benéficos sobre um re-

gime de regras urbanas “neoliberalizadas”:

- **Cenário 1: reforço.** O urbanismo tático alivia algumas das falhas de governança e consequências socioespaciais disruptivas do urbanismo neoliberal, mas sem ameaçar seu controle sobre o marco regulatório que governa o desenvolvimento urbano.
- **Cenário 2: entrincheiramento.** O urbanismo tático internaliza uma agenda neoliberal (por exemplo, relacionada a uma diminuição do papel das instituições públicas e/ou uma extensão das forças de mercado) e, assim, contribui para o posterior enraizamento, consolidação e extensão do urbanismo neoliberal.
- **Cenário 3: neutralidade.** O urbanismo tático surge em espaços intersticiais que não são nem funcionais nem perturbadores ao projeto neoliberal. Coexiste, assim, com o urbanismo neoliberal em uma relação que não é simbiótica nem parasitária, tampouco destrutiva.
- **Cenário 4: contingência.** O urbanismo tático abre um espaço de experimentação regulatória que, sob certas condições, contribui para a subversão dos programas neoliberais. Mas, em outros contextos, com muitas das mesmas condições presentes, isso não ocorre. Os impactos do urbanismo tático sobre o urbanismo neoliberal são, portanto, contingentes; esses impactos dependem diretamente de fatores extrínsecos a ele.
- **Cenário 5: subversão.** O urbanismo tático interrompe as lógicas básicas de uma governança urbana orientada para o crescimento e orienta-se para futuros urbanos alternativos baseados em formas mais profundas de inclusão, equidade social, democracia de base e justiça espacial.

O urbanismo tático pode ser narrado como uma alternativa autoevidente ao urbanismo neoliberal; mas, devemos perguntar: sendo este realmente o caso, como, onde, sob que condições, por quais métodos, quais consequências e para quem? O esclarecimento destas questões (inegavelmente complicadas) é essencial para se fazer qualquer consideração mais séria dos potenciais e limites do urbanismo tático em condições contemporâneas.

VICISSITUDES E VARIEDADES DO URBANISMO NEOLIBERAL

O urbanismo neoliberal, é bom sublinhar, não se trata de uma formação unificada e homogênea de gover-

⁷ O texto-chave sobre as formas neoliberais de governança urbana continua sendo o clássico ensaio de David Harvey: “From managerialism to entrepreneurialism: the transformation of urban governance in late capitalism”, *Geografiska Annaler: Series B Human Geography* 71, no. 1, pp. 3–17, 1989.

nança urbana, mas representa uma síndrome ampla de instituições, políticas e estratégias regulatórias de mercado⁸. Embora certamente ligada à ideologia do capitalismo de livre mercado, esta síndrome assumiu formas políticas, organizacionais e espaciais profundamente variadas em diferentes lugares e territórios do mundo e suas expressões político-institucionais têm evoluído consideravelmente desde as crises econômicas globais e os choques geopolíticos da década de 1970. Porém, diante de toda a diversidade contextual e mutação evolutiva, o denominador comum dos urbanismos neoliberais é o projeto fundamentalista do mercado de ativação das instituições públicas locais e capacitação dos atores privados para estender a mercantilização no tecido social urbano, coordenando a vida coletiva da cidade através de relações de mercado e promovendo, assim, o dismantelamento de espaços urbanos não mercantilizados e autogestionários.

Como observou sucintamente Teddy Cruz, tudo isso tem promovido a “mudança do perfil das urbanizações beneficiando o modelo de muita lucratividade urbana para poucos”. Considerando a ideia de que “as urbanizações beneficiando muitos” corresponda amplamente aos megaprojetos agora desacreditados vinculados às técnicas de planejamento modernista-estatista, a promoção do “lucro urbano para poucos” tem sido a tendência predominante desde a década de 1980, tanto no mundo capitalista mais antigo, como no antigo mundo socialista do Estado e na maior parte do mundo pós-colonial e em desenvolvimento. Apesar da abundância de variações interterritoriais, de resistência social, de contestação política, mas também de repressão bastante contundente, essa tendência persiste, e até vem se intensificando, através das muitas ondas de reestruturação industrial e de crise financeira que “ricochetearam” em todas as zonas da economia mundial desde aquele período – especialmente desde a mais recente “grande recessão” da última metade da década. Os padrões de “crescimento desigual” examinados na exposição do MoMA devem ser entendidos como expressões diretas de um produto. Nader Tehrani destaca, de forma produtiva, esse ponto fundamental na sua contribuição para o catálogo da exposição, questionando se as condições urbanas nas megacidades contempo-

râneas resultariam menos de percalços de projetos anteriores, crescimento populacional explosivo ou da expansão física sintetizada na ausência das condições básicas para uma política de bem-estar social: acesso à educação, à saúde e à moradia⁹.

Portanto, não seria nem a condição urbana contemporânea “como tal” tampouco as ineficiências do planejamento urbano pós-guerra, modernista-estatista, que mais diretamente acionaram para as situações e problemas aos quais as formas contemporâneas de urbanismo tático estão procurando responder. Ao invés disso, os urbanismos táticos de hoje vêm surgindo em contextos poderosamente corrompidos e remodelados por formas histórico-geográficas específicas de urbanização neoliberal, baseadas no projeto de classe que restringe o “direito à cidade” (Henri Lefebvre) aos mais ricos, à elite e aos poderosos, reorientando grandes investimentos públicos e regimes políticos de modo que esse projeto seja priorizado acima de todos os outros¹⁰. Apesar de suas persistentes falhas de governança, de suas consequências socioambientais poderosamente destrutivas e de suas – cada vez mais – evidentes vulnerabilidades ideológicas, o neoliberalismo continua representando o “senso comum” assumido sobre o qual a prática de desenvolvimento urbano em todo o mundo ainda está sendo forjada. A questão de como os designers podem contribuir para futuros urbanos alternativos deve, portanto, ser enquadrada mais diretamente – e, na minha perspectiva, muito mais combativamente – em relação à aparente resiliência e elasticidade das formas neoliberais de governança urbana.

Uma consequência importante a ser percebida nessas observações é a proposição de que as disciplinas de arquitetura e design poderiam aumentar significativamente sua capacidade de realizarem intervenções urbanas duradouras e progressivas, engajando-se mais sistematicamente em questões de um (re)projeto institucional – isto é, criando um sistema de regras vinculadas coletivamente de modo a governar a produção, uso, ocupação e apropriação do espaço¹¹. Estes últimos são pontos indiscutivelmente ainda mais essenciais para as visões ambiciosas futuras das megacidades propostas na exposição *Uneven*

8 Ver Neil Brenner, Jamie Peck and Nik Theodore, *The Afterlives of Neoliberalism*. Civic City Cahiers (CCC) (London: Bedford Press / Architectural Association, 2012); Neil Brenner, Jamie Peck e Nik Theodore, “Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways,” *Global Networks* 10, no. 2, pp. 182–222, 2010; e Jamie Peck, Nik Theodore e Neil Brenner, “Neoliberalism resurgent? Market rule after the great recession,” *South Atlantic Quarterly* 111, no. 2, pp. 265–88, 2012.

9 Nader Tehrani, “Urban challenges: specifications of form and the indeterminacy of public reception”, em *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*, ed. Pedro Gadanho (New York: The Museum of Modern Art, 2014), p. 60.

10 Ver David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism* (Oxford: Oxford University Press, 2005).

11 Para ver um argumento paralelo, busque por Jerold Kayden, “Why implementation matters,” *Harvard Design Magazine* 37 (2014): 57–59. Elaboraões adicionais são mostradas de forma produtiva em Simin Davoudi e Ali Madanipour (eds.), *Reconsidering Localism* (London: Routledge, 2015).

Growth do que os projetos táticos e acupunturais de reestruturação física e infraestrutural em si com os quais se concentra a maior parte da exposição. De fato, não havendo um papel de participação mais assertiva das instituições governamentais – financiadas publicamente por meio de um regime tributário mais justo, democraticamente legitimado, legalmente regulamentado e transparente, além de orientado para o interesse público – é difícil imaginar como as propostas táticas dos urbanistas apresentadas na exposição poderiam atingir os impactos de maior escala e longo prazo com os quais os contribuintes da mostra se mostraram preocupados.

É aqui onde deparamos com uma contradição potencialmente séria. A retórica antiestatal e antiplanejamento de muitas intervenções táticas urbanistas pode, na prática, reduzir significativamente a capacidade de enfrentar os desafios, aumentando, por outro lado, os riscos de insucesso. Na medida em que os defensores do urbanismo tático enquadram sua agenda como uma alternativa ao papel ativista das instituições públicas na produção do espaço urbano, podem acabar reforçando os regimes neoliberais aos quais eles aparentemente fazem oposição. Isso não é, de forma alguma, sugerir que os projetos de urbanismo tático devem ignorar os sérios deficits da ação estatal nas megacidades contemporâneas. Pelo contrário, a crítica de como as políticas de Estado voltadas para o mercado (incluindo a privatização, a desregulamentação e a liberalização) vem minando as instituições públicas em prol de formas de privatizadas de apropriação urbana é essencial para implantar qualquer projeto contraneoliberal e re-regulador. Mas, tão importante, neste contexto, é a demanda coletiva por um apoio público mais amplo às dimensões-chave da reprodução social, que são as infraestruturas básicas associadas à habitação, ao transporte, à educação, ao espaço público, à saúde, à recreação, à expressão cultural etc.¹² O ponto aqui, então, é simplesmente observar a tendência de se gerar profundas tensões entre o projeto de se encontrar alternativas viáveis ao urbanismo neoliberal e a qualquer tradição de intervenção urbana, tática ou não, que procure distanciar-se das instituições, atribuições e responsabilidades do Estado.

Em sua contribuição para o catálogo da exposição *Uneven Growth*, Teddy Cruz oferece uma formulação precisa e assertiva dos principais desafios associados a esse estado da arte, especialmente entre os arquitetos e designers:

12 Quem dá alta relevância a essas questões é Robert Lake, em “Bring back big government,” *International Journal of Urban and Regional Research* 26, no. 4, pp. 815–822, 2002.

Without altering the exclusionary policies that have decimated a civic imagination in the first place, architecture will remain a decorative tool to camouflage the neoconservative politics and economics of urban development that have eroded the primacy of public infrastructure worldwide [...] the major problems of urbanization today [...] are grounded in the inability of institutions of urban development to more meaningfully engage urban informality, socioeconomic inequity, environmental degradation, lack of affordable housing, inclusive public infrastructure, and civil participation.¹³

Esse é fundamentalmente o dilema da questão: como os urbanismos táticos podem fazer mais do que servir de “camuflagem” às vicissitudes, aos deslocamentos e às tendências de crise do urbanismo neoliberal? A formulação de Cruz ressalta uma das condições-chave sob as quais essa alternativa poderia começar a ser posta em prática: através da reformulação do design, não apenas como uma “ferramenta decorativa” ou conjunto formal de técnicas de contratação pelas classes dominantes, mas como base para se fazer perguntas críticas acerca do urbanismo contemporâneo, funcionando, do mesmo modo, como um conjunto de capacidades criativas coletivas compartilhadas através das quais pode ser “coproduzida a cidade, assim como novos modelos de convivência e coexistência para se avançar na agenda de inclusão socioeconômica”. Esses objetivos não podem ser realizados simplesmente através do redesenho e da reapropriação de locais físicos específicos dentro da cidade, pois exigem a criação de “um novo papel para uma política progressista, [e] uma forma de governo mais eficiente, transparente, inclusiva e colaborativa”¹⁴. Ou seja, a busca por urbanismos alternativos exige a criação não só de novos espaços urbanos, mas de novos espaços de Estado, também.

DESVIO, RETIRADA, REGRESSÃO...

Essas considerações fornecem uma perspectiva crítica

13 Cruz, “Rethinking uneven growth”, p. 51. Em tradução livre: “Sem alterar as políticas de exclusão que dizimaram uma imaginação cívica, a arquitetura continuará a ser uma ferramenta decorativa para camuflar a política neoconservadora e a economia do desenvolvimento urbano que têm corroído a primazia da infraestrutura pública mundial [...] os principais problemas da urbanização hoje [...] baseiam-se na incapacidade das instituições de desenvolvimento urbano de cuidar, de forma mais significativa, da informalidade urbana, da desigualdade socioeconômica, da degradação ambiental, da falta de habitação acessível, da infraestrutura pública inclusiva e a participação civil”.

14 *Ibid.*, 55.

a partir da qual se pode examinar mais a contento algumas das propostas de design para megacidades contemporâneas em exibição no MoMA's Uneven Growth naquela ocasião. A função de Gadanho, do curador do MoMA, para as seis equipes de design não era apenas propor uma intervenção tática para uma megacidade específica— “perspectivas acupunturais sobre como a mudança para melhor poderia ser induzida em diversos contextos urbanos” —, mas, ao fazê-lo, oferecer uma nova perspectiva de como uma arquitetura socialmente engajada poderia refletir-se, tanto hoje como no futuro. Devemos, portanto, considerar os materiais expositivos, ao mesmo tempo, como possíveis cenários para um futuro urbanismo e, também, como visões de como as disciplinas de design podem usar abordagens táticas para contribuir para a realização dessas projeções. Gadanho enfatiza que o objetivo da exposição não é oferecer soluções imediatas para os problemas urbanos atuais, mas apresentar visões mais amplas e especulativas que possam “alimentar o debate público sobre essas questões”. Concomitantemente, ele enfatizou adequadamente a necessidade de escalabilidade, ou seja, a perspectiva de uma aplicação translocal de ideias táticas progressivas — “soluções que poderiam ser replicadas em contextos diferentes”. Mesmo que aproveitem as capacidades especulativas do design, as propostas exibidas na exposição não são claramente significadas para que sejam vistas como ficções puras, pois são apresentadas como ferramentas críticas “para refletir sobre os problemas de hoje”.¹⁵

A minha impressão é que apenas algumas das propostas de design apresentadas na exposição respondem eficazmente a esta missão. Enquanto os teóricos da exposição concordam amplamente sobre os contornos de um urbanismo tático, há evidentemente uma confusão considerável, ou talvez simplesmente uma divergência, sobre o significado e implicações desta noção entre os próprios designers. Embora todos os cenários de projeto sejam apresentados sob a rubrica compartilhada do urbanismo tático, alguns têm pouca semelhança com uma intervenção acupuntural, participativa, e de fonte aberta. De fato, várias das propostas de projeto apresentadas na exposição envolvem megaprojetos em larga escala acompanhados de transformações na paisagem que provavelmente só poderiam ser implementadas através de um poderoso e bem-dotado aparato estatal. Logo, são difíceis de encarar como mais do que resultados parciais de métodos táticos. Enquanto isso, outras propostas de projeto são consistentemente enquadradas em parâmetros táticos, mas produzem

uma visão do futuro urbano inteiramente compatível com as prioridades neoliberais. Tais intervenções podem responder de forma eficaz às questões especulativas sobre o futuro das megacidades colocadas para as equipes de design, embora ignorem as complexidades de explorar alternativas reais ao sistema atualmente dominante de regra do mercado.

Várias propostas contornaram inteiramente questões aplicáveis. Com base em esforços de pesquisa locais e visualizações associadas, eles propõem soluções de design relativamente descontextualizadas dos problemas prementes do desenvolvimento das megacidades — por exemplo, em relação à escassez de água, à falta de terras para habitação, aos estrangulamentos de transporte ou às questões de fornecimento de energia. De fato, várias das propostas podem ser mais facilmente classificadas dentro do gênero bastante familiar de fantasias distópicas de design e profecias tecnológicas em relação às quais o curador Pedro Gadanho propõe distinguir considerando o projeto mais socialmente engajado do MoMA. Por coligarem as formidáveis restrições associadas à implementação de um projeto sob um regime de regras neoliberalizado, esses cenários de projeto permanecem em um nível puramente hipotético, como visões de um universo alternativo utópicas no sentido literal da palavra, já que não estão localizados em nenhum lugar. Assim, esses projetos põem inegavelmente em evidência as capacidades do pensamento contemporâneo do design, muitas vezes com impressionantes recriações visuais, mas que teriam um impacto consideravelmente maior caso a viabilidade para a realização desses projetos fosse mais séria e previamente debatida. Tais propostas podem muito bem ter outros méritos — por exemplo, compromissos criativos com ambientes específicos de megacidade e contribuições para a cultura arquitetural global. No entanto, os espectadores que procuraram na mostra Uneven Growth alguns recursos intelectuais e práticos para elaborar alternativas ao urbanismo neoliberal não se viram suscetíveis de encontrarem respostas plausíveis para as suas preocupações.

ABERTURAS ESTRATÉGICAS?

Entre as contribuições para a exposição Uneven Growth que mais diretamente tentaram mobilizar intervenções táticas como parte de um “ataque” mais amplo ao urbanismo neoliberal, os cenários elaborados pela equipe de design de Mumbai (Laboratório URBZ / Ensemble-POP), a equipe de design de Istambul (Atelier d'Architecture Autogérée / Superpol) e uma das equipes da cidade de Nova York (Co-habitation Strategies-CohStra) são particularmente

¹⁵ Gadanho, “Mirroring uneven growth”. Todas as citações no parágrafo precedente variam das páginas 16 a 23.

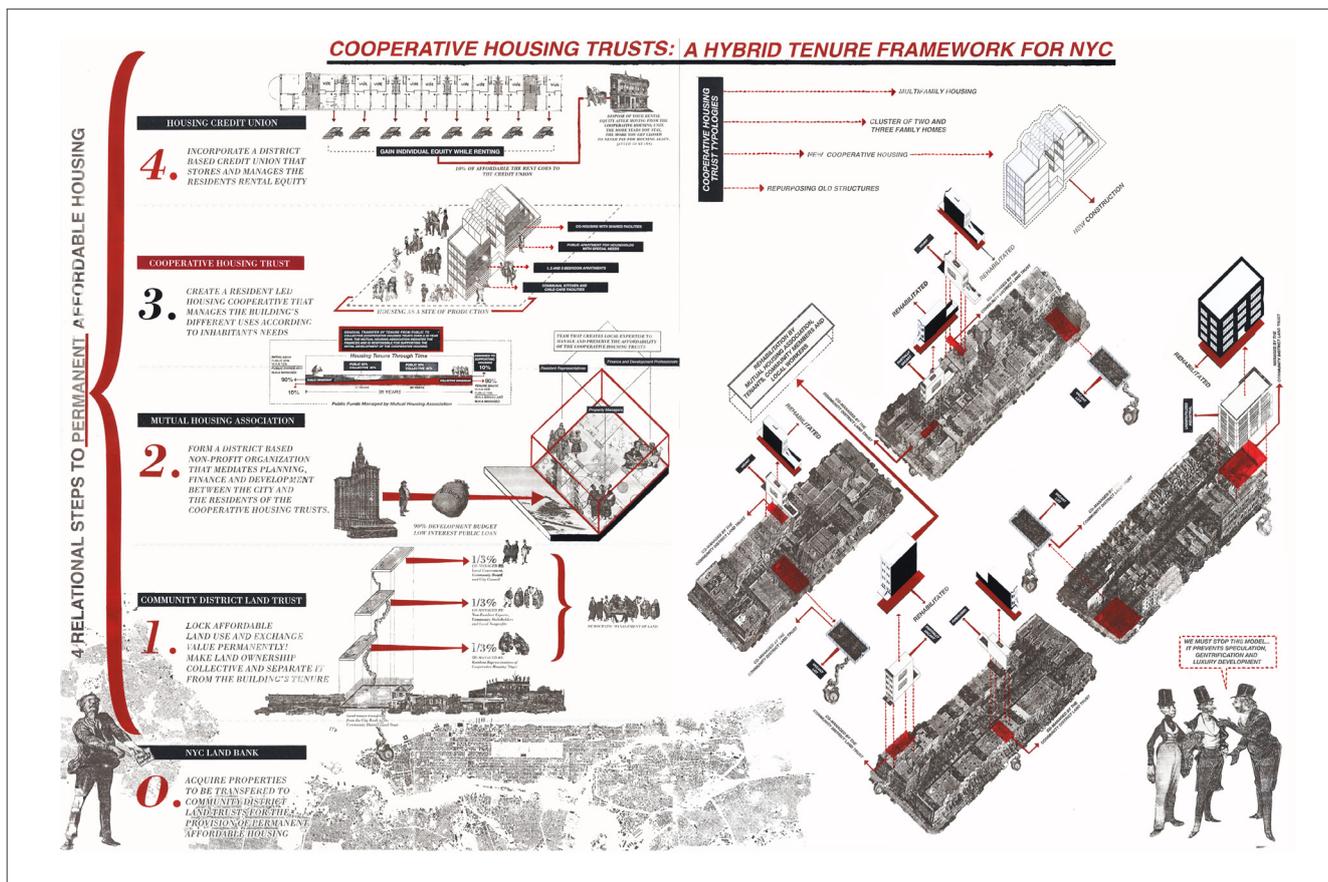
promissoras. Particularmente, cada uma das equipes assentou suas estratégias através de um engajamento particular com a questão da habitação, que tem sido um terreno fundamental de intervenção de projeto e luta política ao longo da história da urbanização capitalista, e que, certamente, é marca fundamental deste “planeta das favelas”. Seguros do que propunham, as equipes ilustraram como uma visão ampliada do design – como um conjunto de capacidades combinadas de intervenção espacial, empoderamento social e crítica política – poderia contribuir para a luta em curso por intermédio de urbanismos alternativos.

As propostas de Mumbai, apresentadas pelo laboratório URZ / Ensemble-POP, mobilizaram intervenções táticas para proteger os chamados bairros de “favelas”, como Dharavi e Shivaji Nagar em crítica às pressões da especulação imobiliária associadas à economia amplamente neoliberalizada e financeirizada de Mumbai. Esta foi uma proposta multifacetada, refletindo, talvez, as diferentes posições das equipes de projeto em relação à própria favela (URZ é um grupo de designers ativistas com forte enraizamento nos bairros pobres de Mumbai, enquanto o laboratório POP é baseado no Massachusetts Institute of Technology – MIT). No núcleo, o projeto apresenta uma série de estratégias de projeto incremental para promover uma visão alternativa da “favela” como um espaço de produtividade e criatividade – uma “tábula

pronta”, na visão da equipe, ao invés de uma tábula rasa que pudesse ser prontamente arrasada para dar lugar a novas zonas de habitação de massa. Em vez de imporem um novo protótipo de habitação partindo de fora para dentro, os projetistas propuseram aprimorar práticas espaciais de urbanização que já estão em curso nesses bairros – tais como a integração de espaços residenciais com espaços de trabalho, ou com as “casas de ferramentas” [*tool houses*] existentes por lá. Ao fornecer um modelo de construção que permite aos moradores construir novas plataformas para o trabalho e para a vida cotidiana em pavimento superior ao de suas casas, cria-se, assim, uma rede de “supraestruturas” em um plano extensivo como um “tapete mágico” acima das telhas, mostrando como novas possibilidades de desenvolvimento econômico local endógeno e de interação social são vislumbradas. Os potenciais de desenvolvimento assim desencadeados serviriam de contraponto forte às ideologias dominantes da favela como espaço de atraso e de patologias, estimulando a elaboração de um padrão de crescimento urbano menos polarizado no tecido urbano-metropolitano.

Perguntas espinhosas permanecem, naturalmente, sobre o grau em que as intervenções táticas propostas poderiam, por si mesmas, proteger os bairros estrategicamente localizados em áreas pressionadas pela especulação imobiliária, especialmente na ausência de





um movimento político mais amplo que questione o modelo de mercado urbano em crescimento no qual a cidade de Mumbai se enredou após a liberalização da economia indiana na década de 1990. Por meio de quais mecanismos institucionais e coalizões políticas poderiam garantir a segurança dos moradores de favelas que vivem em zonas da cidade consideradas atrativas pelos interesses da “máquina de crescimento”? Como o geógrafo radical Neil Smith apontou há algum tempo, quando as instituições do governo local se alinham com os interesses do desenvolvimento para explorar esse rent gap no mercado de terra urbano, a resistência organizada provavelmente será enfrentada por meio de uma forte repressão¹⁶. No entanto, não há dúvida de que o design tem um papel fundamental a desempenhar na defesa de populações vulneráveis e bairros contra um maior desalojamento, desapropriação e deslocamento espacial. A proposta de Bombaim pelo laboratório URBZ / Ensemble-POP coloca esta questão de forma muito produtiva na agenda da exposição. Espera-se que inspire outros designers a assumirem esse modelo em outras megacidades, em colaboração com os habitantes e movimentos sociais locais, além de organizações não governamentais que compartilhem das mesmas

preocupações¹⁷.

Enquanto as propostas de projeto apresentadas pelas equipes de Istambul e de Nova York contêm importantes elementos arquitetônicos / morfológicos (pertencentes, por exemplo, a edifícios, infraestruturas e bairros), seu radicalismo criativo está fortemente enraizado em novos modelos de arranjos institucionais que capacitariam cada cidade, levando os habitantes de baixa ou média renda a ocuparem, apropriarem e regenerarem espaços atualmente abandonados, degradados ou sujeitos a novas formas de vulnerabilidade. No contexto de Nova York, a equipe da CohStra concentrou-se em uma variedade de espaços intersticiais ou subutilizados no núcleo da cidade – de lotes vagos e prédios abandonados a vários tipos de provisões de habitação de menor densidade – para propor uma estrutura alternativa para a propriedade da terra, provisão de habitação (associações de moradores), gestão de edifícios (cooperativas de habitação fiduciária) e financiamento doméstico (cooperativas comunitárias de crédito).

16 Neil Smith, *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City* (New York: Routledge, 1996).

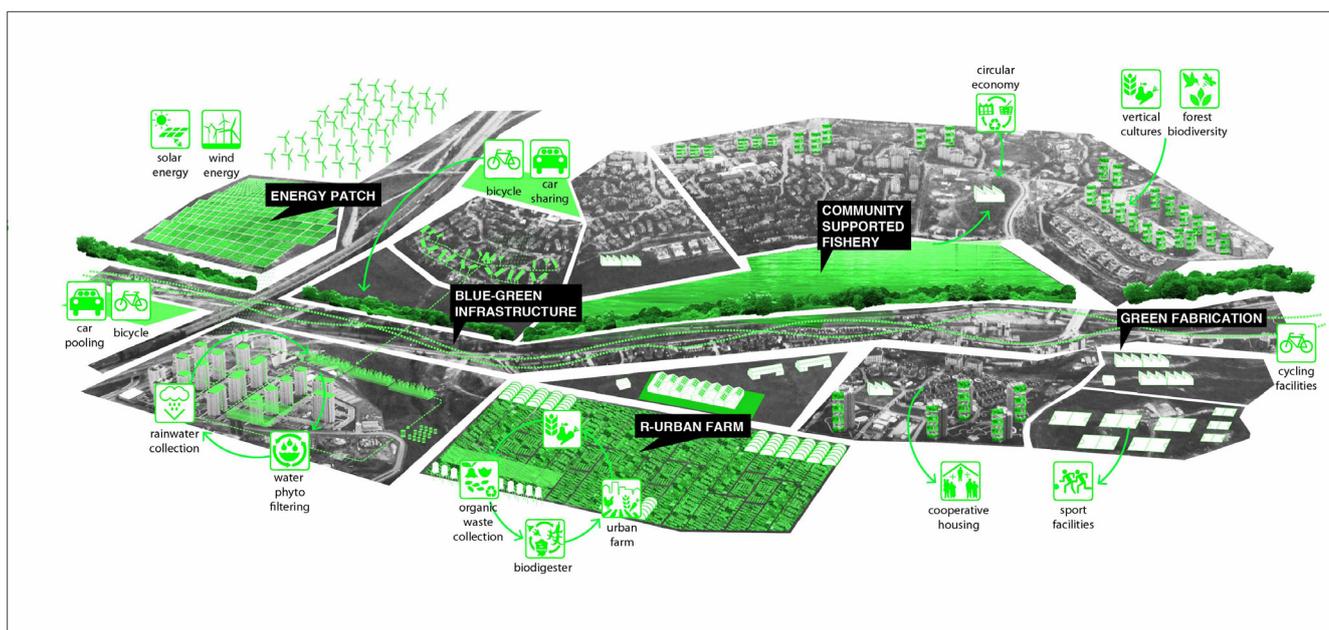
17 Para saber mais detalhes de como a equipe da URBZ procura desenvolver seu trabalho em Dharavi, além de suas ponderosas críticas sobre as diversas ideologias desenvolvimentistas associadas à “narrativa da favela”, veja Matias Echanove and Rahul Srivastava of URBZ, *The Slum Outside: Elusive Dharavi* (Moscow: Strelka Press, 2014).

No caso de Istambul, a proposta de design do Atelier *d'Architecture Autogérée* destina-se aos complexos habitacionais de massa que foram construídos para as classes médias mais burguesas durante o período pós-1990 pela Agência de Desenvolvimento de Moradias da Turquia, conhecida como TOKI, predominantemente localizadas em áreas mais periféricas, distritos dentro do território metropolitano que vivenciam rápida urbanização em Istambul. Aqui, os projetistas propõem a adaptação de conjuntos de casas da TOKI existentes e de suas paisagens circunvizinhas de forma a facilitar a criação de novas formas de autogestão comunal pelos habitantes – incluindo, como a proposta da CohStra para Nova York, outras formas de gestão coletiva de infraestrutura, como a agricultura comunitária e jardins, pesca, oficinas, fontes de energia verde e instalações em prol de reparos em geral.

Como acontece com a proposta da equipe de Mumbai, cada uma dessas intervenções táticas é enquadrada como uma resposta a um conjunto específico e imediato de ameaças à vida urbana impostas pelo modelo de crescimento neoliberal na cidade em questão: a “crise de acessibilidade” para nova-iorquinos economicamente ativos e a desestabilização do modelo de consumismo de classe média promovido em Istambul através da habitação em massa pela TOKI. No entanto, a CohStra e o Atelier *d'Architecture Autogérée* vão muito além de uma postura defensiva em relação a essas questões, onde ao invés de oferecerem unicamente uma perspectiva sobre como os espaços estão sendo degradados sob o urbanismo neoliberal, também oferecem uma perspectiva alternativa da cidade como espaço de vida comum e de autogestão coletiva. Em ambos os modelos, o sítio de interven-

ção de projeto é visto como um bem comum, um espaço de apropriação contínua e coletiva e de transformação por seus usuários. Ambas as equipes oferecem uma visão desse patrimônio como um processo com o qual os designers podem contribuir de maneira fundamental, não só elaborando propostas espaciais para a reorganização de funções habitacionais ou outras dimensões da reprodução social, mas repensando como tanto as instituições básicas como as privadas da propriedade, do investimento imobiliário orientado para o lucro, dos mercados de terras urbanas e da burocracia municipal podem ser transformados, e até substituídos, para atender às necessidades sociais, capacitando os habitantes urbanos a contribuírem para a criação de uma verdadeira esfera pública urbana.

Embora os projetos de Istambul e Nova York sejam apresentados em termos táticos, eles claramente se destinam a serem mais do que intervenções “acupunturais” pontuais. Parte do seu apelo, do meu ponto de vista, é precisamente o fato de eles oferecerem um modelo de urbanismo tático que pode ser intensamente escalonado e convertido em um abrigo municipal ou metropolitano contra o modelo neoliberal. Inicialmente, oferecendo uma espécie de enclave protegido para uma população vulnerável, cada projeto deveria ser transformado em uma alternativa generalizável às formas específicas de mercantilização da habitação e de acumulação por desapropriação que sustentaram e exacerbaram o “crescimento desigual” em suas respectivas megacidades. A meu ver, é esta tentativa reflexiva de conectar os métodos do urbanismo tático a um redesenho de duas localidades espaciais e instituições urbanas o que torna as propostas dessas equipes efetivas como ferramentas



para visualizarmos, de fato, alternativas à cidade neoliberal. Neste sentido, porém, as propostas do Atelier *d'Architecture Autogérée* e da CohStra avançam rapidamente para além do domínio do urbanismo tático: em vez de ser um ponto focal para a investigação como tal, este último torna-se uma espécie de plataforma de lançamento para prever e implementar uma “política do espaço” (Henri Lefebvre) – isto é, uma estratégia política de transformação socioespacial de grande escala.

Por outro lado, é claro, também vemos as inevitáveis questões da viabilidade de implementação aparecendo no horizonte imediato. Como essa visão dos bens comuns (e das práticas comuns) pode ser realizada quando os interesses de classe dominantes e as alianças políticas em cada megacidade continuam a promover um modelo de crescimento orientado para o lucro e para a especulação? Onde estão as forças sociais e as coalizões políticas que poderiam contrariar esse modelo, e em que medida eles realmente optariam pelo nível de coordenação coletiva e compartilhamento proposto por essas equipes de projeto? Como as economias alternativas locais poderiam ser protegidas das incursões de produtores orientados para o lucro, mais capazes de (por exemplo, através de economias de escala, ou formas mais racionalizadas de exploração do trabalho) oferecer produtos mais acessíveis ou desejáveis a consumidores sem dinheiro? Designers não podem responder a estas perguntas, pelo menos, não entre eles; qualquer decisão somente pode ser tomada através de deliberação política, debate público e luta em curso, tanto em nível local como em escalas supralocais. Mas, como a CohStra e o Atelier *d'Architecture Autogérée* tomaram o passo fundamental de integrar tais considerações político-institucionais e horizontes multiescalares em suas propostas espaciais, contribuíram, portanto, produtivamente para esse processo. As propostas também articulam uma visão mais socialmente engajada e politicamente combativa do que as disciplinas de design têm para oferecer à esfera pública urbana em uma época de aprofundamento da desigualdade e visões alarmantemente polarizadas de nossa visão global do futuro urbano.

DE VOLTA AO PLANEJAMENTO?

Dadas as dificuldades que algumas das equipes de projeto parecem ter tido com o quadro interpretativo do urbanismo tático, não podemos deixar de nos perguntar se essa linha de pensamento ofereceu um terreno muito estreito ou um conjunto de ferramentas muito limitado para se pensar nos vastos e variados desafios que estão surgindo atualmente

nas megacidades do mundo. No seu “Prefácio” ao catálogo da exposição, o curador do MoMA, Barry Bergdoll, antecipa esse enigma, notando a diferença entre a “escala modesta de algumas intervenções [táticas]” e as “dimensões da crise urbana e econômica mundial que precisam urgentemente de respostas”¹⁸. Diante destes desafios, seria injusto julgar ou censurar as equipes que optaram por ousar com propostas ambiciosamente grandes ao invés daquelas que se restringiram a pensar uma simples e mera “tática”.

Mas aqui surge uma contradição adicional ao projeto da exposição *Uneven Growth*. Uma forma mais pura de urbanismo tático teria que ser sistematicamente antiprogramática, pois só poderia manter uma abordagem consistentemente tática, resistindo e rejeitando qualquer movimento para a institucionalização¹⁹. No entanto, na medida em que os experimentos de desenho tático em exibição na mostra articulam uma visão mais ampla do urbanismo e da transformação urbana, necessariamente dependem da (eventual) articulação de uma visão abrangente do todo. A generalização do urbanismo tático implicará, assim, a sua autodissolução ou, mais precisamente, a sua transformação num projeto que requer uma coordenação a ser pensada mais a longo prazo; uma coordenação que também seja estabilizada, executiva e vinculada ao coletivo; e algum tipo de pessoal destinado às tarefas de gestão territorial – ou seja, planejamento. Retornamos, dessa maneira, ao terreno supostamente desacreditado e ultrapassado do modernismo-estatista, ao reino das grandes ambições, aos grandes planos, aos elaborados procedimentos burocráticos e aos planos abrangentes, em oposição aos quais os preceitos do urbanismo tático são recorrentemente enquadrados. Mesmo que se prefiram os métodos táticos sobre os de burocracias de perfil top-down (ou, aliás, os de desenvolvedores famintos por lucros e corporações transnacionais), parece que uma séria discussão sobre os planos territoriais em larga escala, a (re)organização institucional, os

18 Bergdoll, “Preface,” 12. In his “Introduction” to a closely related MoMA exhibition, curated by Andres Lepik, *Small Scale, Big Change: New Architectures of Social Engagement* (New York: Museum of Modern Art, 2010), Bergdoll offers a closely related assessment, suggesting that a “potential middle ground” must today be found between the heroic visions of modernism and the radical aestheticism of postmodernism.

19 In his writings on the right to the city and autogestion in the 1970s, radical urban theorist Henri Lefebvre wrestled repeatedly with an earlier version of this dilemma. See, among other texts, “The right to the city,” in Henri Lefebvre, *Writings on Cities*, ed. and trans., Eleonore Kofman and Elizabeth Lebas (Blackwell: Cambridge, 1996). See also Henri Lefebvre, *State, Space, World: Selected Writings*, ed. Neil Brenner and Stuart Elden, trans. Gerald Moore, Neil Brenner and Stuart Elden (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009).

códigos legais e suas estratégias políticas de implementação é inevitável, pelo menos se o objetivo for realisticamente vislumbrar um futuro mais social e espacialmente justas, democráticas, habitáveis e ambientalmente saudáveis para as megacidades do que a atual condição urbana global assinala.

Para quem simpatiza com o urbanismo tático e com o projeto de transformação urbana progressiva em larga escala, lidar com essa contradição é provavelmente inevitável. Poderia ser algo produtivo, e até mesmo sustentável? Talvez o potencial radical do urbanismo tático resida menos em seu papel como um método multifacetado para projetar futuros urbanos, do que como um contrapeso radicalmente democrático a qualquer e todos os sistemas institucionais, seja ele governado pelo Estado, seja dominado pelo mercado ou de outra forma. Algumas das contribuições mais valiosas nessa exposição do MoMA servem precisamente para esse objetivo: elas apontam para a possibilidade de que, ao invés de serem instrumentalizadas para engenharia social, controle político, desfrute privado ou lucro corporativo, as capacidades dos projetos possam ser encaradas como ferramentas de capacitação para os usuários do espaço urbano, permitindo-lhes ocupar e apropriar-se dele, continuamente transformando-o, e, assim, produzir uma

cidade diferente da que qualquer um poderia ter programado antecipadamente.

Porém, mesmo neste enquadramento profundamente otimista do urbanismo tático, as “grandes questões” sobre como (re)projetar a cidade do futuro – sua economia, suas regras de desenvolvimento imobiliário e relações de trabalho, seus espaços de circulação, de reprodução social e da vida cotidiana, seus modos de governança, suas articulações com os fluxos de capital mundiais, suas interfaces com os processos ambientais / biofísicos e assim por diante permanecem completamente não resolvidas. Como o Departamento de Arquitetura e Design do MoMA continua seu engajamento produtivo com o urbanismo, esperamos que tais questões continuem na agenda deles e que as capacidades criativas dos designers possam ser aproveitadas para enfrentá-las com toda a força crítica, imaginação política e visão sistemática que o urbanismo tático exige. ■

Este artigo foi publicado originalmente no site do projeto “Post” - espaço on-line do Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) - dedicado à arte e à história do modernismo em contexto global

Nelson Diniz e Luciano Hermes da Silva

Contra-uso skatista de espaços públicos no Rio de Janeiro

Resumo

Desde os anos 1990, o skate tornou-se uma realidade presente na maioria das grandes cidades do Brasil. Este artigo pretende problematizar a prática do skate de rua no contexto da resignificação e subversão criativa das formas e dos equipamentos urbanos (contrauso skatista). O skate de rua não se realiza em espaços separados daqueles da vida cotidiana. Desse modo, sua permeabilidade, isto é, sua presença nas ruas, praças e calçadas constitui-se, na maior parte das vezes, em atividade “clandestina” e, por isso mesmo, passível de repressão. Tendo em vista esses conflitos em potencial, este artigo pretende estabelecer uma análise comparativa de casos particulares de apropriação de espaços públicos por skatistas na cidade do Rio de Janeiro. Busca-se demonstrar, antes de tudo, que a reflexão sobre esse tema marginal, pouco desenvolvido ou mesmo negligenciado por sua “menor importância”, permite compreender conflitos mais gerais relativos à apropriação e à produção social do espaço.

Palavras-chave: Contra-uso; Skate; Espaço público.

Abstract

Since the 1990s, skateboarding has become a present reality in most major cities in Brazil. This article aims to discuss the practice of street skating in the context of reinterpretation and creative subversion of shapes and urban equipment (skateboarders' counter use). The street skating is not carried out in separate areas from those of everyday life. Thus, its permeability, that is, your presence on the streets, squares and sidewalks is constituted, in most cases, in “underground” activity and, therefore, liable to prosecution. Given these potential conflicts, this article aims to establish a comparative analysis of particular cases of public spaces appropriation by skateboarders in the city of Rio de Janeiro. Seeks to demonstrate, first of all, that reflection on this theme marginal, underdeveloped or neglected by their “less importance” allows us to understand more general disputes concerning the appropriation and social production of space.

Keywords: Counter-use; Skate; Public space.

Nelson Diniz

é graduado em Geografia, doutorando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II.

nelsondiniz@hotmail.com

Luciano Hermes da Silva

é graduado em Geografia, mestrando em Geografia (PPGG/UERJ-FFP) e professor de Geografia da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

lucianohermes@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO: CONTRAUSO SKATISTA DE ESPAÇOS PÚBLICOS¹

A prática do skate data de pouco mais de meio século. De acordo com Howell (2001), Borden (2003) e Machado (2014), sua origem se deve à retirada dos guidões dos patinetes por surfistas californianos, na segunda metade da década de 1950. Isto é, os primeiros skates foram produzidos de maneira artesanal, constituindo-se em meros brinquedos para andar sobre calçadas e áreas livres de trânsito de veículos e pessoas. Nos anos 1960, o skate passou a ser praticado em piscinas de casas abandonadas, reproduzindo manobras do surf e tornando-se uma alternativa para os dias sem ondas (ZARKA, 2011).

A partir dos anos 1970, em virtude da popularização do skate e do constante aperfeiçoamento dos materiais utilizados em sua fabricação, difundiram-se, a princípio nos Estados Unidos, as pistas de skate² (BORDEN, 2003). Desta maneira, dos “espaços encontrados” o skate passou a ser praticado também em “espaços construídos” (BORDEN, 2003, p. 29-57). Apesar de as pistas de skate se constituírem em espaços de confinamento e domesticação (ZARKA, 2011), ainda de acordo com Borden (2003), foi nestes “espaços da superarquitetura” (p. 89) que se tornou possível o aprimoramento das técnicas de realização de manobras. Se, até a década de 1970, o skate se resumia à repetição dos movimentos do surf fora d’água, com a construção dos *skateparks*, passou a se orientar por uma constante evolução própria.

A invenção de um movimento específico é considerada a revolução na história da prática do skate. Tal movimento chama-se *ollie*³. Esta manobra fez com que, definitivamente, o skate deixasse de ser uma

extensão do surf, possibilitando aos skatistas experimentar qualquer tipo de terreno pavimentado.

Uma vez que se tornara possível transpor diversos obstáculos, decolando com o skate sob os pés, e que, nos Estados Unidos, as *skateparks* deixavam de ser investimentos rentáveis (BORDEN, 2003, p. 174), a alternativa encontrada pelos skatistas do início dos anos 1980 foi levá-lo para as ruas, calçadas e praças – utilizando-se de toda sorte de elementos arquitetônicos para a realização das manobras. Iniciava-se, assim, a prática do skate de rua⁴.

A despeito de seu desdobramento em diversas modalidades, o *street skate* ou skate de rua expressa melhor os fundamentos dessa prática⁵. Para Zarka (2011):

Apesar de existirem inúmeros espaços criados expressamente para a prática do skate (*skateparks*), trata-se acima de tudo de uma atividade urbana. Mais precisamente, é uma prática “do urbano”, no sentido de que o seu terreno é realmente a cidade, ou pelo menos uma reinterpretação da diversidade de materiais e formas da cidade (p. 114, tradução nossa).

Portanto, o skate de rua é uma forma de reapropriação dos espaços urbanos, mais precisamente dos espaços públicos. Reapropriação semelhante aos modos de operação, esquemas de ação ou maneiras de fazer, tal como definidos por Certeau (2013): “práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (p. 41). Para Certeau (2013), diante dos produtos impostos por uma ordem dominante (econômica, urbanística etc.), os usuários elaboram criativamente suas próprias maneiras de empregar esses produtos. Exatamente o que fazem os skatistas. Conforme Machado (2014):

[...] um corrimão não serve somente para dar segurança a quem utiliza uma escada, mas também para ser deslizado com o skate. Uma escada não é apenas para se passar de um nível ao outro, mas para ser pulada. Uma escultura não é só para ser olhada e apreciada, mas, ao contrário, pode servir como uma inclinação propícia para manobras. Os exemplos se estendem aos bancos, às bordas, às placas de trânsito, etc. Portanto, ao circular pelos espaços urbanos e ao ressignificar as finalidades atribuídas

1 Segundo Delgado (2013), as elaborações sobre o espaço público são bem menos inocentes e naturais do que se supõe à primeira vista. Por isso mesmo, é um conceito que se apresenta ao debate “enquanto cenário da epifania dos valores abstratos da democracia burguesa” (DELGADO, s/p, 2013). Para Delgado (2013), contemporaneamente, “o espaço público passa a ser concebido como a realização de um valor ideológico, lugar onde se materializam diversas categorias abstratas como democracia, cidadania, convivência, civismo, consenso e outras superstições políticas contemporâneas” (DELGADO, 2013, s/p.). Neste artigo, ruas e praças são consideradas arquétipos do espaço público. A dimensão do espaço público que aqui interessa é aquela relativa ao conflito em torno dos seus usos. 2 Conhecidas como *skateparks*.

3 Trata-se da realização de um salto com o skate sem que se pegue o mesmo com as mãos. A manobra foi criada na segunda metade dos anos 1970, sendo realizada nas paredes de piscinas norte-americanas e, a partir do início da década de 1980, passou a ser executada também em terreno plano. Atualmente, constitui-se em um fundamento que possibilita a realização de praticamente todas as outras manobras, em quase todos os tipos de terrenos e obstáculos de interesse dos skatistas.

4 O *street skate* ou *street*.

5 O que se segue até o fim da presente seção é uma versão ligeiramente modificada de elaborações já publicadas pelos autores. Cf. SILVA, Luciano Hermes da; DINIZ, Nelson; CAMPOS, Maicon Gilvan Lima (2013); SILVA, Luciano. Hermes da; DINIZ, Nelson (2014a; 2014b).

aos seus respectivos equipamentos, a cidade ganha novos contornos (p. 31).

Ao servir-se da inclinação de uma escultura, pular uma escada ou deslizar sobre um corrimão, os skatistas afirmam sua criatividade, sua experiência singular das formas e dos equipamentos urbanos. Os usos que fazem do espaço geométrico dos arquitetos e urbanistas retira daí efeitos imprevistos. À subversão dos usos previsíveis das formas e do mobiliário urbanos chamamos *contrauso skatista*.

Existem outros modos de operação ou esquemas de ação que expressam, igualmente, as maneiras como os skatistas produzem a ressignificação material e simbólica⁶ dos espaços públicos. Machado (2014) refere-se, por exemplo, à busca consciente dos espaços suscetíveis à prática do skate de rua. Segundo o autor:

Outro elemento lúdico da prática do street skate é justamente a procura por picos. Logo, sempre que possível, é importante circular por vários desses espaços. Entretanto, a procura por lugares skatáveis não se dá somente ao acaso. Ciente de suas habilidades em cima do “carrinho”, os skatistas vão ao encontro daqueles obstáculos com os quais mais se identificam (p. 114).

Outro exemplo diz respeito às formas como os skatistas nomeiam esses espaços. Sobre a polissemia do termo nativo *pico*, Machado (2011) afirma que:

Para a maioria dos paulistanos, o termo “pico” pode fazer referência a uma situação intensa e conturbada (por exemplo, o horário de “pico” no trânsito). Já para os skatistas, pico é um termo nativo que evoca espaços compostos por equipamentos urbanos, que se tornam obstáculos nos quais são realizadas as manobras. Também definido pelos skatistas como lugares skatáveis, para que um equipamento seja considerado um pico, ele deve estar associado a uma série de características que permitam a prática do skate (p. 111).

É comum entre skatistas nomear os lugares, as formas e os equipamentos urbanos a partir de um léxico próprio – em geral ignorado por não iniciados.

⁶ Segundo Bourdieu (2010), “[...] os objetos do mundo social podem ser percebidos e enunciados de diferentes maneiras porque, como os objetos do mundo natural, eles comportam sempre uma parte de indeterminação e de vago [...] e também porque, enquanto objetos históricos, estão sujeitos à variação no tempo, estando a sua significação, na medida em que ela se acha ligada ao porvir, em suspenso ela própria, em tempo de dilação, expectante e, deste modo, relativamente indeterminada” (p. 140).

Por exemplo, na Praça XV de Novembro, no centro do Rio de Janeiro, a Estátua Equestre do Rei Dom João VI é denominada simplesmente como “Cavalo” pelos skatistas locais. Nas imediações da praça, os mesmos reconhecem a fachada de um prédio comercial como “Mortal Kombat”.

Por último, destaca-se o modo como os skatistas apropriam-se dos espaços públicos modificando-os à sua maneira. Trata-se do *Do it Yourself* (DIY). Compreende-se o DIY como manifestação da criatividade característica do skate de rua e que extrapola a definição de *contrauso skatista* acima apresentada. De acordo com Charest (2014):

A cultura DIY no skate, que surgiu em grande parte da intensificação da prática nas ruas, na década de 1990, é definida pela capacidade que os skatistas têm de identificar e criar espaços interessantes para a prática. Para o desconforto de proprietários e de administradores de espaços públicos, isso muitas vezes significa transformar, por exemplo, bordas e bancos em locais de frequência regular de skatistas. A cultura DIY skatista, desde então, evoluiu a partir da ideia de que skatistas devem sair e encontrar algo apropriado para a prática do skate (embora esta ainda seja uma das principais características da prática do skate) a um movimento global que é definido mais por um desejo de recuperar e remodelar espaços públicos através da autoconstrução de objetos que possibilitem a prática do skate, bem como a execução de manobras. Estes espaços são na maioria das vezes abandonados ou subutilizados (tradução nossa).

O DIY diz respeito não apenas à subversão dos usos das formas e dos equipamentos urbanos, mas à inscrição, de maneira mais ou menos permanente, de novos elementos nos espaços apropriados – rampas, corrimãos, palcos, tablados, elevações etc. Espaços públicos subutilizados transformam-se em lugares de encontro intensamente frequentados por skatistas, que lhes atribuem novos sentidos e qualidades materiais. Como se verá adiante, a apropriação skatista desses espaços não ocorre sem tensões e conflitos.

DA DETENÇÃO À ALAVANCAGEM: CONFLITOS EM TORNO DA PRÁTICA DO SKATE DE RUA

De acordo com Howell (2009), a prática do skate tornou-se um fato físico e social inescapável. Howell (2009) observa que o skate é visto ora como vandalismo, ora como atividade associada à diversão e à criatividade. Sendo assim, seria melhor definido como uso – o que implica desgaste e, em muitos

contextos, disrupção.

Os sentidos básicos e contraditórios atribuídos ao skate – vandalismo versus criatividade – sugerem uma atividade produtora de conflitos. Trata-se, antes de tudo, da tensão entre o uso dos skatistas e o conforto dos consumidores. Howell (2009) analisa estas tensões e conflitos concentrando-se na atividade dos skatistas e nas respostas dos gestores urbanos – planejadores, autoridades eleitas, polícia, lideranças empresariais, arquitetos etc. Howell (2009) recorre às noções de reutilização, liberação, construção e organização para compreender a atividade dos skatistas. As respostas dos gestores urbanos, ainda conforme o autor, variam da dissuasão à contenção, da acomodação à alavancagem.

A reutilização do mobiliário urbano é a principal atividade dos skatistas. Por intermédio da reutilização, bancos, canteiros, escadas, corrimãos, hidrantes, entre outros, são investidos de novos usos – isto é, usos não pretendidos por quem os construiu. Os esforços de dissuasão constituem a resposta dos gestores urbanos aos usos não autorizados dos skatistas. Dissuasão que se manifesta na forma de determinações legais, policiamento e arquitetura defensiva.

Howell (2009) afirma que o policiamento não é suficiente para dissuadir os skatistas, inaugurando “jogos de gato e rato”, nos quais skatistas e policiais estudam as táticas uns dos outros, reajustando continuamente seus próprios padrões. Howell (2009) sugere ainda que, em geral, táticas violentas de dissuasão física contribuem para atrair simpatia em relação aos skatistas, ao invés de dissuadi-los.

No que se refere à arquitetura defensiva, destaca-se a utilização de *skatestoppers*, isto é, estruturas anexadas às superfícies para evitar manobras. Como no caso das táticas de policiamento, a arquitetura defensiva também contribui para atrair simpatia pelos skatistas, uma vez que também pode ser percebida como vandalismo. Ademais, cria as condições para o surgimento de novas formas de criatividade dos skatistas. De acordo com Howell (2009), skatistas utilizam conhecimentos básicos de construção para remover obstruções da arquitetura defensiva. A atividade de liberação, em oposição à arquitetura defensiva, instaura o que Howell (2009) nomeia “arquitetura de gato e rato”.

Considerada a ineficiência da dissuasão física, gestores urbanos podem recorrer a táticas de contenção, ou seja, dissuadindo a prática do skate em toda parte, exceto em alguns espaços subutilizados. Com frequência, os skatistas são levados a moldar as formas desses espaços para melhor atender a suas necessidades. Em um primeiro momento, trata-se da inserção de

objetos provisórios – rampas, palcos, tablados, corrimãos etc. No entanto, principalmente a partir da iniciativa de skatistas mais velhos, com experiência em construção, emergem objetos mais permanentes.

Segundo Howell (2009), a contínua experimentação arquitetônica dos skatistas não se restringe a pequenos objetos edificados em espaços de contenção. De um lado, tais objetos são construídos nos mais diversos espaços. De outro, aumentam em dimensão. Assim como a arquitetura defensiva é difundida por diferentes meios, as técnicas de construção dos skatistas também o são⁷.

Quando as estruturas construídas por skatistas adquirem dimensões sem precedentes, os gestores urbanos são levados a uma nova inflexão, ou seja, a acomodarem-se a essas estruturas. Trata-se do reconhecimento do direito dos skatistas de ocuparem determinados espaços, moldando-os à sua maneira. Howell (2009) afirma que essa mudança de comportamento não é espontânea, ou apenas direcionada à criação de novos espaços de contenção. É, igualmente, uma resposta à organização dos skatistas. Essa organização pode variar de iniciativas limitadas de autoconstrução, de associação para reivindicação de direitos, até estratégias de arrecadação de recursos para a edificação de grandes estruturas.

Para Howell (2009), à medida que amenidades urbanas tornam-se importantes elementos de estratégias de crescimento e/ou de revitalização, gestores urbanos empenham-se em lucrar com a alavancagem da prática do skate. Se, de um lado, municipalidades inserem *skateparks* entre os principais elementos de projetos de revitalização, de outro, a prática do skate torna-se um modo de promover “melhores usos” dos espaços públicos – em oposição, por exemplo, à permanência de moradores de rua.

Reutilização, liberação, construção e organização, assim como dissuasão, contenção, acomodação e alavancagem não são mutuamente excludentes. Howell (2009) propõe que o significado social da prática do skate varia radicalmente, dependendo do contexto – “o que é disrupção em um espaço pode transformar-se em gentrificação em outro” (s/p). Em alguns casos, pode constituir-se em forma de resistência aos códigos da cultura consumista ou às relações econômicas. No entanto, ao mesmo tempo, em outros espaços, pode contribuir para alavancá-los. A seguir, as noções elaboradas por Howell (2009) serão utilizadas para descrever conflitos em torno da prática do skate em espaços públicos do Rio de Janeiro.

⁷ Howell (2009) enfatiza, por exemplo, o papel da mídia especializada do skate.

DA DISSUAÇÃO À ORGANIZAÇÃO DOS SKATISTAS NA PRAÇA XV DE NOVENBRO

Localizada no centro do Rio de Janeiro, a Praça XV de Novembro adquiriu suas feições e funções contemporâneas como resultado de transformações que se confundem com significativos eventos da história brasileira⁸. No final dos anos 1990, a construção de uma via subterrânea para o tráfego de veículos deixou livre para pedestres toda sua extensão, adequando suas formas a seu uso predominante. Isto é, espaço de intensa circulação de pessoas que embarcam e desembarcam dos diferentes meios de transporte que a servem⁹.

Em virtude das novas qualidades materiais atribuídas à Praça XV, esse espaço converteu-se em local privilegiado para a prática do skate de rua, atraindo skatistas de toda Região Metropolitana do Rio de Janeiro, do Brasil e mesmo estrangeiros. Em 1999, o skate foi proibido na Praça XV¹⁰, sob alegação de riscos à integridade dos pedestres e de vandalismo, uma vez que o atrito dos skates danificava o mobiliário urbano.

O veto à prática do skate na Praça XV resultou em diversas ações que buscavam garantir a manutenção desse modo de apropriação do espaço, apesar dos esforços de dissuasão das autoridades municipais. A proibição não resultou no abandono da Praça XV pelos skatistas. O que se seguiu foram jogos de gato e rato (HOWELL, 2009). O padrão de atividade dos skatistas consistiu no uso da praça em horários de baixa visibilidade. Os gestores urbanos, por sua vez, reagiram por meio da dissuasão física e da arquitetura defensiva. A repressão da Guarda Municipal culminou em episódios de violência aberta e de apreensão dos skates. Às bordas ao redor do Chafariz do Mestre Valentim foram anexadas grades, dificultando a realização de manobras.

A partir de 2008, um grupo de skatistas organizados no Coletivo I Love XV esteve à frente de manifestações que exigiam a liberação do skate na Praça

XV. Entre 2008 e 2011, organizou skateatas pelas ruas da cidade, em direção à Praça XV. Do mesmo modo, elaborou o Projeto de Liberação do Skate na Praça XV¹¹.

Em 2011, devido à repercussão das mobilizações dos skatistas, a Subprefeitura do Centro do Rio de Janeiro e a Secretaria Municipal de Esportes autorizaram a prática do skate na Praça XV. A partir de 2012, as mobilizações dos skatistas mudaram de caráter. De protestos tornaram-se celebrações. Em cada um desses eventos, à praça foram acrescentados novos mobiliários de interesse dos skatistas, autoconstruídos ou financiados com recursos de empresas atuantes no mercado do skate. O skate segue liberado na Praça XV.

DA CONSTRUÇÃO À ALAVANCAGEM DO SKATE NA PRAÇA DUÓ

No anfiteatro da Praça do Ó¹², na Barra da Tijuca, o que se observava, até a primeira década dos anos 2000, era a diversidade de frequentadores “indesejados” – moradores de rua, prostitutas, traficantes de drogas e os próprios skatistas. A partir de 2011, a construção de obstáculos de alvenaria fez com que, paulatinamente, a presença dos skatistas se fizesse mais numerosa, resultando na dispersão dos demais “indesejados”.

Até 2011, os skatistas da Duó experimentaram a construção de obstáculos provisórios – recorrentemente removidos ou furtados. A substituição dos obstáculos provisórios pelos de alvenaria e concreto, principalmente por iniciativa de skatistas organizados no Coletivo Duó, tornou a praça conhecida internacionalmente, figurando entre os picos DIY mais conhecidos do Brasil e do mundo. Em 2013, uma parceria público-privada entre a Adidas e a Subprefeitura da Barra e Jacarepaguá transformou a Praça Duó em uma pista de skate que simula diferentes tipos de mobiliários urbanos.

O órgão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro responsável pela coordenação dos serviços pú-

8 Por exemplo, pode-se destacar a chegada da Família Real Portuguesa, em 03 de março de 1808 e a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

9 Trata-se de intervenção no âmbito do projeto Rio Cidade.

10 A prática do skate na Praça XV foi proibida pelo Decreto Municipal nº 17746 de 1999. De acordo com o referido decreto: “O exercício de atividades recreativas e esportivas tais como ciclismo, jogos de bola, “skate”, dentre outras, nas praças, parques e jardins da Cidade do Rio de Janeiro, está limitado aos espaços especialmente destinados e sinalizados pelo Poder Público a tais fins, quando houver (RIO DE JANEIRO, 1999).

11 O projeto prevê: i) adequação do mobiliário urbano, de modo a minimizar os danos provocados pelo impacto e atrito dos skates; ii) retirada das grades ao redor do Chafariz do Mestre Valentim, uma vez que não apenas dificultam manobras como também obstruem a observação do patrimônio histórico; iii) horários mais adequados à prática do skate; e iv) parceria público-privada para a manutenção do mobiliário utilizado pelos skatistas.

12 “Duó”, tal como é nomeada pelos skatistas.

blicos a serem prestados, nos termos da parceira, foi a Secretaria de Conservação e Serviços Públicos (Seconserva). A Seconserva mobilizou equipes da Coordenadoria-Geral de Conservação, da Comlurb e da Riolut. A primeira repôs o piso de pedra portuguesa, além de reparar calçadas e proteções de árvores. Equipes da Comlurb realizaram capina mecanizada, limpeza de bueiros, varrição e remoção de entulho. A Riolut reformou os circuitos de iluminação pública, para garantir, sobretudo, o uso da nova pista de skate no período noturno.

A Adidas financiou a construção da pista de skate, bem como a contratação da empresa responsável pelo projeto¹³. A execução das obras se deu com a participação de skatistas do Coletivo Duó, com o intuito de não descaracterizar a área original do anfiteatro. Desse modo, a alavancagem do skate na Duó teve, entre seus agentes, os próprios skatistas organizados quando da construção dos primeiros obstáculos.

CONCLUSÃO: OS SENTIDOS DA PRÁTICA DO SKATE DE RUA

Pelo que foi descrito neste artigo, é possível afirmar que a prática do skate – como toda prática social – está sujeita a diferentes formas de percepção, que variam no tempo e no espaço e que, eventualmente, ensejam conflitos.

Em suas origens, em bairros populares de Los Angeles e ao redor da praia de Santa Mônica, na Califórnia, o skate difundiu-se entre jovens surfistas “*outsiders*”, para utilizar uma expressão consagrada pela sociologia do desvio. Hoje, tornou-se uma indústria bilionária, comandada, em parte, pelas primeiras gerações de skatistas.

No Brasil, ocorreu algo semelhante. Basta recordar, por exemplo, que a prática do skate foi completamente proibida nas ruas de São Paulo, nos anos 1980, durante o governo municipal de Jânio Quadros. Hoje, segundo pesquisa do Instituto Data Folha, realizada em 2015, o skate está presente em ao menos 11% dos domicílios brasileiros. Sua difusão como “esporte”, nos principais meios de comunicação, também constitui importante indicador dessa mudança de percepção – associada ao potencial competitivo dos skatistas brasileiros e à realização de eventos como a Megarrampa.

No que se refere à prática do skate em espaços públicos do Rio de Janeiro, é igualmente possível demonstrar o modo como seus sentidos se transfor-

maram, dependendo dos contextos. Na Praça XV de Novembro, entre 1999 e 2011, o skate era, em geral, percebido como um incômodo, pelos demais usuários da praça, ou como forma de vandalismo, pelas autoridades. Após uma série de conflitos e principalmente, mas não exclusivamente, em virtude da organização do coletivo I Love XV, a prática foi liberada. Hoje, por exemplo, é comum que se identifique a presença dos skatistas como um elemento que garante a segurança da praça. Na Praça Duó, espaço ocupado por todo tipo de frequentadores “indesejados”, o skate tornou-se o aspecto central de uma política de “revitalização”.

Portanto, como já mencionado, as formas de percepção da prática do skate oscilam em torno de alguns sentidos básicos, mais ou menos propensos a gerar conflitos. Em determinados contextos, o skate é visto como vandalismo, um perigo à integridade física da cidade e de seus habitantes. Da perspectiva dos próprios skatistas, trata-se, simplesmente, de criatividade. No extremo, cultura ou mesmo arte urbanas. Em termos mais abstratos, autores como Borden (2003) ou Zarka (2011) identificam o skate como crítica da mercadoria e do ideal moderno de cidade – uma vez que sua relação com a esta fundamenta-se, prioritariamente, em seu valor de uso, e não em seu valor de troca. Do ponto de vista das autoridades, as visões e reações variam da dissuasão à alavancagem.

Por fim, é necessário dizer, uma vez mais, que esses sentidos não são mutuamente excludentes. Como visto, no Rio de Janeiro, a depender dos contextos e dos interesses envolvidos, o skate pode constituir-se em prática reprimida, parcialmente tolerada ou inscrita nos movimentos mais amplos de promoção da cidade.

REFERÊNCIAS

- BORDEN, Iain. **Skateboarding, space and the city: architecture and the body**. Londres: Bloomsbury Academic, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CHAREST, Brian. **What can schools learn from de DIY skateboarding culture?** Disponível em: <http://kickflippingatforty.wordpress.com/2014/02/13/what-can-schools-learn-from-the-diy-skateboarding-culture/>. Acesso em: 23 mai. 2014.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- DELGADO, Manuel. **O Espaço Público como Representação: espaço urbano e espaço social**

13 Trata-se de um escritório de arquitetura (Rio Ramp Design), cujos sócios são skatistas.

em Henri Lefebvre. Conferência proferida no âmbito do ciclo **A Cidade Resgatada**, organizado pela OASRN. Museu de Serralves, 15 de Maio de 2013. Disponível em: http://www.revistapunkto.com/2014/01/o-espaco-publico-como-representacao_9694.htm. Acesso em: 16 jan. 2017.

HOWELL, Ocean. **The poetics of security**: skateboarding, urban design, and the new public space, 2001. Disponível em: http://urbanpolicy.net/wp-content/uploads/2013/02/Howell_2001_Poetics-of-Security_NoPix.pdf. Acesso em: 22 set. 2013.

_____. From Public Nuisance to Instrument of Revitalization: Skateboarding in the Built Environment. In: Zardini, M.; Borasi, G. (eds). **Actions**: comment s'approprier la ville. Montreal: Canadian Centre for Architecture, 2009.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. De “car-

rinho” pela cidade: a prática do skate em São Paulo. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2014.

SILVA, Luciano Hermes da; DINIZ, Nelson; CAMPOS, Maicon Gilvan Lima. A apropriação do espaço público pelo skateboarding no centro do Rio de Janeiro: o Coletivo I Love XV e a conquista do direito à cidade. Lima: **XIV Encontro Latino Americano de Geógrafos**, 2013.

SILVA, Luciano. Hermes da; DINIZ, Nelson. O skate e a produção social do espaço público. Vitória: **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2014a. disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br>. Acesso em: 16 jan. 2017

_____. O que o skate pode dizer sobre o ensino de Geografia? In: **Revista Giramundo**. Vol. 1, No 2, pp. 81-89, 2014b.

ZARKA, Raphaël. **On a day with no waves**: a chronicle of skateboarding 1779-2009. Paris: Éditions B42, 2011. ■

Gabriel Tardelli

A cidade como problema sociológico

uma análise do pensamento de Georg Simmel e Louis Wirth

Resumo

A partir da análise dos textos “A metrópole e a vida mental” e de “O urbanismo como modo de vida”, o presente trabalho pretende relacionar o pensamento de Georg Simmel e de Louis Wirth, respectivamente. Tomando a cidade como “laboratório” sociológico, veremos que há muitas semelhanças entre as perspectivas destes autores. A releitura de suas análises, bem como a apreensão dos conceitos e teorias elaboradas, pode contribuir para a compreensão dos problemas e conflitos das cidades contemporâneas.

Palavras-chave: Metrópole; Urbanismo; Modernidade; Simmel; Wirth.

Abstract

By reading and analyzing Metropolis and Mental Life and Urbanism as a way of life, the present study intends to relate Georg Simmel's thoughts with Louis Wirth. Considering the city as sociological “laboratory”, it is possible to find many similarities between the perspectives of these authors. The reading of their analysis, as well as the apprehension of their concepts and elaborated theories, can contribute to the understanding of the problems and conflicts of contemporary cities.

Keywords: Metropolis; Urbanism; Modernity; Simmel; Wirth.

Gabriel Tardelli

é mestrando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF); bacharel em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa sobre Práticas e Instituições Jurídicas (NUPIJ-UFF), vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC).

gabrielcmtardelli@gmail.com

INTRODUÇÃO

Quando a Escola de Chicago foi fundada, em 1895, através de uma doação feita pelo empresário John D. Rockefeller, Georg Simmel (1858-1918) já havia adquirido, em 1881, seu título de doutor em Filosofia pela Universidade de Berlim, ao apresentar a tese ‘A natureza da matéria segundo a monadologia física de Kant’. Em 1902, enveredou pelos estudos sociológicos, publicando o texto que aqui será analisado: “A metrópole e a vida mental”¹.

Contextualmente, o mencionado ensaio surgiu entre as publicações de mais três textos sobre cidades: Roma. ‘Uma análise estética’ (1898), ‘Florença’ (1906) e ‘Veneza’ (1907). Ao analisá-las em conjunto, percebe-se que Simmel faz uma distinção entre a metrópole e as cidades históricas, as quais estão em ruínas ou em vias de extinção. Assim, se Roma é uma relíquia, Veneza é uma cenografia e Florença é uma tragédia – o caráter trágico desta última deriva da luta permanente entre Natureza e Cultura.

Para Fortuna (2003, p. 103), diferentemente de “A metrópole e a vida mental”, “Simmel imprime aos textos sobre as cidades italianas uma lógica analítica diferenciada, de feição puramente estética e simbólica”. Contudo, acredito que as noções de arte e estética estão constantemente presentes no pensamento de Simmel, mesmo em suas reflexões sobre a metrópole. A cidade, portanto, é escolhida enquanto objeto estético. Seu olhar está voltado para a vida humana; por isso, tenta dar conta da variedade de configurações sociais da cidade. Como veremos, Simmel não substancializa a cidade, pois o que lhe interessa é a riqueza das interações que ali são estabelecidas.

Além da influência exercida por Max Weber (1864-1920), pelo pragmatismo norte-americano e pela psicologia experimental, as ideias de Simmel tiveram grande repercussão na Escola de Chicago, sobretudo após a publicação de seus ensaios na *American Journal of Sociology*.

Tal como Simmel, os membros da Escola de Chicago² – pelo menos no que concerne às primeiras

gerações – preocupavam-se com grupos sociais, já que suas pesquisas eram oriundas de um contexto marcado pela segmentação, pela imigração e pela pobreza (Becker, 1996, p. 177). Não por coincidência, Robert Ezra Park (1864-1944) estudou com Simmel em Heidelberg, o que certamente lhe deixou marcas indeléveis.

Ao ser convidado por William I. Thomas (1863-1947) para ingressar no quadro de docentes da Escola de Chicago, Park escreveu um ensaio sobre a cidade, “encarando-a como um laboratório para a investigação da vida social” (Becker, 1996, p. 180); e a cidade de Chicago seria o lugar ideal para tal pesquisa. Sua ideia pode ser resumida pelo que disse à época: “Hoje, o mundo inteiro ou vive na cidade ou está a caminho da cidade; então, se estudarmos as cidades, poderemos compreender o que se passa no mundo” (Park *apud* Becker, 1996, p. 180).

As sugestões de Park foram acatadas e desenvolvidas pelos seus alunos, a exemplo de Donald Pierson (1990-1995) – que estudou relações raciais no Brasil – e de Louis Wirth (1897-1952). De origem alemã, Wirth seguiu os passos do mestre e contribuiu para o estudo das sociedades urbanas e para a elaboração de uma teoria do urbanismo. Isso fica claro quando lemos “O urbanismo como modo de vida”³, texto sobre o qual irei me debruçar mais atentamente.

Neste trabalho, pretendo, a partir da análise de “A metrópole e a vida mental” e de “O urbanismo como modo de vida”, relacionar o pensamento de Simmel e de Wirth, respectivamente. Tomando a cidade como “laboratório”, veremos que há muitas semelhanças entre as perspectivas destes autores. Na verdade, se se pensasse em termos de “linhagem” intelectual, Wirth descende não somente de Park, mas também de Simmel.

INDIVÍDUO E SOCIEDADE NA VIDA URBANA

Em “A metrópole e a vida mental”, Simmel inova ao trazer uma abordagem que lhe será peculiar, mas, ao mesmo tempo, traz questões que têm acompanhado as Ciências Sociais desde seus primeiros passos. É assim, por exemplo, com o tema da tensão entre indivíduo e sociedade, presente em Rousseau, Weber, Durkheim, Mauss, entre outros. Nas primeiras linhas

escola de atividades.

³ Publicado em 1938, em *The American Journal of Sociology*, sob o título “Urbanism as way of life”. A tradução deste texto, feita por Marina Corrêa Treuherz, encontra-se em ‘Velho’ (1976).

1 O título original em alemão é *Die Großstädte und das Geistesleben*. Para a análise que se segue, utilizei a tradução de Sérgio Marques dos Reis, contida em ‘Velho’ (1976). Como parâmetro, a tradução portuguesa de Artur Mourão (Disponível em lusofonia.net, sob o título ‘As grandes cidades e a vida do espírito’) foi bastante útil.

2 Becker (1996, p. 179) faz uma interessante distinção entre as ‘escolas de pensamento’ e as ‘escolas de atividades’. No primeiro caso, os membros compactuam mutuamente com suas ideias e concepções; enquanto no segundo, embora mantenham pontos de vista dissonantes, unem-se em torno de atividades. Para ele, a Escola de Chicago, apesar do compartilhamento de algumas noções, deve ser considerada como uma

do texto mencionado, o sociólogo alemão sustenta que um dos principais problemas da vida moderna é justamente o da luta travada pelo indivíduo com as forças sociais, a fim de manter sua individualidade e autonomia.

Provavelmente, Simmel estava pensando em Rousseau e Durkheim quando esboçou, rapidamente, os caminhos pelos quais o indivíduo passou a partir do século XVIII: “A natureza do homem, originalmente boa e comum a todos, devia desenvolver-se sem peias. Juntamente com maior liberdade, o século XVIII exigiu a especialização funcional do homem e seu trabalho” (Simmel, 1976, p.11). Se do ponto de vista ontológico é ao “bom selvagem” que faz referência, na perspectiva sociológica, Simmel segue a divisão do trabalho social durkheimiana.

Durkheim distingue a solidariedade mecânica, própria das “sociedades inferiores”, da solidariedade orgânica, presente nas “sociedades superiores” e mantida, entre outros mecanismos, pela divisão do trabalho. A primeira apenas é viável “na medida em que a personalidade individual é absorvida na personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera de ação própria, por conseguinte, uma personalidade” (Durkheim, 2013, p. 108). Nota-se, pois, que as sociedades nas quais os indivíduos distinguem-se uns dos outros têm uma unidade maior, proporcional ao aumento da individuação das partes. Em outras palavras, segundo Durkheim, “a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo que a das partes; a sociedade torna-se mais capaz de se mover em conjunto, ao mesmo tempo que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios”.

Para Simmel (1976, p. 11), no entanto, embora a especialização torne cada indivíduo incomparável a outro e, em certa medida, indispensável, torna, igualmente, os indivíduos mais dependentes. Daí porque haver resistências à uniformização e ao nivelamento perpetrados por um “mecanismo sociotecnológico”.

Eis, portanto, a indagação do autor: como a personalidade acomoda-se nos ajustamentos às forças externas, ou seja, como os indivíduos lidam com as forças sociais, as heranças históricas, a cultura externa? Vale ressaltar que o foco de sua investigação recai sobre o “tipo metropolitano de individualidade”, o qual está sujeito à “intensificação dos estímulos nervosos, que resulta da alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores” (*Ibidem*, p. 12). Todavia, para compreender a “vida mental” dos habitantes das grandes cidades, durante todo o ensaio não se furta a contrastá-la com a vida nas cidades pequenas e no campo. Escrito no alvorecer do século

XX, nota-se que Simmel teve a sensibilidade de perceber a reconfiguração do espaço urbano e seu descompasso frente ao espaço rural.

O autor distingue a emoção, ligada ao inconsciente, do intelecto, vinculado ao plano do consciente. Sob a influência da Fisiologia, Simmel afirma que, nessas circunstâncias, o homem da metrópole, a fim de proteger sua subjetividade do ambiente externo, desenvolve um órgão antitético ao coração: a cabeça. Isso ensejaria uma maior conscientização e uma predominância da inteligência.

Mas, juntamente com o intelecto desse indivíduo, há, nas grandes cidades, a economia monetária, caracterizada pela multiplicidade e concentração das trocas econômicas, que diferem radicalmente do comércio rural. A soma deste modo econômico com o domínio da inteligência é, segundo Simmel (1976, p. 13), incompatível com a individualidade, uma vez que “dela resultam relacionamentos e reações que não podem ser exauridos com operações lógicas”, tampouco é compatível com o “princípio pecuniário”.

Apesar de apontar que, diferentemente da “psicologia econômica do pequeno grupo”, na economia do dinheiro há um desconhecimento mútuo entre o produtor e o consumidor, Simmel não engendra pela análise marxista do modo de produção capitalista; sua preocupação está mais voltada para o comportamento social. Dominada pelo dinheiro, a metrópole moderna é o espaço por excelência do que Simmel chama de atitude prosaica⁴ – esta se manifesta na redução da vida social em fórmulas matemáticas, transformando o mundo em um problema aritmético, conforme o ideal da Ciência Natural (Simmel, 1976, p. 14).

A metrópole, causa e efeito da exatidão calculista da vida prática, é inimaginável sem os ponteiros de um relógio. A exemplo de Mr. Phileas Fogg⁵, o homem cidadão necessita demasiadamente da pontualidade das “atividades e relações mútuas em um calendário estável e impessoal” (Simmel, 1976, p. 15). Pontualidade, calculabilidade e exatidão são, pois, traços da vida metropolitana. Para Simmel,

4 Não consta a palavra “prosaicista” no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa nem no Dicionário Priberam (versão *on-line*), tampouco na tradução portuguesa de Artur Mourão, não obstante ter sido utilizada por Sérgio Marques dos Reis, tradutor da versão aqui resenhada. Talvez a palavra que melhor traduziria em língua portuguesa o conceito de Simmel fosse “prosaica”, que além de ser algo comum ou trivial (sem poesia), conota aquilo que é “aferrado ao lado prático e material da vida” (Houaiss, 2001, p. 2314), o que, a meu ver, está mais próximo da ideia do autor.

5 Personagem central do romance *Le tour du monde en quatre-vingts jours*, publicado por Júlio Verne em 1873.

porém, tais traços decorrem não somente da economia do dinheiro e do caráter intelectualístico, mas da “complexidade e extensão da existência metropolitana” e da necessária exclusão dos impulsos irracionais e instintivos. Quando assim o é, a vida do indivíduo passa a ser moldada e esquematizada externamente, isto é, pelas “forças sociais”.

Nas linhas seguintes, Simmel nos conduz a outra constatação: paradoxalmente, há nas grandes cidades uma estrutura de altíssima impessoalidade, ainda que promovam uma subjetividade bastante pessoal. Esta contradição leva o autor a elaborar um dos conceitos mais importantes dos estudos sobre as cidades modernas: a atitude *blasé*. Esta atitude é oriunda de duas fontes, uma fisiológica e outra econômica. No primeiro caso, o indivíduo recebe um bombardeio de estímulos nervosos: imagens, cores, mudanças bruscas, velocidade. Com os nervos esgarçados por estas impressões, o sujeito torna-se incapaz de reagir a novas sensações; torna-se *blasé* (Simmel, 1976, p. 16).

Em relação à fonte econômica, “a essência da atitude *blasé* consiste no embotamento do poder de discriminar”, ou seja, as coisas são destituídas de sua substância, aparecendo de maneira opaca e uniforme à pessoa *blasé*. O dinheiro assume a posição de principal nivelador, tendo em vista que, “com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade” (Simmel, 1976, p. 16).

Ora, as grandes cidades são, de acordo com Simmel, a localização genuína da atitude *blasé*. É no espaço urbano que as fontes fisiológica e econômica deste comportamento são alimentadas, ensejando um círculo vicioso dentro do qual o indivíduo sente-se inútil diante da monstruosidade dessa roda-viva. Por outro lado, é a atitude *blasé* que possibilita a adaptação do indivíduo à cidade moderna.

Diante dessas circunstâncias, o indivíduo busca formas de autopreservação frente às investidas da experiência urbana. A reserva é uma das atitudes que servem a este objetivo. Trata-se de uma atitude mental dos indivíduos metropolitanos, um comportamento social negativo, que evita que tenhamos contato com um número avassalador de pessoas. Isso porque, caso tivéssemos que nos relacionar com todos os indivíduos, como geralmente ocorre em localidades menores, ficaríamos atomizados e chegaríamos a um “estado psíquico inimaginável” (Simmel, 1976, p. 17).

Ao conferir maior liberdade individual, a reserva contribui para que a metrópole continue nos trilhos

do “desenvolvimento social”. Neste ponto, Simmel nos conduz pela história das formações sociais. A primeira fase corresponderia aos círculos relativamente pequenos e fechados, que se posicionam estranha ou antagonicamente em face aos círculos vizinhos. Coerente, estes círculos limitam o desenvolvimento das qualidades individuais. Todavia, à medida que o grupo cresce, seja numérica e espacialmente, seja em significado e conteúdo de vida, a unidade interna torna-se menos rígida, havendo maior conexão com os grupos circunvizinhos. Além disso, o indivíduo nesta fase ganha liberdade de movimento, assim como uma “individualidade específica para a qual a divisão do trabalho no grupo aumentado dá tanto ocasião quanto necessidade” (*Ibidem*, p. 18-19).

Nas grandes cidades, graças à reserva e à indiferença recíprocas, o indivíduo “é ‘livre’ em um sentido espiritualizado e refinado, em contraste com a pequenez e preconceitos que atrofiaram o homem de cidade pequena” (*Ibidem*, p. 20). Entretanto, Simmel nos alerta: “Trata-se, obviamente, apenas do reverso dessa liberdade, se, sob certas circunstâncias, a pessoa em nenhum lugar se sente tão solitária e perdida quanto na multidão metropolitana”.

De acordo com Fortuna (2003), as cidades subjacentes à análise acima resenhada são Berlim e Viena, as principais metrópoles europeias da época. Mas pode-se dizer, por outro lado, que Simmel tenha pensado em Paris, notadamente no que ela representa enquanto cidade “iluminada”. Quanto a Roma, o sociólogo também a considerava um símbolo da modernidade; porém, sua sobreposição de temas aliada ao trânsito de tempos tornava-a “menos” moderna do que a cidade francesa (Simmel, 2003).

Segundo Simmel, a característica mais marcante das metrópoles é a sua “extensão funcional para além de suas fronteiras físicas” (*Ibidem*, p. 21); o que significa que o modo de ser metropolitano não está restrito ao espaço urbano. Dotada de uma altíssima divisão econômica do trabalho, “é um fato decisivo que a vida da cidade transformou a luta com a natureza pela vida em uma luta entre os homens pelo lucro, que é aqui não é conferido pela natureza, mas pelos outros homens” (*Ibidem*, p. 22). Para encontrar sua fonte de renda e uma função nesse lugar, o indivíduo precisa afirmar sua personalidade; mesmo que, para tanto, seja necessário incorporar “extravagâncias especificamente metropolitanas do maneirismo, capricho e preciosismo”.

Em conclusão, Simmel sustenta que há na metrópole, além da escassez das relações intersubjetivas, a preponderância do espírito objetivo sobre o espírito subjetivo. Mas, a despeito destas conclusões pessimistas, o sociólogo atenta para o

fato de que cabe ao investigador tentar compreender esse processo, ao invés de acusar ou perdoar. E a metrópole, enquanto formação histórica, é um importante campo de observação.

POR UMA TEORIA DO URBANISMO

Publicado originalmente em *The American Journal of Sociology*, em 1938, “O urbanismo como modo de vida” é um dos textos mais significativos de Louis Wirth, um dos expoentes da Escola de Chicago. Assim como seu colega e orientador Robert Ezra Park fizera em “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, Wirth coloca a cidade no centro da investigação sociológica.

Embora não sustente que todas as cidades sejam “modernas”, o moderno é, para ele, caracterizado pelo crescimento das grandes cidades. Por outro lado, Wirth corrobora a afirmação de Simmel, para quem a característica mais marcante das metrópoles é a sua “extensão funcional para além de suas fronteiras físicas” (Simmel, 1976, p. 21). Wirth (1976) acredita que o urbano enquanto modo de vida transcende as fronteiras das cidades. Isto porque estas exercem uma crescente influência sobre a vida social, na medida em que são “o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo” (Wirth, 1976, p. 91).

Historicamente, trata-se de uma transformação radical de inúmeras formas de se viver em coletividade. Em pouquíssimo tempo houve um intenso êxodo rural e uma crescente influência do modo de vida urbano sobre o modo de vida rural; ainda que as marcas da sociedade anterior (de *folk*) não tenham sido totalmente apagadas. Conforme Wirth, o sociólogo deve estar atento a essas modificações, bem como às diferenças entre essas duas dimensões. Ao visualizar a sociedade urbano-industrial e a sociedade rural enquanto tipos ideais de comunidades, o pesquisador poderá ter parâmetros para analisar diferentes modelos de associação humana.

Definições sobre a cidade estão presentes em muitas disciplinas, como a Geografia, a História e a Economia; contudo, suas contribuições eram insuficientes à pesquisa sociológica, tendo em vista que, segundo Wirth (1976, p. 91), “uma definição sociologicamente significativa do que seja cidade procura selecionar aqueles elementos do urbanismo que a marcam como um modo distinto de vida dos agrupamentos humanos”.

Nesse sentido, isolar esses elementos, dotando-os de autossuficiência, é um equívoco grave. Assim, o número de habitantes de uma localidade e a identificação da cidade com suas fronteiras físicas por si só não contribuem para sua caracterização. Se pode haver cidades com uma população inferior à que supostamente as definiria, da mesma maneira, como visto anteriormente, as características urbanas são transfronteiriças; graças, em boa medida, ao desenvolvimento tecnológico nos transportes e na comunicação.

Igualmente, a densidade populacional, concebida isoladamente, é um critério deficiente. Para que seja útil, é preciso correlacioná-la com outros fatores sociais, a exemplo da profissão dos habitantes, das instalações, instituições e formas de organização política, as quais devem ser contextualizadas. O problema, segundo Wirth (*Ibidem*, p. 94), “não reside em se saber se as cidades na nossa civilização ou em outras possuem esses traços característicos, e sim em apurar sua capacidade de moldar o caráter da vida social à sua forma especificamente urbana”.

Além dos elementos essenciais comuns aos diferentes tipos de cidade, Wirth atenta para o fato de que uma tipologia das cidades deve levar em conta as variações referentes à localização, à idade e à função, assim como às pequenas cidades e aos prósperos centros metropolitanos.

Em seguida, coerente com seu objetivo de sistematizar o estudo das cidades, o autor conceitua urbanismo e urbanização: o primeiro diz respeito ao complexo de caracteres que formam o modo de vida peculiar das cidades, enquanto o segundo refere-se ao “desenvolvimento e as extensões” dessas características. Ou seja, a urbanização é o processo pelo qual o urbanismo passa a ser um modo de vida.

Concluindo sua definição, Wirth diferencia urbanismo, capitalismo e industrialismo, apesar de reconhecer que o surgimento do mundo moderno não está apartado do aparecimento das máquinas, da produção em massa e do modo de produção capitalista. Em suma, o sociólogo propõe a seguinte definição de cidade: “[...] núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (Wirth, 1976, p. 94). Com base nestes postulados, Wirth tenta formular uma teoria sobre o urbanismo, como se verá nos próximos parágrafos.

Mesmo reverenciando o ensaio de Max Weber intitulado “*Die Stadt*”⁶ e o folheto de Robert E.

6 Traduzido como “Conceitos e categorias da cidade”, este texto de Weber também consta em ‘O fenômeno urbano’, obra pioneira organizada por Otávio Guilherme Velho e de onde foram extraídos os textos de Simmel e Wirth. Uma versão ampliada do texto de Weber (com outra tradução) pode

Park citado acima, Wirth defende a necessidade de “um corpo extenso de hipóteses sucintas que possam ser derivadas de um conjunto de postulados implicitamente contidos numa definição sociológica da cidade e de nosso conhecimento sociológico geral, que possa ser comprovada através de pesquisa científica” (Wirth, 1976, p. 97). Percebe-se que reivindica uma teoria do urbanismo que esteja atrelada à Sociologia, bem como à pesquisa empírica, em conformidade com as orientações da Escola de Chicago.

Mas Wirth alerta para o principal problema que o sociólogo da cidade deparar-se-á: como descobrir “as formas de ação e organização social que emergem em grupamentos compactos, relativamente permanentes, de grande número de indivíduos heterogêneos” (Wirth, 1976, p. 97). A partir desta questão inicial, o autor passa a demonstrar como a quantidade da população, a densidade populacional e a heterogeneidade de habitantes e vida grupal podem servir de base à elaboração de proposições sociológicas, formuladas mediante observação e pesquisa.

No que diz respeito à quantidade da população, Wirth observa que o aumento desta é proporcional ao aumento das interações entre os indivíduos e, conseqüentemente, das variações individuais e da diferenciação entre eles. As variações, por sua vez, ensejam a separação espacial desses indivíduos, quer em função da cor, da herança étnica e do *status* socioeconômicos, quer em função de gostos e preferências. Citando diretamente Simmel, o autor sinaliza que o aumento do número de habitantes impossibilita que cada um dos membros da comunidade conheçam todos os outros.

Ainda na esteira de Simmel – e em certo sentido de Durkheim –, Wirth, tendo a divisão do trabalho como pano de fundo, elenca as conseqüências do crescimento populacional, quais sejam, o desconhecimento mútuo, a segmentação dos papéis sociais, a dependência de um maior número de pessoas para a satisfação das necessidades da vida e a maior quantidade de grupos organizados. Não obstante, tal dependência se dá através de contatos secundários, isto é, impessoais, superficiais e transitórios. Mais uma vez, Simmel e Wirth se encontram: “A reserva, a indiferença e o ar *blasé* que os habitantes da cidade manifestam em suas relações podem, pois, ser encaradas como instrumentos para se imunizarem contra exigências pessoais e expectativas de outros” (Wirth, 1976, p. 97).

Com vistas à autopreservação, o habitante da

cidade mantém relações utilitárias, de modo que cada interlocutor é visto como um meio de se alcançar os fins desejados. Sob esta perspectiva, ainda que o indivíduo tenha mais liberdade, perde a “espontânea autoexpressão, a moral e o senso de participação, implícitos na vida numa sociedade integrada”. Isto constituiria, de acordo com Wirth, o estado de anomia ou de vazio social descrito por Durkheim. Além do caráter segmentário e utilitário, as relações intersubjetivas na cidade estão comprometidas pelo “nexo pecuniário” – em consonância com o pensamento de Simmel a respeito da economia monetária –, “que tendem a obstruir o funcionamento eficiente da ordem social a não ser que sejam fiscalizados por códigos profissionais e ética ocupacional” (Wirth, 1976, p. 101). Daí o motivo pelo qual há a prevalência de um equilíbrio instável na vida urbana, na qual a comunicação somente é viável por meios indiretos e os interesses pessoais somente podem ser articulados por um processo de delegação: a voz do representante é ouvida em detrimento da voz do indivíduo.

Já em relação à densidade da população – um aumento numérico para uma área constante –, Wirth afirma que a especialização e a diferenciação que dela se originam são a única forma de que a área supere o aumento numérico. Ademais, se os contatos físicos são mais estreitos, contraditoriamente, os contatos sociais são cada vez mais distantes, como Simmel assinalou anteriormente.

As diferentes partes da cidade adquirem, pois, funções especializadas. A população, igualmente, é selecionada e distribuída para lugares distintos. Desta forma, a cidade tende a parecer um “mosaico de mundos sociais”, o que possibilitaria “uma perspectiva relativista e um senso de tolerância de diferenças”. Todavia, o contato estreito fomenta um “espírito de concorrência, engrandecimento e exploração mútua”, bem como “a tendência de se utilizarem controles formais” (Wirth, 1976, p. 104). Da mesma maneira que Simmel destaca o relógio de bolso como símbolo da exatidão calculista da vida prática, Wirth simboliza a base da ordem social no mundo urbano com o relógio e o sinal de trânsito.

Por fim, quanto à heterogeneidade, a primeira conseqüência que dela se depreende é a quebra da rigidez das castas, tornando a estratificação social mais complexa. Através da mobilidade, o indivíduo é estimulado por um grande número de interações, adquirindo um *status* social flutuante em relação a grupos sociais diferenciados que compõem a estrutura social da cidade, ou seja, torna-se um habitante cosmopolita. Por outro lado, a insegurança e a instabilidade são incorporadas como normas gerais, já que a liberdade de circulação da população e

ser encontrada, sob o título “A dominação não legítima (tipologia das cidades)”, em Weber (2012).

a mobilidade social possibilitam a rápida substituição dos membros do grupo.

Conforme vimos acima, Simmel (1976) sublinha que, a despeito da especialização e da diferenciação, há mecanismos que tentam nivelar os indivíduos. Esta influência niveladora exercida pela cidade não passou despercebida por Wirth, para quem, “onde quer que estejam concentradas grandes quantidades de indivíduos de constituições diferentes, entra também o processo de despersonalização. Essa tendência niveladora é inerente, em parte, à base econômica da cidade” (Wirth, 1976, p. 105). Mas, como Simmel, Wirth não explora mais atentamente os meandros do modo de produção capitalista; preocupa-se mais com a maneira pela qual os indivíduos interagem no mundo urbano.

Ao escrever após o estopim da Primeira Guerra Mundial e um ano antes da eclosão da Segunda, pode-se dizer que Wirth dera um passo à frente de seu contemporâneo, tendo percebido que o processo político não mais poderia ser compreendido sem se levar em consideração as “modernas técnicas de propaganda”:

Se o indivíduo participar de qualquer forma na vida social, política e econômica da cidade, deverá subordinar um pouco de sua individualidade às exigências da comunidade maior e nessa medida fazer parte de movimentos coletivos. (Wirth, 1976, p. 106)

O intuito de Wirth é que o arcabouço teórico por ele esboçado possa dotar os estudos do urbanismo de maior unidade e coerência. Objetivando a confirmação de sua abordagem, o autor propõe que o sociólogo que queira se debruçar sobre a cidade a verifique empiricamente através de três perspectivas inter-relacionadas: a) ecologia; b) organização social; e c) psicologia social. A fim de ilustrar sua proposta, Wirth nos fornece alguns dados empíricos coletados de trabalhos sobre cidades, principalmente referentes aos Estados Unidos da década de 1930.

A perspectiva ecológica originou-se a partir de uma formulação de Park, segundo a qual o espaço físico espelhava o espaço social, de modo que a mensuração das distâncias físicas poderia dizer alguma coisa acerca das distâncias sociais. Em suas próprias palavras: “A geografia física, as vantagens e desvantagens naturais, inclusive meios de transporte, determinam com antecedência o esboço geral da planta urbana” (Park, 1976, p. 30). O termo ecologia, portanto, não é empregado no sentido de preservação ambiental, mas no sentido utilizado pela biologia vegetal da época, referente à competição pelo espaço (Becker, 1996). As pesquisas empíricas que adotaram esta abordagem demonstram, por exemplo, que as

cidades possuem mais jovens do que as áreas rurais, da mesma forma em que há uma predominância numérica de mulheres. A heterogeneidade da população urbana é marcada por recortes raciais e étnicos, em conformidade com o que fora constatado por outros pesquisadores da Escola de Chicago. Além disso, Wirth (1976, p. 108) verificou que a taxa de natalidade nas cidades tende a cair e que “a falha da população urbana em se reproduzir parece ser uma consequência biológica de uma combinação de fatores no complexo da vida urbana”.

Já a perspectiva da forma de organização social é constatada pelo enfraquecimento dos laços de parentesco – acompanhado da criação de laços fictícios –, pelo declínio do significado social da família, pelo desaparecimento das relações de vizinhança e pelo esfacelamento da solidariedade social – substituída por unidades de interesse. Ademais, o aumento da renda nos centros urbanos é acompanhado do aumento do custo de vida; e “[...] praticamente não existe nenhuma necessidade humana que deixou de ser explorada pelo comercialismo” (*Ibidem*, p. 110).

Finalmente, Wirth encerra seu ensaio com a perspectiva da psicologia social, isto é, da personalidade urbana e do comportamento coletivo. Neste caso, os dados empíricos são desoladores: “A desorganização pessoal, o esgotamento nervoso, o suicídio, a delinquência, o crime, a corrupção e a desordem poderão, nessas circunstâncias, prevalecer mais na comunidade urbana do que na rural” (*Ibidem*, p. 111). O controle social passa a ser realizado por grupos formalmente organizados, enquanto as massas “estão sujeitas à manipulação por símbolos e estereótipos comandados por indivíduos operando de longe, ou invisivelmente por trás dos bastidores, através do controle dos meios de comunicação”.

Para Wirth (1976, p. 112), aquilo que à época chamavam de “Sociologia Urbana” somente poderia sê-lo caso os sociólogos tivessem uma compreensão “do que seja a cidade como entidade social” e caso possuíssem uma teoria sobre o urbanismo. Munido das ferramentas necessárias, o pesquisador da cidade poderia escapar de uma prática corriqueira e “fútil”, que, em nome da Sociologia, enuncia “uma variedade de julgamentos, às vezes insulscitáveis, relativos a problemas tais como pobreza, habitação, planejamento urbano, higiene, administração municipal, policiamento, mercadologia, transporte e outros itens técnicos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tensão entre indivíduo e sociedade está constantemente presente em Simmel. A cidade

por ele concebida, tal qual a weberiana, é uma cidade de indivíduos; o que não significa que seja ontologicamente precedida por eles. A cidade, isto sim, é o local onde o indivíduo poderá se desenvolver plenamente. A estrutura, porém, parece exercer um peso enorme sobre o agente, havendo uma projeção e uma morfologia sociais.

Em contrapartida, Wirth, juntamente com outros cientistas sociais da Escola de Chicago, enfatiza sobremaneira a ideia do urbanismo como modo de vida e negligencia as formas – não obstante faça observações pontuais acerca da economia e da organização política, por exemplo. Simmel, ao contrário, nos traz uma discussão sobre o fragmento urbano e a paisagem; sobre a alma e a forma da cidade moderna.

Sob essa perspectiva, independentemente da enorme influência que Simmel exerceu sobre Wirth, nota-se que este evoca uma teoria da ação em detrimento de uma teoria da estrutura. Já Durkheim, que direta e indiretamente surge no pensamento de ambos, é veemente ao afirmar que os indivíduos são fruto das instituições, ou seja, quando aparecem em cena, os aparelhos de socialização já estão previamente implementados. A questão, para o sociólogo francês, é a forma pela qual a ordem será mantida.

Ainda segundo Durkheim (2013), o indivíduo não pode suportar solitariamente a existência: é o social que forja a liga que une os indivíduos. Se não houvesse essa proteção, viveríamos em total anomia. Por isso, o suicídio, uma anomia social, ocorre com mais frequência em períodos de crise, durante os quais as expectativas são abaladas. Do mesmo modo, a divisão do trabalho anômica se dá quando falha a ideia de sinergia e integração, geralmente durante crises industriais ou comerciais e antagonismos entre trabalho e capital.

Mais sombrio, Simmel acredita que a ideia de totalidade foi subtraída do nosso controle com a ascensão da vida urbana. Como um dos operadores das práticas sociais, o mercado concede liberdade, mas, paradoxalmente, aprisiona. Por isso o indivíduo é o ponto de partida a partir do qual se observa e se fala sobre a cidade; não é um elemento de análise que está no mesmo patamar da cidade. Como a paisagem de Roma lhe ensinou, o indivíduo produz cidades, da mesma forma que as cidades produzem indivíduos: as almas e as formas relacionam-se dialeticamente.

Longe de esgotar o pensamento de Simmel e Wirth, pretendi apenas apresentar a contribuição de ambos para o estudo da cidade. Como não existe texto sem contexto, as observações de Wirth estão diretamente vinculadas às ideias que vigoravam em sua época; sobretudo nos Estados Unidos e,

principalmente, na Escola de Chicago. No entanto, isso não significa que haja uma ruptura profunda entre Wirth e Simmel; ao contrário, há notórias convergências. Mas o que realmente importa, para citar Becker (1996, p. 1), é que “[...] a história da sociologia não é a história da grande teoria, mas a dos grandes trabalhos de pesquisa, dos grandes estudos sobre a sociedade”. E, a esta altura, ninguém há de duvidar que estes autores nos tenham legado grandes estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Howard. A Escola de Chicago (conferência). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2 n. 2, out. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131996000200008&script=sci_arttext. Acesso em: 01 fev. 2016.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- FORTUNA, Carlos. Simmel e as cidades históricas italianas – uma introdução. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, dez. 2003. Disponível em: <https://rccs.revues.org/1659>. Acesso em: 01 fev. 2016.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. *As grandes cidades e a vida do espírito*. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georges_grandes_cidades_e_vida_do_esp_rito.pdf. Acesso em: 28 dez. 2015.
- _____. Florença. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, dez. 2003. Disponível em: <https://rccs.revues.org/1656>. Acesso em: 01 fev. 2016.
- _____. Roma. Uma análise estética. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, dez. 2003. Disponível em: <https://rccs.revues.org/1657>. Acesso em: 01 fev. 2016.
- _____. Veneza. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, dez. 2003. Disponível em: <https://rccs.revues.org/1658>. Acesso em: 01 fev. 2016.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. V. 2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.
- WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. ■

Ricardo Alexandre Paiva

Sobre a relação indústria e urbanização

Resumo

O artigo apresenta uma reflexão teórica acerca da relação entre a lógica da produção industrial e o processo de urbanização no contexto da produção e do consumo do espaço. Neste sentido, apresenta uma breve evolução dos fundamentos conceituais, sociais e históricos da urbanização, enfatizado o seu incremento a partir do advento da industrialização para, finalmente, destacar os impactos da “produção flexível” na urbanização contemporânea. O trabalho discute algumas teorias referentes à articulação entre a industrialização e o processo de urbanização, elencando a abordagem de diversos autores sobre o tema, estabelecendo como diretriz conceitual a relação dialética entre o espaço e as práticas sociais (econômicas, políticas e cultural-ideológicas). A relevância do trabalho se sustenta na necessidade de compreender teórica e criticamente os processos urbanos contemporâneos decorrentes da relação entre a industrialização e o processo de urbanização, que, em conjunto com outras atividades, atingem indistintamente os lugares e reproduzem a urbanização desigual nos países periféricos.

Palavras-chave: Urbanização; Industrialização; Cidade; Urbano.

Abstract

The paper presents a theoretical thinking about the relationship between the logic of industrial production and the process of urbanization in the context of production and consumption of space. In this sense, it presents a brief evolution of the conceptual, social and historical urbanization, emphasizing its increase since the advent of industrialization to, finally, highlight the impacts of “flexible production” in contemporary urbanization. The paper discusses some theories concerning the relationship between industrialization and urbanization process, listing the approach of several authors on the subject, establishing as a conceptual guideline the dialectical relationship between space and social practices (economic, political and cultural-ideological). The relevance of the paper is based on the need to understand theoretical and critically the contemporary urban processes arising from the relationship between industry and the process of urbanization, which in combination with other activities reach indiscriminately the places and reproduce the unequal urbanization in peripheral countries.

Keywords: Urbanization; Industrialization; City; Urban.

Ricardo Alexandre Paiva

é professor do departamento de Arquitetura e Urbanismo e do PPGAU+D - Universidade Federal do Ceará.

paiva_ricardo@yahoo.com.br

FUNDAMENTOS DA URBANIZAÇÃO

As teorias sobre a produção do espaço nascem no campo da economia política da urbanização, ou seja, inseridas na análise da produção do ambiente baseadas na acumulação capitalista. Malgrado a compreensão teórica da relação dialética entre espaço e sociedade ser recente, a relação em si, responsável pela produção do espaço, é histórica. Estas transformações recíprocas, os efeitos do social sobre o espaço e vice-versa, constituem as relações dialéticas entre espaço e sociedade.

A ênfase na dimensão econômica no processo de produção do espaço guiou a maioria dos estudos sobre a urbanização. Embora não seja possível prescindir da esfera econômica na análise da produção do espaço no contexto do capitalismo, é necessário transcender uma visão exclusivamente econômica na apreensão do espaço construído – significa admitir que a existência de diversas práticas sociais (econômicas, políticas e cultural-ideológicas), em conjunto e constante interação, é responsável pela produção do espaço.

Um dos autores precursores a tratar a questão é Henri Lefebvre, na verdade, o primeiro a cunhar a expressão “*La Production d'Espace*”, título do livro lançado em 1974. Para Lefebvre, a produção do espaço não se restringe ao processo de produção (capitalista), mas a reprodução das relações sociais de produção, manifestadas em três níveis: (i) na reprodução da família, (ii) na reprodução da força de trabalho e (iii) na reprodução do capital e bens de produção.

A abordagem de Lefebvre sobre a produção do espaço transcende o sentido de “produção” como um conceito unicamente econômico.

Em várias de suas obras, Lefebvre se refere à importância de considerar dois sentidos do conceito de ‘produção’: o stricto sensu, que se refere à produção de bens e mercadorias, e o lato sensu, que se liga à ideia de que o que se produz também são relações sociais, uma ideologia, uma cultura, valores, costumes, etc. (Carlos, 1999, p. 63)

A análise da relação entre a indústria e a urbanização pressupõe a conceituação da urbanização como uma das principais manifestações do processo de produção do espaço, sendo necessário situar historicamente os antecedentes desta relação.

Segundo Castells (2009), a urbanização pode ser entendida sob dois aspectos: a “concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e densidade”, ou seja, refere-se ao crescimento populacional ou processo social que impacta a

função, a forma e a estrutura das cidades; e a “difusão de sistemas de valores, atitudes e comportamentos denominados de cultura urbana”, ou melhor, a urbanização não é um fenômeno exclusivamente quantitativo, ela pressupõe uma transformação nas práticas socioespaciais, que repercutem nas formas de uso e ocupação do espaço, bem como nos modos de vida¹.

Para Sposito (2001), a urbanização pode ser considerada um processo socioespacial de amplitude histórica que reflete e reproduz os modos de produção em diferentes contextos históricos, ao passo que a cidade² compreende uma forma espacial que expressa estes processos da urbanização acumulados no tempo. Entretanto, esta distinção entre urbanização como processo e cidade como expressão material da urbanização não deve ser considerada separadamente na compreensão do fenômeno urbano, mas como um par dialético.

Em “A Revolução Urbana”, Lefebvre (2002) argumenta que a implosão urbana seria, em tese, o último estágio da evolução histórica dos processos de urbanização, precedida pela “cidade política”, pela “cidade mercantil” e pela “cidade industrial”, categorias espaciais e temporais utilizadas pelo autor para analisar a evolução do fenômeno urbano. Esta abordagem pressupõe que o processo de urbanização é anterior ao advento da industrialização, embora atribua à indústria o papel de desencadeadora da tendência de urbanização completa da sociedade.

Para Lefebvre, a “cidade política” situa-se na origem da cidade e corresponde no espaço e no tempo a uma estrutura socioespacial que “acompanha, ou segue de perto, o estabelecimento de uma vida social organizada, da agricultura e da aldeia” (Lefebvre, 2002, p.21). A “cidade política” implica também a existência de um poder altamente centralizado e hierárquico que controla o excedente da produção agrícola. A existência da cidade política é dependente da produção do campo, ao mesmo tempo em que materializa e simboliza os poderes religiosos, administrativos e políticos da sociedade antiga.

Para Sposito (1989), a cidade antiga, ao contrário do que se pressupõe, não se desenvolveu exclusivamente em função das práticas econômicas, ou seja, sua origem se explica mais intimamente em função

1 A visão de Reis Filho (2006) se alinha à de Castells, ao admitir que a urbanização possui uma dimensão espacial e social, que se manifesta em dois sentidos, embora careçam ser consideradas de forma dialética.

2 Para Leonardo Benévolo “A palavra cidade emprega-se em dois sentidos: para indicar uma organização da sociedade concentrada e integrada, que começa há cinco mil anos no Oriente Próximo e que então se identifica com a sociedade civil; ou para indicar a situação física desta sociedade” (Benévolo, 1991, p. 13).

das práticas políticas e culturais-ideológicas que propriamente das econômicas. Nestes termos, a cidade política é um lugar por excelência de dominação e menos de produção.

Em síntese, a “cidade política” tem uma função ligada a um poder (político e religioso) altamente centralizado, a sua forma murada, fechada e finita revela e representa este poder. Sua estrutura está condicionada pelo campo e pelo domínio militar sobre os territórios, organizando-se frequentemente como cidades-estados.

A “cidade política” é excedida pela “cidade mercantil”, que corresponde no tempo à Revolução Comercial que se iniciou na Europa Ocidental a partir do século XIV, na medida em que o incremento da troca comercial confere ao ambiente urbano uma nova função, forma e estrutura, provocando consequentemente mudanças significativas no processo de urbanização.

Embora as atividades mercantis da cidade remontem à sua origem, uma vez que o comércio compunha a divisão social e territorial do trabalho na “cidade política”, as práticas sociais do comércio (acompanhadas das atividades artesanais e das articulações com as atividades agrícolas) impõem uma ampliação da liberdade, instigadas pela necessidade de superação dos entraves, sobretudo o domínio econômico e político dos poderes religiosos e seculares, para viabilizar as demandas da economia de mercado emergente, presididas agora por uma nova classe social: a burguesia.

A diluição do feudalismo evidencia a emergência de uma acumulação que se processa através do capital móvel e ativo, do dinheiro e na cidade em detrimento da riqueza fundada em um capital imóvel e inativo, do latifúndio e no campo. Neste processo de transição do feudalismo para o sistema mercantil, a distribuição demográfica da população efetuava-se de forma abrangente e descentralizada e se intensifica a migração do campo para a cidade, como forma de se abolir a servidão do campo e se beneficiar da liberdade suscitada pela cidade.

Entretanto, o campo conserva sua importância e tem sua produção incentivada e orientada para a cidade, para o mercado urbano, que por sua vez possibilita um processo de crescimento do capital comercial, implantado na “cidade política”. “No entanto diferenciava-se delas por seu caráter produtivo, ou seja, por passar a ser, de forma mais marcante, o lugar da produção de mercadorias” (Sposito, 1989, p. 39).

Sendo assim, podemos deduzir que a cidade mercantil viabiliza um processo de acumulação de base comercial, na produção e consumo de produtos ar-

tesanais, bem como na mercantilização de matérias-primas e produtos agrícolas.

A função da cidade muda, ao permitir um processo de acumulação no seu interior, diferente do caráter acessório desempenhado pelo urbano no sistema feudal, justificado inclusive pela subtração do seu papel político e religioso, ao contrário do que ocorria nas cidades antigas do Oriente e mesmo das cidades-estados mediterrâneas.

A forma da “cidade mercantil” se apresenta ainda como uma forma fechada e sua identidade é revelada pela muralha, elemento físico que permitiu em certo momento criar um ambiente seguro para o desenvolvimento da atividade mercantil.

Lefebvre salienta que o mercado ocupa um papel destacado e central na estrutura urbana da “cidade mercantil”, dividindo com os edifícios representativos do poder (político e religioso), outrora hegemônicos na estruturação da “cidade política”. “O espaço urbano torna-se lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca” (Lefebvre, 2002, p. 22). A estrutura das cidades é determinada ainda pelas condicionantes naturais e geográficas e sua localização estrategicamente escolhida em função da defesa, dos fluxos do comércio, bem como da disponibilidade de recursos naturais, neste aspecto não muito diferente da “cidade política”.

O processo de acumulação primitiva se desenvolveu em função do pacto social entre o capital mercantil e a realeza, que redundou na formação dos estados modernos. A ascensão das monarquias absolutas na Europa provocou o desmonte da ordem feudal, na medida em que a instituição de um poder centralizado se contrapôs à fragmentação medieval.

O estado nacional moderno, surgido da estrutura agrária da civilização medieval, acaba por ser o que a destrói, que modifica profundamente a ordem de coisa antiga, que provoca o desequilíbrio na distribuição da população, voltando mais uma vez à instauração da grande cidade como elemento político social decisivo (Goitia, 1982, p. 128).

Em termos de urbanização, a rede de cidades é redefinida pela supremacia da cidade capital, uma versão moderna da “cidade política”, que comanda não somente a rede urbana dos estados modernos, mas as relações de dominação entre as metrópoles europeias e as colônias. A relação cidade-campo também é transformada na medida em que a terra se torna uma mercadoria, levando a aristocracia feudal, francamente descapitalizada, a arrendar ou vender parcelas de sua terra. A produção agrícola e a propriedade

fundiária perdem gradativamente a sua importância econômica em detrimento da atividade comercial.

A cidade capital conheceu um adensamento populacional considerável em função da burocracia que se instala na cidade e viabiliza a centralização política-administrativa; da formação de exércitos permanentes e da aristocracia emergente que eleva os padrões de consumo e de modos de vida mais sofisticados.

O capitalismo mercantil intensifica a urbanização para além do território europeu a partir da ampliação do processo de acumulação, que se dá por intermédio das navegações marítimas, contribuindo para a expansão colonial e a criação de monopólios comerciais.

Essa fase do processo de acumulação já demonstra a articulação necessária entre diversos territórios e centros urbanos, entre as metrópoles e as colônias, favorecendo o surgimento de novos fluxos (terrestres e marítimos), meios de transporte e infraestruturas. No caso das cidades coloniais, sua função é determinada pelo sistema mercantil geral, pois possuíam apenas um “caráter político-administrativo, militar-defensivo e de recepção e escoamento de mercadorias” (Sposito, 1989, p. 39), complementar em relação ao papel exercido pelas cidades na Europa, francamente mais produtivo, reforçado pela manufatura (na qual se esboça o início do trabalho remunerado) e diferente da produção artesanal medieval, que se baseava nas corporações, que foram pouco se diluindo por funcionarem como obstáculo para um processo de acumulação mais amplo.

Em síntese, a “cidade mercantil” concentra uma dupla função, caracterizada pelo seu caráter produtivo e pela centralização do poder. A sua forma tende à eliminação das muralhas e crescimento espacial, viável graças à consolidação dos Estados-nações, que propiciava um ambiente de maior tranquilidade entre as cidades, anteriormente ameaçada por conflitos militares. A estrutura da “cidade mercantil” articula e domina territórios cada vez mais vastos, criando um novo tipo de relação entre as cidades (capitais e províncias) e entre as metrópoles e as colônias.

INDÚSTRIA FORDISTA E URBANIZAÇÃO

A “cidade industrial” constitui uma das principais categorias espaciais e temporais tratadas por Lefebvre na compreensão da evolução do fenômeno urbano. Entretanto, Lefebvre questiona o vínculo da indústria, ou melhor, da sua origem e localização, com a

cidade ao afirmar que ela estaria ligada, a princípio, à não cidade, pois

(...) inicialmente a indústria se implanta (...) próxima às fontes de energia (carvão e água), das matérias-primas (metais, têxteis), das reservas de mão de obra. Se ela se aproxima das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão de obra, mantida a baixo preço (Lefebvre, 2002, p. 25).

A “cidade industrial” se implanta sobre a cidade política e mercantil, pois ambas reuniam condições propícias para um incremento mais amplo da atividade industrial. Não há propriamente substituição entre estas categorias de análise da cidade, mas o acúmulo de funções, formas e estruturas urbanas existentes e novas.

A produção de bens materiais já fazia parte da divisão social e territorial do trabalho que se especializava na cidade até então. No entanto, a industrialização que se anuncia com a Revolução Industrial passa a predominar sobre as outras atividades econômicas e intensificar a transformação da natureza e da cidade. Na lógica da produção, a indústria subordina, cria e determina as outras atividades não produtivas. Para Lefebvre, “Esse crescimento vai do escambo ao mercado mundial, da troca simples entre dois indivíduos até a troca de produtos, das obras, dos pensamentos, dos seres humanos” (Lefebvre, 2002, p. 26).

O advento da Revolução Industrial implicou transformações irreversíveis nas práticas sociais. Alimentada ideologicamente pelos pressupostos do Iluminismo, que reivindicava a supremacia da razão no combate à tradição materializada nos poderes absolutistas da Igreja e dos monarcas, a industrialização vai promover um dismantelamento sem precedentes da estrutura social anterior ao século XVIII. As transformações dos modos e meios de produção corresponderam a mudanças significativas nas relações sociais. A substituição dos produtos manufaturados pelos industrializados, as mudanças nas relações de trabalho, agora assalariado, o liberalismo econômico e o direito à propriedade privada são alguns dos sintomas do sistema capitalista.

É importante ressaltar que a industrialização, que se torna hegemônica no século XX, apresenta como um dos sinais mais característicos, além dos avanços tecnológicos, as mudanças nos processos de organização do trabalho. Trata-se dos estudos e investigações que visam à racionalização dos movimentos, do tempo e do espaço na unidade industrial, sendo Frederick Taylor um dos pioneiros neste sentido.

Henry Ford se vale desses processos racionais de organização e aplica o sistema de divisão interna do trabalho à fabricação de automóveis em cadeia contínua. A industrialização moderna se identifica com a produção dita fordista por seu caráter inovador de influenciar a produção em massa de diversas mercadorias.

A indústria fordista relaciona-se com a emergência do trabalho assalariado, que proporcionou uma ampliação do processo de acumulação, retirando dos trabalhadores os meios de produção necessários à sua sobrevivência e intensificando a divisão social do trabalho e o próprio processo de produção, inclusive no interior das unidades produtivas.

Essa nova ordem social atrelada à industrialização foi responsável por mudanças espaciais significativas. Para Choay (1979) “a sociedade industrial é urbana”. Isto implica de imediato a inversão na relação cidade e campo, pois se anteriormente a existência da cidade ainda mantinha dependência do campo, a partir de então, a cidade prescinde o campo, subordinando-o.

As transformações provocadas pela Revolução Industrial, a princípio, são quantitativas. Trata-se do processo de migração campo-cidade e do crescimento demográfico da cidade. Por outro lado, a atividade industrial exige transformações qualitativas e estruturais para viabilizar a nova atividade econômica. Trata-se de novos meios de produção, a saber: exploração diferenciada dos recursos naturais, implicando uma relação de dominação em relação à natureza; os instrumentos de produção, como novas técnicas, ferramentas e máquinas; as instalações; os meios de transporte e os meios de comunicação.

Ainda em relação à natureza, verifica-se que, no contexto da indústria fordista, o meio ambiente é considerado um recurso inesgotável, sendo a sua preservação e conservação incompatível com a visão do desenvolvimentismo econômico pretendido.

Em termos territoriais, a industrialização desencadeou uma crescente espacialização funcional e reforçou a divisão internacional do trabalho e a sua espacialização – a divisão territorial do trabalho em escala mundial – viabilizada pelos meios de transporte e comunicações.

Para Limonad (1999), a urbanização é um processo que se manifesta em duas escalas: na cidade (lugares) e na rede urbana (articulação entre lugares). A industrialização intensifica transformações nas duas escalas de manifestação da urbanização.

Na escala da cidade, dada à resistência dos sistemas espaciais existentes, a industrialização necessitava e dependia de uma reformulação da cidade histórica, que ocorre na adaptação das estruturas existentes, na abertura de grandes vias de circulação e na criação de

estações ferroviárias, na instalação de novos bairros residenciais e industriais; enfim numa diversificação de tipos de edifícios, atestando também mudanças culturais provenientes da acumulação do capital, simbolizadas pela modernidade. Onde a industrialização não se valeu das vantagens da cidade existente, ela criou novas cidades, dependentes do tipo de indústria.

A forma da cidade tende a se diluir, seja pelo crescimento do tecido urbano, seja pela substituição de uma relativa unidade espacial que outrora a cidade gozava, por uma tendência à fragmentação e diferenciação espacial até então inédita.

Em relação à rede urbana, a industrialização escandaliza a interligação entre os centros urbanos, organizados em uma rede urbana articulada e hierárquica, cabendo ao espaço tornar possível o desenvolvimento e a intensificação das práticas econômicas de produção, distribuição e consumo de bens materiais em nível regional, nacional e até internacional. Ao mesmo tempo em que o advento da indústria promove uma concentração espacial, ela coloniza e cria articulações em larga escala, incluindo o próprio ambiente rural.

A metrópole implanta-se no topo da rede urbana hierarquizada suscitada pela industrialização, ao funcionar como espaços de produção, de concentração de capital, de meios de produção e da própria gestão da produção, centro de comando político e cultural, subordinando centros urbanos intermediários e menores.

A fragmentação e especialização espacial da rede urbana, produto e meio de reprodução da acumulação capitalista, expressam-se em um processo de urbanização desigual, uma vez que a difusão da industrialização incide de forma heterogênea nos lugares, seja pelo caráter desigual intrínseco do modo de produção capitalista, seja pelas determinações locais de cada lugar, inclusive as resistências impostas pelo próprio espaço. Se no capitalismo mercantil o processo de acumulação já atingia uma escala internacional, no capitalismo industrial este processo se consolida e torna-se intensivo, articulando diversas atividades econômicas (produção e beneficiamento de matérias-primas, comércio e serviços e diversos tipos de indústria) sob o comando da lógica da produção.

O processo de urbanização diferenciado dos países periféricos reflete e reproduz o processo de dependência econômica que estes mantêm com os países centrais. Verifica-se, dessa forma, uma relação entre o caráter hegemônico da industrialização e a natureza da urbanização dependente e desigual destes países periféricos, muito embora estas desigualdades remontem ao capitalismo mercantil.

A intensidade da urbanização dos países periféricos e o tipo de dependência são dados pelo grau de integração de cada território à economia capitalista. Até certo momento, este nível de dependência dos países periféricos foi visto como etapa de um processo de desenvolvimento em curso, considerando que o alinhamento ao estágio de desenvolvimento alcançado pelos países centrais se realizaria via industrialização. A superação dos problemas urbanos dos países subdesenvolvidos também estaria vinculada ao incremento da industrialização, que, por seu turno, promoveria o desenvolvimento. Entretanto, o subdesenvolvimento dos países periféricos não corresponde a uma fase do processo de industrialização que ocorreu nos países centrais, mas constitui uma condição para reprodução do capitalismo industrial.

Outro aspecto a ser analisado em relação à urbanização dos países periféricos é o fato de que, embora a industrialização seja incipiente, os indicadores da urbanização, como o crescimento da população urbana, por exemplo, são bastante elevados, devido não somente ao crescimento vegetativo, mas aos processos de migração, contrariando a senso comum de que quanto mais se incrementa a industrialização mais se induz a urbanização. Castells qualifica este processo como “hiperurbanização”, que conota a ideia de um nível de urbanização superior aos níveis alcançados pela industrialização (número de indústrias, empregos no setor etc.).

A rede urbana e as cidades dos países subdesenvolvidos sofrem impactos na urbanização não apenas em função da implantação de indústrias no seu território, como também do processo de industrialização na sua totalidade. É possível transferir as desigualdades e dominações no processo de industrialização entre países para as regiões de um mesmo país.

Castells sintetiza genericamente os principais aspectos que caracterizam o processo de urbanização na América Latina e que se assemelham ao que ocorre no Brasil.

A urbanização latino-americana caracteriza-se então pelos traços seguintes: população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre o emprego industrial e crescimento urbano; grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, conseqüentemente reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo (Castells, 2009, p. 99).

Por fim, a “cidade industrial” para Lefebvre pre-

cede e anuncia uma zona considerada crítica que culmina com a “implosão-explosão”, que se identifica com a realidade urbana contemporânea, com a supremacia do urbano sobre a cidade e com a urbanização completa.

INDÚSTRIA FLEXÍVEL E URBANIZAÇÃO

O desenvolvimento da indústria flexível³ se insere no processo de globalização das práticas sociais, que, por sua vez, redimensiona enormemente as relações entre o global e o local, posto que as barreiras espaciais e temporais se diluem, graças ao desenvolvimento das comunicações contemporâneas e às novas tecnologias computadorizadas que potencializam a reprodução do modo de produção capitalista.

A “produção flexível” surge associada também à necessidade de superação da crise no processo de acumulação capitalista na década de 1970. Harvey atribui a flexibilidade da produção à mudança no regime de acumulação flexível (pós-industrial), que consiste: “(...) na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (Harvey, 1992, p. 140).

A produção de bens e mercadorias diferencia-se em função dos avanços tecnológicos e da possibilidade de conjugar a produção em série de produtos altamente diferenciados em conformidade com a lógica do consumo, confirmando a “produção flexível”, além do progresso dos meios de comunicação, que viabilizaram o intercâmbio de informações em escala global, facilitando o fluxo de informações entre os centros de comando e as unidades produtivas descentralizadas, a propaganda, o alcance e a troca de mercadorias.

Outros aspectos fundamentais que caracterizam as práticas econômicas contemporâneas são o florescimento do capital financeiro e a ampliação desmesurada do setor terciário, através da economia de comércio e serviços.

No que se refere à relação entre a acumulação flexível e a utilização dos recursos naturais, verifica-se no discurso uma preocupação maior em criar condições para um desenvolvimento econômico sustentável, seja pela pressão dos movimentos ambientalistas, seja pelo caráter ideológico que a sustentabilidade suscita, constituindo um valor agregado para qualificar positivamente as empresas.

As práticas econômicas contemporâneas são res-

³ Destaca-se também na contemporaneidade o papel da atividade turística na produção e consumo do espaço.

paldadas pelas transformações nas práticas políticas. Um dos indicativos desse novo cenário refere-se ao papel desempenhado pelo Estado em relação ao atual estágio do capitalismo.

Até a década de 1970, estava em vigência, em consonância com o processo de acumulação de base industrial, as políticas de bem-estar social preconizadas pelo “kenesyanismo”, doutrina que defendia a ideia de um Estado provedor. A crise no processo de acumulação verificada na década de 1970 incitou mudanças em relação ao papel desempenhado pelo Estado, amparadas pelas ideias neoliberais, com base no pensamento de Friedrich Hayek e Milton Friedman. As origens do neoliberalismo remontam ao pensamento liberal que perdurou até a primeira metade do século XX, no contexto da crise pós-1929, fundamentado no pressuposto de que a liberdade individual será garantida se houver liberdade de mercado (Harvey, 2005).

O neoliberalismo, que redefiniu as atribuições do Estado em relação às práticas econômicas – condição necessária para a superação da crise capitalista –, favoreceu a atuação das iniciativas privadas (empresas, grupos específicos e indivíduos), que passaram a se beneficiar como proprietários de meios de produção e consumo (serviços), antes sob a tutela do Estado. A expansão do capitalismo, nessas condições, estava atrelada ao alargamento das possibilidades de acumulação por intermédio da ampliação do mercado, da competitividade e da mercantilização de todos os setores da sociedade.

As principais mudanças que caracterizam o neoliberalismo são: a diminuição do controle e da regulação estatal em relação à economia; o processo crescente de privatização de empresas estatais e serviços públicos; o reforço da mobilidade do capital internacional; a informalidade do emprego e o desmantelamento dos programas de bem-estar social. Harvey (2005) acrescenta outras características, a saber: o ataque a todas as formas de solidariedade social que esbarram a competitividade flexível; o retrocesso nos compromissos de bem-estar social; a redução de taxas, encorajando a iniciativa empresarial e criando um clima favorável de negócios para induzir grandes injeções de investimentos estrangeiros.

Note-se que para a expansão da atuação das empresas privadas em escala global foi necessária uma série de ajustes nas economias dos estados-nações, sobretudo, nos países em processo de desenvolvimento, inclusive no Brasil, como forma de garantir uma maior fluidez do capital, sendo imperativa a implementação de medidas econômicas, principalmente no que se refere à estabilização monetária e ao controle da inflação, a fim de diminuir os riscos

financeiros.

Entretanto, a ideologia do Estado não interventor constitui uma contradição, uma vez que o Estado mantém, na prática, diversas funções reguladoras, agora nitidamente favoráveis ao mercado⁴. As contradições ideológicas do neoliberalismo se relacionam também com a diversidade de formas de atuação do Estado em diversos países.

A imposição global do neoliberalismo tem, evidentemente, sido altamente desigual, socialmente e geograficamente, e suas formas institucionais e consequências socioespaciais têm variado significativamente através das escalas espaciais e entre as principais zonas da economia do mundo (Brenner e Theodore, 2002, p. 3).

Harvey (2005) acredita que o neoliberalismo potencializa os conflitos sociais, uma vez que, até então, as representações ou instituições partidárias e de classe tinham alguma influência no aparato estatal. Desta forma, o retorno ao liberalismo estaria em certo nível atrelado à restauração ou reconstrução do poder das elites econômicas e à dissolução dos interesses coletivos em favor dos valores individuais e familiares e da propriedade privada.

O favorecimento das elites, sobretudo por intermédio do capital financeiro, que têm poderes sobre diversos segmentos da economia, ampara-se no poder econômico para influenciar os processos políticos. Assim, a premissa de liberdade contida na ideologia neoliberal está submetida aos interesses hegemônicos. A urbanização contemporânea reflete e reproduz a lógica do processo de acumulação atual, identificada com a indústria flexível.

As práticas sociais contemporâneas implicam a potencialização do caráter urbano do território iniciada com a industrialização, com uma tendência crescente de expansão e distribuição das atividades e pessoas de forma fragmentada e extensiva. Entretanto, a urbanização contemporânea não suprimiu o papel da indústria e do terciário na organização espacial, mas passou a refletir e condicionar as novas atribuições dessas atividades de acordo com o contexto histórico e social da “acumulação flexível”.

A expressão espacial da “acumulação flexível”, diferente do modelo fordista em função da diversidade da produção e do consumo, gera uma maior flexibilidade e mobilidade geográfica que rompe com as barreiras do espaço e do tempo. Verifica-se uma

⁴ Esta realidade pode ser comprovada com o papel que o Estado cumpriu na mais recente crise (2008) que acometeu o capitalismo.

mudança da concentração da produção para uma dispersão crescente, que, possibilitando a localização descentralizada da indústria, não obedece mais à lógica da contiguidade física, pois o que garante a sua eficácia são as redes de informações.

Essas mudanças incidem primeiramente na rede urbana, pois a ampliação das possibilidades de acumulação do capital, em escala global, é facilitada pela produção flexível, que é responsável, por sua vez, pelo rompimento da hierarquia entre os lugares nos moldes anteriores. Embora a globalização eleve as relações de produção para escala mundial, ela estimula a regionalização, pois a atração do capital depende do papel que cada região exerce na rede de fluxos globais.

Nesse cenário internacional de redefinição dos papéis dos lugares, surgem as cidades globais como centros hegemônicos de controle do capital, que devem oferecer serviços avançados de informação, mão de obra especializada e outros atributos para viabilizar os fluxos de informação com outros centros de controle e os centros de produção. Os fluxos não acontecem apenas entre as cidades que estão no topo da hierarquia, mas também com as demais. “Em cada país a arquitetura de formação de redes reproduz-se em centros locais e regionais, de forma que o sistema todo fique interconectado no âmbito global” (Castells, 2003, p. 470).

Pela flexibilização e instabilidade da localização do capital, ditada pelo mercado, a importância destas cidades na hierarquia se torna absolutamente vulnerável. Este novo paradigma coloca as regiões e cidades em um clima de competição com o intuito de atrair investimentos e ocupar o seu lugar na economia global.

A localização industrial no interior dos grandes centros urbanos passa a não ser mais imperativa, pois em tese não há impedimento para que a implantação das indústrias aconteça em qualquer lugar, desde que os fluxos e a infraestrutura de transportes e comunicações estejam garantidos. Nesses termos, associa-se essa desconcentração espacial da indústria a um suposto processo de desurbanização ou desmetropolização, que são, na realidade, as formas que os núcleos urbanos estão adquirindo na atualidade. A desconcentração das atividades industriais no território é acompanhada pelas atividades terciárias que se relacionam por sua vez com a dispersão da habitação.

Os núcleos urbanos contemporâneos não possuem mais uma unidade espacial, uma territorialidade contínua. Choay (1996) questiona se o processo de urbanização atual gera necessariamente cidades, uma vez que o conceito de cidade, outrora empregado com uma forma espacial relativamente homo-

gênea, desgastou-se a partir da industrialização, e os processos urbanos de uso e apropriação abrangente do território dificultam definir, mensurar e controlar os limites e o crescimento das cidades na contemporaneidade. Para enfatizar o seu argumento, anuncia a morte da cidade e a emergência do reino do urbano.

Para Lefebvre (2002), a partir da industrialização, inicia-se a superação da cidade pelo urbano, quer dizer, a primazia da cidade em relação ao campo, a subordinação total do campo em relação à cidade. O urbano designa, neste sentido, não mais um adjetivo que classifica o que se refere à cidade, mas um substantivo que se transcende o próprio conceito de cidade. Para Monte-Mór:

(...) o urbano é esse “tecido” que nasce nas cidades e se estende para além delas, sobre o campo e as regiões, uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, uma manifestação socioespacial da organização urbano-industrial contemporânea, que abarca, virtualmente, todo o espaço social (Monte-Mór, 2007, p. 246).

O “tecido” ao qual o autor alude corresponde ao conceito de “tecido urbano” assinalado por Lefebvre, que não indica de forma restrita, “o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo” (Lefebvre, 2002, p.17). Neste sentido, o tecido urbano engloba os diversos objetos do espaço socialmente modificado (urbano e rural).

A urbanização contemporânea desencadeia a expansão do tecido urbano de forma extensiva, mas descontínua e fragmentada, não mais prevalecendo a lógica da contiguidade das funções urbanas e do adensamento da população, de infraestrutura e de equipamentos, mas um conjunto de tramas ou estruturas urbanas heterogêneas articuladas por um sistema de transportes e comunicações articulado em uma escala cada vez mais abrangente.

A urbanização contemporânea conhece também movimentos simultâneos e combinados de concentração e desconcentração das atividades econômicas, caracterizadas pelas novas lógicas de localização dos setores secundário e terciário e pela distribuição das áreas residenciais, gerando um tecido urbano diversificado e pontuado por várias e distintas centralidades urbanas, colaborando para a sua expansão e redefinindo a relação centro-periferia.

Para Limonad (2007) coexiste o processo de “urbanização extensiva”, de caráter mais disperso e de “urbanização intensiva”, marcado pela concentração. Estas dinâmicas e formas espaciais (produtos e con-

dicionantes) ratificam a ruptura da ideia de totalidade da cidade.

A inserção dos países periféricos na rede de fluxos globais acentua o processo de urbanização desigual, na medida em que são cada vez mais incorporados como territórios para expansão da “acumulação flexível”. Entretanto, mantêm-se as condições assimétricas de integração destes países subdesenvolvidos ao capitalismo hegemônico, principalmente no que se refere ao nível tecnológico, coexistindo inclusive com os processos da indústria fordista.

O desenvolvimento dependente e desigual no contexto da indústria fordista prevalece na contemporaneidade, tendo como herança os problemas da “hiperurbanização” destacados anteriormente, que redundaram nas “gigantescas metrópoles industriais fordistas subdesenvolvidas, concentradoras da produ-

ção industrial e da massa de mão de obra disponível e marcadas pela divisão social do espaço urbano” (Ferreira, 2001, p. 13).

A fragmentação verificada em geral na urbanização contemporânea tem contornos de uma segregação crescente nas cidades dos países periféricos, caracterizando um processo de urbanização marcado pela pobreza.

Nesses termos, os impactos da globalização na urbanização verificada no Brasil, semelhantes a outros países subdesenvolvidos, embora cada um posua suas especificidades históricas, revelam-se nas desigualdades socioespaciais: de um lado, fragmentos de um território voltado para elites locais abastadas, ilhas de prosperidade que absorvem os avanços do processo de globalização e permitem a reprodução do processo de acumulação contemporâneo, do outro, a

Quadro 1 - Síntese Indústria e Urbanização

	INDÚSTRIA FORDISTA	INDÚSTRIA FLEXIVEL
PRÁTICAS ECONÔMICAS	<ul style="list-style-type: none"> • Primazia da produção - terciário subordinado • Produção em massa de bens homogêneos • Comando e produção centralizados • Concentração e centralização do capital industrial, financeiro e comercial • Mercados nacionais • Imperialismo e controle da produção e do mercado pelos países centrais • Trabalho: tarefas únicas • Formalidade do emprego • Consumo de bens de uso coletivo (de massa de bens duráveis) • Desenvolvimentismo, progresso, razão técnico-científica • Desenvolvimento desigual dos países periféricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Primazia do consumo - terciário avançado dominante • Produção de produtos especializados • Comando e produção descentralizados • Desconcentração e internacionalização do capital. Supremacia do capital financeiro • Mercado global • Desindustrialização dos países centrais e manutenção do comando e industrialização dos países periféricos • Trabalho: múltiplas tarefas • Informalidade do emprego - terceirização • Consumo individualizado, celebração da diferença (consumo de bens intangíveis) • Desenvolvimento sustentável (discurso) • Desigualdades dos países periféricos em escala global
PRÁTICAS POLÍTICAS	<ul style="list-style-type: none"> • Estado de Bem-Estar Social (<i>Welfare State</i>) • Estado Provedor • Estatização dos bens e necessidades coletivas • Regulamentação • Interesses de classes 	<ul style="list-style-type: none"> • Estado Neoliberal • Estado Empreendedor • Privatização dos bens e necessidades coletivas • Desregulamentação • Desmantelamento dos interesses de classe e emergência das minorias
PRÁTICAS CULTURAIS-IDEOLÓGICAS	<ul style="list-style-type: none"> • Modernismo • Valores culturais homogeneizados • Cultura de massa • Primazia do coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Pós-modernismo • Valores culturais fragmentados e plurais • Mercantilização da cultura • Primazia do individualismo (sociedade do espetáculo)
PRÁTICAS SOCIOESPAIAIS - URBANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração espacial • Cidade: modelo centro-periferia • Planejamento urbano tecnocrático • Natureza como recurso inesgotável - dominação • Cidades como centros de produção • Suburbanização • Rede urbana: hierarquizada e articulada em função dos centros de produção • Localização industrial contígua ao comando • Diluição da forma urbana tradicional (antiga) - urbanização intensiva • Primazia do urbano em relação ao campo • Separação das funções urbanas • Cultura e turismo - papel secundário na organização da cidade • Arquitetura com apelo funcional e social • Hiperurbanização dos países periféricos • Segregação socioespacial nos países subdesenvolvidos - urbanização com “ilhas de pobreza” 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconcentração e fragmentação espacial • Cidade: modelo polinucleado • Planejamento urbano estratégico • Limitação dos recursos naturais - conciliação • Cidades como centros de consumo • “Gentrification” • Rede urbana: hierarquizada em função dos centros de comando - cidades globais • Localização industrial fragmentada • Diluição da forma urbana - urbanização extensiva • A presença do urbano no campo • Miscigenação das funções urbanas • Cultura e turismo - indústria - motriz na estruturação da cidade • Arquitetura com apelo formal e do consumo imagético. • Manutenção da hiperurbanização dos países periféricos • Segregação socioespacial nos países subdesenvolvidos - urbanização da pobreza hegemônica com “ilhas de prosperidade”

Fonte: Elaborado pelo autor.

manutenção e o crescimento de territórios da pobreza, marcados pela informalidade e exclusão.

Ferreira (2001) explica que estas “Ilhas de Primeiro Mundo” possuem funções e características diferenciadas, que se manifestam em bairros residenciais, áreas de negócios voltados para o terciário avançado, áreas centrais reabilitadas e direcionadas para novos usos, identificando-se com o processo de “*gentrification*”.

De modo geral, a urbanização contemporânea reflete e reproduz o capitalismo contemporâneo e caracteriza-se pela intensificação das articulações entre os lugares, redefinindo a rede urbana que se articula em escala global, pela fragmentação crescente do tecido urbano e pela disseminação indiscriminada do urbano. No caso da urbanização dos países periféricos, a fragmentação manifesta-se na exacerbação da segregação socioespacial historicamente consolidada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão conceitual transdisciplinar acerca da relação entre indústria, produção e consumo do espaço e seus desdobramentos no processo de urbanização constitui um lastro teórico relevante na compreensão do papel das práticas sociais (econômicas, políticas e cultural-ideológicas) nas transformações espaciais. Os pressupostos teóricos sobre a dialética socioespacial possibilitam também contextualizar historicamente as heranças da urbanização pretérita, a fim de identificar o ponto de inflexão no processo de urbanização com o advento da industrialização.

Como síntese, percebe-se que na lógica da produção, prevalecia o consumo de massa, que precisava da intervenção do Estado (*Welfare State*) para garantir demanda, e, portanto a provisão de bens de consumo coletivo, sendo a produção e o consumo do espaço orientados para reproduzir a acumulação industrial fordista; na lógica do consumo, a produção se submete à segmentação, flexibilização e heterogeneidade das práticas de consumo, em consonância com a emergência do Estado neoliberal, no qual o espaço adquire cada vez mais a condição de mercadoria, favorecendo a reprodução da acumulação flexível. O Quadro 01 reforça a relação entre a urbanização e a industrialização fordista e flexível.

REFERÊNCIAS

Benevolo, L. **A cidade e o arquiteto**: método e história na arquitetura. São Paulo, Perspectiva, 1991.

Brenner, N.; Theodore, N. Cities and the Geographies of ‘Actually Existing Neoliberalism’. In: Brenner, N.; Theodore, N. (org.). **Spaces of Neoliberalism**. Nova York: Blackwell Publishing Ltd., 2002.

Carlos, A. F. A. ‘Novas’ contradições do espaço. In: Carlos, A. F. A.; Damiani, A. L.; Seabra, O. de L. (orgs.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

Castells, M. **A Sociedade em Rede - A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. (Vol. 2). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Castells, M. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Choay, F. **Urbanismo, utopias e realidades**. Uma antologia. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

Choay, F. Destinos da cidade europeia: séculos XIX e XX. **RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo**. Salvador, v. 1, n.6, 1996, pp. 8-21.

Ferreira, J. S. W. “Globalização e Urbanização subdesenvolvida”. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 2001. pp. 10-20.

Goitia, C. F. **Breve História do Urbanismo**. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1982.

Harvey, D. **A Condição Pós-Moderna**: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

Harvey, D. **Brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford Press, 2005.

Lefebvre, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

Limonad, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia (UFF)**, Niterói, v.1, n.1, 1999, pp. 71-91.

Limonad, E. Nunca Fomos Tão Metropolitanos!. In: Reis, N. G.; Tanaka, M. S. (orgs.). **Brasil - Estudos sobre Dispersão Urbana**. São Paulo: Via das Artes – FAPESP, 2007.

Monte Mór, R. L. M. Urbanização Extensiva e a Produção do Espaço Social Contemporâneo. In: Reis, N. G.; Tanaka, M. S. (orgs.). **Brasil - Estudos sobre Dispersão Urbana**. São Paulo: Via das Artes – FAPESP, 2007.

Santos, M.; Silveira, M. L. **Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2003.

Sposito, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1989.

Sposito, M. E. B. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate. In: Carlos, A. F. A.; Damiani, A. L.; Seabra, O. de L. (orgs.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Editora Contexto, 2001. ■

ensaio

Elena Lucía Rivero

Monumentos abertos à dinâmica urbana

Elena Lucía Rivero

é graduada em História pela Universidad Nacional del Litoral (UNL, Argentina), mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa NucUrb e Estopim da UFMG.

elenaluciarivero@gmail.com



Sin vitrinas ni guardianes que los protejan, los monumentos urbanos están felizmente expuestos a que un graffiti o una manifestación popular los inserten en la vida contemporánea (Néstor García Canclini, 2013).

Através do registro fotográfico procuramos abordar de que maneira um dos monumentos mais emblemáticos da cidade de Belo Horizonte, o “Monumento à Terra Mineira”, está exposto à dinâmica da cidade. Como, por quem e em quais contextos o monumento é inserido na vida e nos debates contemporâneos?

O monumento foi inaugurado em 1930 e tombado pelo IEPHA como parte do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Praça da Estação (1988). A obra, executada pelo escultor Júlio Starace, é composta por uma figura alegórica do Estado de Minas Gerais e por quatro relevos engravados no bloco central. A figura central do monumento eleva-se a uma altura considerável e está voltada para o antigo prédio da Estação Central, hoje Museu de Artes e Ofícios.

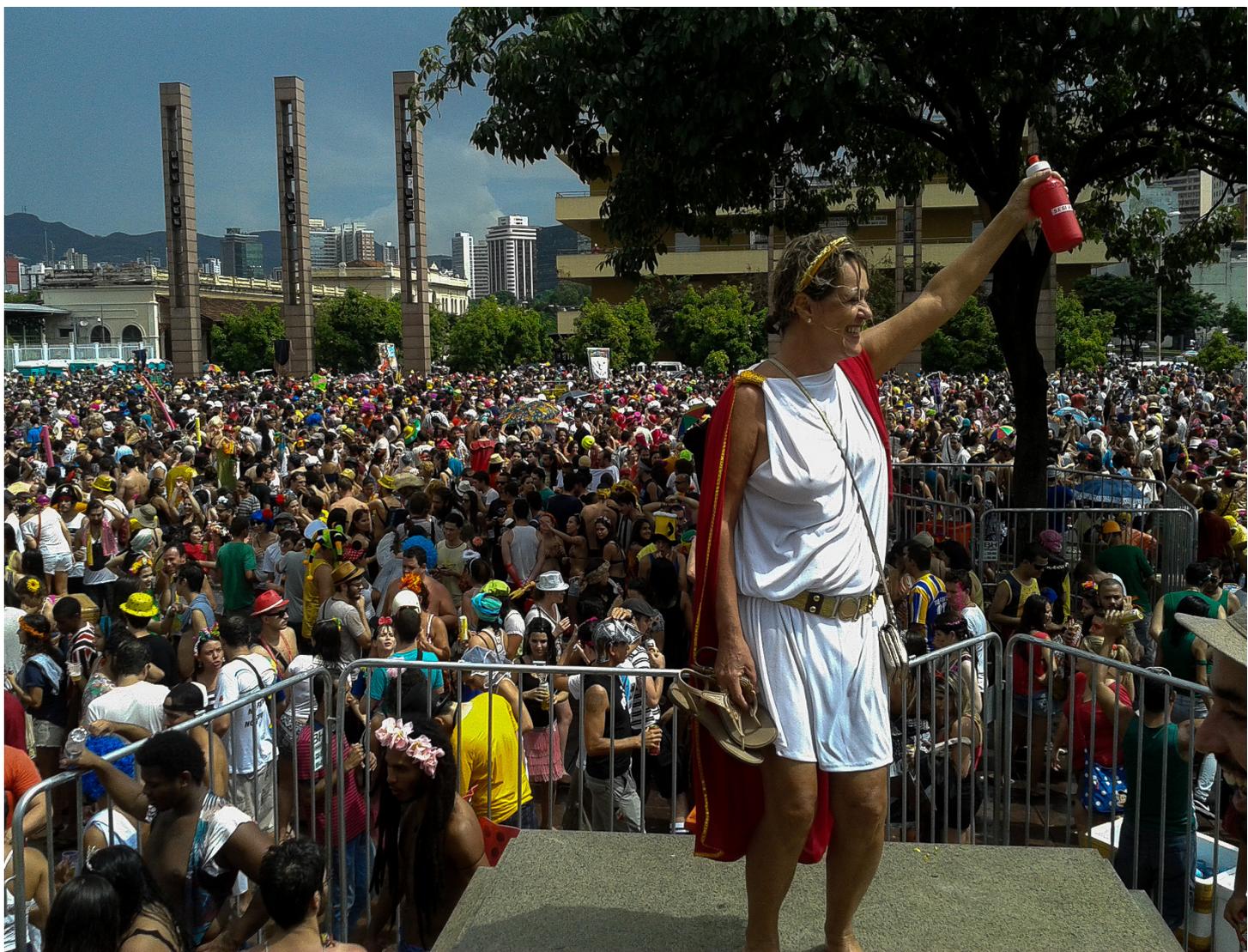
Os registros foram realizados em diversos contextos: “eventos oficiais”, “cotidiano” “manifestações”. As diversas formas de apropriação observadas enfa-

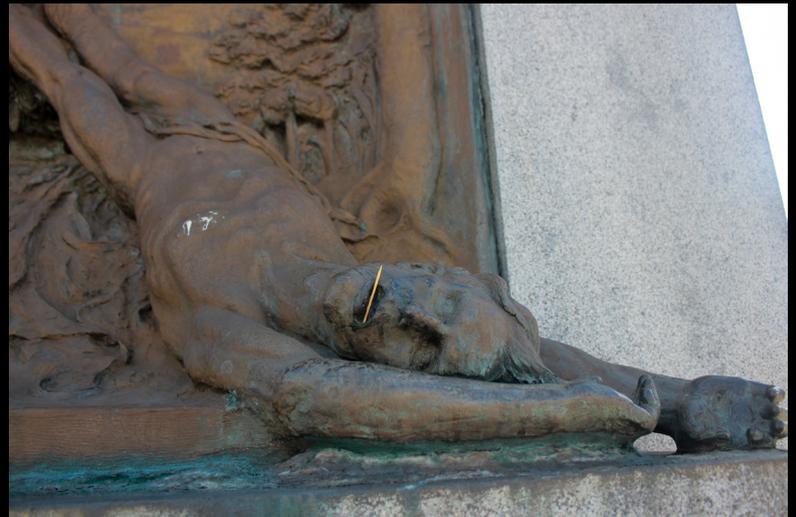
tizam a ideia de que o monumento funciona como o principal ponto de referência espacial e simbólico da praça. Em dias de eventos oficiais é montada uma barreira de proteção ao patrimônio que nem sempre é respeitada. No cotidiano, ele serve como banco, proteção do sol e uma espécie de “parede”, conferindo maior “intimidade” para o improviso. Já nos dias de manifestações, observamos que se adicionam ao monumento novas bandeiras ou “palavras de ordem”. Com cada intervenção o monumento ganha novas camadas de sentido, revelando as tensões e disputas que permeiam e caracterizam os espaços públicos da cidade, assim como suas diversas formas de apropriação.

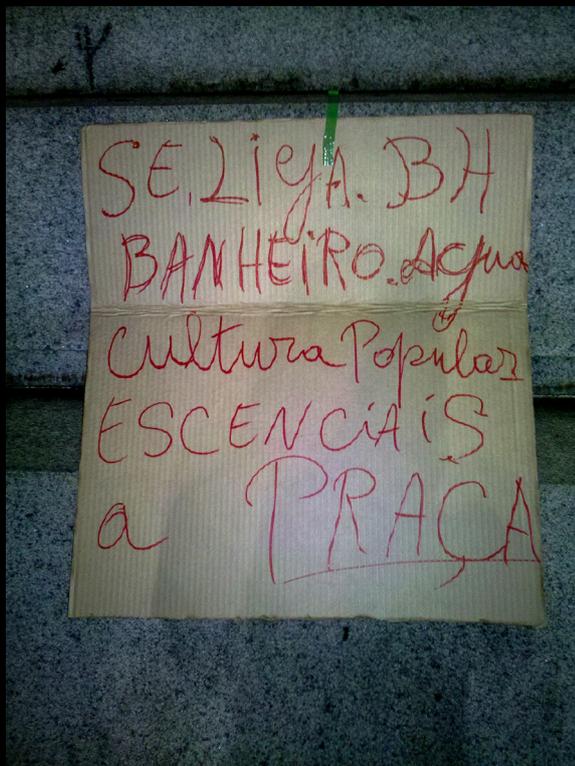
REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar y salir de la modernidad. Buenos Aires: Paidós, 2013.

IEPHA. **Dossiê de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Rui Barbosa – Praça da Estação**, Belo Horizonte. 1988. Não publicado. ■










 Ana Luisa Queiroz

Garimpando memórias fazer cinema e antropologia entre mulheres

O “Garimpando Memórias: olhares femininos sobre o Morro D’Água Quente” é um projeto audiovisual feito por mulheres, que costura cinema e antropologia. O filme é um curta documental que reconstrói, a partir da perspectiva feminina, as narrativas do cotidiano do garimpo na década de 1980, no distrito do Morro D’Água Quente.

Localizado na cidade de Catas Altas, o Morro (como é chamado por suas moradoras) tem sua história atravessada pelo ouro. O material, que já havia sido largamente explorado no século XVII, tornou-se a principal saída econômica para os moradores, após o fechamento da principal fonte de empregos da região, a mineradora Socoimex. Como somente o trabalho de uma pessoa, o homem da família, não era suficiente para garantir o sustento de todos, foi necessário que as mulheres e as crianças se juntassem

no garimpo, que passou a se construir como um espaço de sociabilidade entre os membros da comunidade, para além dos espaços domésticos e religiosos.

A cidade de Catas Altas, emancipada do município de Santa Bárbara, através da lei nº 12.030, em 21 de dezembro de 1995, faz divisa com o município de Mariana e está aos pés da Serra do Caraça, a aproximadamente 120 km da capital mineira, Belo Horizonte. O Morro D’Água Quente deixou de ser um bairro, para se tornar distrito da cidade no final de 2014. Seu nome é uma referência literal a fonte de água quente que existia no mesmo. Esta fonte marca a história da região, que se utilizava dela antes da chegada da rede elétrica, para tomar banho quando frio e para o lazer. O Morro possui um clima ameno, com temperaturas mais baixas durante a maior parte do ano.

Hoje, no lugar onde existia a fonte

Ana Luisa Queiroz

é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestra em Sociologia e Antropologia pela mesma, com a dissertação “Gênero, Território e Mineração: um estudo sobre o protagonismo feminino em conflitos socioambientais no Morro D’Água Quente, Catas Altas - MG”.

analuisaqf@gmail.com

Fotos: Ana Luisa Queiroz, Clarice Green, Deborah Raposo e Tarsilla Alves



e o garimpo, está construído um Balneário, fruto de medida compensatória exigida no EIA/RIMA de expansão do Complexo do Fazendão. O Fazendão é um complexo de exploração de minério de propriedade e operação da Vale S.A., onde antes atuava a já citada Socoimex. Atualmente, a cidade é dependente economicamente da mineração da Vale, seja de maneira direta ou indireta. O garimpo foi proibido e todos os investimentos nesse sentido são quase individuais e criminalizados. Não existe nenhuma política ou programa que trabalhe a questão em outros sentidos, considerando a história, memória e cultura locais com as quais essa atividade se relaciona.

A ideia do projeto surgiu durante o trabalho de campo realizado para minha dissertação de mestrado. Na época, estava desenvolvendo uma pesquisa sobre protagonismo feminino em conflitos socioambientais e tinha como estudo de caso a trajetória e repertórios de ação coletiva confrontacionais desenvolvidos pelas moradoras do Morro em relação à atividade produtiva da Vale na região. O resgate da memória do garimpo entrava como uma peça para o entendimento do alto envolvimento feminino na crítica à empresa, mas não como objetivo de análise principal.

Diante de tantas histórias, da falta de acervo documental sobre a região e tamanha beleza paisagis-

tica, sentia-me, por um lado, angustiada com a impossibilidade de dar conta disto em um texto, e, por outro, instigada a produzir outro tipo de material. Em um primeiro momento, chamei duas moradoras, que se tornaram minhas grandes amigas, Sandra Vita e Claudia Cerqueira, e fiz a proposta de produzirmos um filme. Além do garimpo, existem outros episódios históricos interessantes e relevantes para a memória da comunidade que poderiam (e ainda podem, fica o convite aberto) ser explorados. Minha única exigência era que, seja qual fosse a história que iríamos contar, ela deveria ser definida por elas. Se por um lado, a escrita acadêmica, mesmo com toda ajuda que recebemos pelo caminho, é um trabalho majoritariamente solitário, a minha ideia do fazer cinematográfico era profundamente coletiva. Era fundamental que elas, as moradoras, que carregam as memórias do Morro em seus corpos, construísem comigo este projeto.

Felizmente, ambas aceitaram o convite e, depois de um tempo maturando ele, optaram por abordarmos o garimpo. A partir daí, tínhamos alguns desafios pela frente. Era necessário dividir o trabalho, levantar recursos, equipamentos e saberes. Estávamos determinadas a realizar o filme com os materiais que conseguíssemos, e chegamos a cogitar o uso do ce-

lular, uma ferramenta que tem sido mais explorada atualmente na produção audiovisual. E foi neste momento, depois de muito conversar e tentar entender o que, afinal, era fazer cinema, que nosso grupo se alargou. Somaram-se a nós a Clarice Green, uma amiga das ciências sociais e do cinema, e o trio da produtora Pajé, Deborah Raposo, Sônia Freitas e Tarsilla Alves, com quem divido a direção do curta. Tínhamos uma história pra contar, pessoas experientes e competentes envolvidas, e pouco recurso (mas precioso), levantado através de uma campanha de financiamento coletivo.

Este pequeno ensaio poderia debruçar-se sobre diferentes obstáculos que enfrentamos nas diversas etapas do projeto, e os que ainda esperamos nos deparar. Poderia falar sobre a dificuldade de se construir um projeto de audiovisual com baixo orçamento, sem remuneração para nenhuma das pessoas envolvidas, sobre os entraves em torno da produção do material e sua divulgação. Mas antes, acredito que o que há de mais valioso nessa experiência, e que deve ser ressaltado aqui, é o encontro de mulheres com diferentes saberes, para a construção de um documento histórico e artístico.

Para a elaboração do roteiro, feita por mim e pelas moradoras, foi fundamental abrir mão de uma estrutura formal, baseada em um texto corrido, e optar pelas ideias organizadas em tópicos e pela flexibilidade. Nenhuma de nós três possuía experiência anterior na área e, ainda que fosse algo comum para mim redigir textos acadêmicos, o que estávamos fazendo era diferente.

Mais do que isso, precisava ser diferente, para que pudéssemos nos comunicar e entender. Em relação a mim, era preciso, deixar para trás o apressado pela organização formal e cronológica das palavras, enquanto Sandra e Claudia se esforçavam para criar intervalos na rotina que as permitissem organizar o recorte do filme e suas entrevistas. O roteiro foi sendo construído, então, através das imagens que queríamos trazer para quem o assistisse.

Quanto à divisão de trabalho, separamos as rotei-





ristas, a produção, a montagem, direção, fotografia, som, mas tendo em vista que todos estes trabalhos, apesar de ter pessoas por eles responsáveis, demandavam uma integração e participação de toda a equipe. Acho que este foi um dos grandes diferenciais de nossa experiência.

É claro que projetos colaborativos como este podem – e são – realizados por homens. E o que observamos foi, devido muito à relação de disponibilidade e abertura a escuta, um projeto construído com o máximo de horizontalidade possível, com a participação de todas, em algum grau, em cada etapa, com o máximo de liberdade em relação às outras.

Não basta afirmar que este é um projeto construído por mulheres para falar sobre mulheres. É preciso entender o que isto significa. No nosso caso, representou uma maior liberdade na manifestação das ideias, na criação artística, nos registros dos relatos daquelas que conosco revisitaram seus passados. Neste sentido, posso afirmar com tranquilidade que

o resultado não teria sido o mesmo se o coletivo fosse outro. A riqueza das narrativas que trazemos no filme está na própria experiência do garimpo enquanto espaço familiar, de sociabilidade, nas memórias dessas mulheres, mas também na relação que com elas conseguimos travar durante todo o processo de construção do roteiro e filmagem.

Esse primeiro resultado final, o filme, é um encontro da antropologia com o cinema, de mulheres de diferentes gerações, formações e escolaridades. Foi um esforço de trazer à tela as delicadezas das narrativas com as quais nos esbarramos durante o trabalho etnográfico, a partir dos elementos que fogem às palavras, mas que falam aos olhos e aos ouvidos. Através da paisagem, da mata por onde caminhavam, da textura e cor do canga (rocha de onde extraíam o ouro), do barulho do trem com o qual convivem diariamente, do corpo de quem fala. Trata-se de um filme que construiu relações e que por elas, por esses laços, acabou sendo também construído. ■



Catherine Bidou-Zachariasen

Gentrificação na França

considerações sobre a gênese e história do conceito na sociologia urbana francesa

*Catherine Bidou-Zachariasen é uma das primeiras pesquisadoras a trabalhar sobre a emergência das novas classes médias e dos processos de gentrificação nos grandes centros urbanos na França. Socióloga e pesquisadora emérita do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), foi diretora entre 1999 a 2009 do Institut de Recherche Interdisciplinaire en Sciences Sociales (IRISSO) da Universidade Paris-Dauphine (Paris IX). Atua como membro do comitê científico de várias revistas como *Espaces et Sociétés**

*e *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* e é autora de três livros: “Les Aventuriers du quotidien, essai sur les nouvelles classes moyennes”, “Proust sociologue. De la maison aristocratique au salon bourgeois” e “Retours en ville, des processus de gentrification urbaine aux politiques de revitalisation des centres”. Este último publicado no Brasil pela editora Annablume sob o título “De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbano”.*

Entrevista realizada por

Patricia Novaes

Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ e pesquisadora do INCT Observatório das Metrôpoles.

Samuel Thomas Jaenisch

Sociólogo, doutorando em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ.

Tradução e Revisão: Patricia Novaes e Samuel Thomas Jaenisch

e-metropolis: Você foi uma das primeiras pesquisadoras a estudar, no início dos anos de 1980, os processos de gentrificação na França. Como começou o seu interesse por este tema?

Catherine Bidou: No início dos anos de 1980 eu ainda não conhecia este termo. Comecei a trabalhar as classes médias e suas práticas urbanas que eram relativamente originais e específicas. Minha tese era sobre este grupo. Ou melhor, sobre as novas classes médias, ou seja, o estrato social que emergiu após a II Guerra Mundial, principalmente ligado à expansão do setor público associado ao estado de bem-estar social e do setor terciário. Nós vimos esta classe social emergindo de maneira verdadeiramente importante entre as décadas de 1950 e 1970, sem conseguir classificá-la como parte da burguesia nem da classe operária, então era realmente um estrato social que os sociólogos tinham dificuldade de definir e de identificar.

Eu e outros pesquisadores tínhamos interesse em estudar especificamente as escolhas residenciais desse grupo. Elas se concentravam tanto nos municípios periurbanos, quanto nos antigos centros urbanos que tinham passado por processos de abandono e degradação. Em Paris, o *Quartier d'Aligre*, localizado no centro da cidade, já era nos anos 1980 um bairro que estava em curso de gentrificação, mas como eu não conhecia a teoria na época, tudo o que eu descrevi e analisei foi uma prática em que eles compravam moradias antigas e degradadas, depois as renovavam, e a partir daí construíam uma nova identidade para o bairro. O que antes era um espaço operário e artesão, um pouco abandonado, passou a ter uma nova identidade.

Anos depois eu me debrucei sobre a literatura anglo-saxã que já vinha analisando fenômenos urbanos parecidos com esse há algum tempo. No final dos anos de 1980, eu pesquisei o *Quartier Saint-Leu* na cidade Amiens, que estava em processo de renovação, e com isso eu reencontrei a problemática das classes médias que se apropriavam de áreas centrais degradadas. E foi a partir das leituras que fiz nesta época, que eu utilizei pela primeira vez em um capítulo de livro o termo “gentrificação”. Na mesma época, eu conheci, ao participar de seminários sobre estudos urbanos, uma jovem pesquisadora que tinha terminado sua tese sobre o *Quartier Saint-Georges* na cidade de Lyon. Ao debatermos, encontramos fenômenos parecidos sobre a reapropriação de antigas moradias degradadas – principalmente operárias – pelas novas classes médias. Então percebemos que tínhamos encontrado o mesmo tipo de processo urbano nas duas cidades. Como nós estávamos lendo e nos apropriando dos estudos ingleses, passamos a utilizar o termo “gentrificação”.

e-metropolis: Então, antes dos anos de 1980, os pesquisadores franceses não conheciam a literatura sobre gentrificação?

Catherine Bidou: Não. É preciso compreender que as classes médias eram um objeto indigno. A sociologia francesa naquela época era muito dominada pela sociologia marxista, e por isso só eram considerados dois polos. Havia a burguesia e o proletariado, ou seja, a classe dominante e a classe dominada. E no meio havia os independentes, os artesãos, os comerciantes, os empregados, no limite do que poderia ser considerado como classe média, mas a eles não era dada nenhuma autonomia nem identidade. A classe média era um objeto sem interesse. Quando eu entrei como pesquisadora no CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*¹), iniciei um projeto sobre as classes médias, mas minha abordagem foi considerada por muitos como uma aproximação culturalista. Eu estava interessada em estudar as práticas, as representações, os modos de vida. E tudo isso era considerado culturalista, ou seja, próximo da sociologia norte-americana tida como de direita. Mas aos poucos esse mal-entendido foi sendo superado.

e-metropolis: Então, como era o campo da sociologia urbana nessa época? Quais eram as principais questões e as principais referências teóricas dessa época?

Catherine Bidou: A sociologia urbana era, sobretudo, dominada pela sociologia marxista. Então, os estudiosos em destaque na época eram o Jean Lojkin, o Christian Topalov, entre outros. Eles tinham uma orientação quase econômica. O Topalov fez um ótimo livro, notável, eu diria, que tinha uma abordagem interessante sobre os promotores e a promoção imobiliária. O livro fazia uma ótima análise da produção capitalista da cidade, mas a orientação sociológica de quem seguia essa linha era totalmente voltada para as forças do capital e não havia muito interesse em estudar as práticas dos atores privados. Entretanto, houve também uma pesquisa que foi muito importante, chamada “Renovação urbana e mudança social” do Henri Coing², sobre o processo de renovação urbana que estava ocorrendo no *XIII Arrondissement* de Paris³. Ele estudou as intervenções que estavam

1 Entidade semelhante ao CNPq no Brasil (nota do revisor).
2 Ver: COING, Henry. “*Rénovation urbaine et changement social*”. *L'ilot n°4* (Paris 13e). Paris: Les Éditions Ouvrières, 1966.
3 No debate francês há uma diferença conceitual bem marcada entre os termos “renovação urbana” e “reabilitação ou

sendo feitas nessa região em uma época (décadas de 1960 e 1970 – N.T.) em que as políticas urbanas na cidade de Paris consistiam em demolir as edificações existentes para a construção de grandes torres residenciais. Foi um bom estudo, pois ele analisou os efeitos desse tipo de intervenção sobre as populações que residiam nesses espaços, e a partir daí começou a surgir uma quantidade significativa de pesquisas voltadas para o estudo das práticas sociais em contextos de renovação urbana.

Mas eu me interessei mais pelo estudo das classes médias. Naquela época o poder público financiava estudos sobre as problemáticas urbanas e eu consegui um financiamento para estudar as cidades periféricas onde a presença desse grupo era evidente. A partir disso, constituiu-se na década de 1980 uma rede de pesquisadores sobre o tema das classes médias. Alguns abordavam o tema através de demografia, outros através do trabalho, eu abordava através do espaço e das práticas residenciais.

e-metropolis: E como foi a recepção dos estudos sobre as classes médias que vocês estavam realizando na época?

Catherine Bidou: A nossa pesquisa foi bem recebida. De repente, todo mundo começou a dizer: por que não trabalhar sobre este tema? Ele era interessante e original e por isso foi muito bem recebido.

O que também deu força para o crescimento deste tema na sociologia foi a constituição do Observatório Sociológico da Transformação⁴, onde foi desenvolvida a teoria da *moyennisation* de Henri Mendras. Esta teoria apontava que as classes médias eram de fato um objeto relevante e defendia que todo o mundo na França estava se tornando classe média. O que significava que havia um processo de ascensão social – os trabalhadores vestiam jeans, tinham uma casinha com jardim, faziam um churrasco no domingo – e, portanto, que uma abordagem centrada na polarização entre a classe social burguesa e a proletária não tinha mais sentido.

revitalização urbana”. O primeiro diz respeito a um tipo de intervenção feito pelo Estado em que o tecido urbano original é destruído para dar lugar a novas edificações, algo que foi recorrente nas grandes cidades francesas entre 1950 e 1970. Os segundos dizem respeito a intervenções que preservam as edificações existentes, mas modificam o seu uso a partir de intervenções pontuais e melhorias no seu entorno (nota do revisor).

⁴ No original: *Observatoire Sociologique du Changement*. Centro de pesquisa criado em 1989 junto à *Fondation Nationale des Sciences Politiques* (SciencesPo), em Paris.

Foi nessa época que passamos a ler os estudos anglo-saxões e eu me identifiquei com a maneira como essa literatura abordava as classes médias. Eu conheci também alguns sociólogos ingleses em alguns seminários em Paris, nos anos de 1990, que eram pesquisadores de sociologia quantitativa. Pedi que eles me enviassem seus livros e foi assim que eu comecei a ler esta literatura, e percebi que esse processo urbano que eu estava interessada em descrever era definido pelo conceito de gentrificação, então eu me apropriei.

Nessa época, Edmond Préteceille também se interessou por esta terminologia. Mas durante um longo tempo ele a considerava um conceito relativo aos países anglo-saxões e que não era pertinente para o caso da França, porque a história urbana dos dois países era muito diferente. No caso francês, as classes superiores sempre habitaram o centro das cidades, enquanto nos países anglo-saxões as classes médias e altas sempre procuraram fugir das áreas centrais. Portanto, não poderíamos utilizar o mesmo conceito sobre processos residenciais que são diferentes. Mas, com o tempo, o termo passou a ser bem aceito e reconhecido na França.

e-metropolis: A partir de seus estudos sobre as novas classes médias na França você escreveu o livro *Os aventureiros do cotidiano*⁵. Poderia nos falar um pouco sobre as características deste grupo? Qual é a origem social de seus familiares, seus ideais e aspirações profissionais e pessoais?

Catherine Bidou: Diria que a origem desse grupo corresponde ao período da passagem do fordismo para o pós-fordismo. As novas funções no setor público e os postos de trabalho no setor privado necessitavam de mão de obra mais qualificada, e então as universidades tiveram um crescimento importante. Com isso ocorreu um processo de mobilidade social nunca antes visto no país. O que existia antes era um pequeno número de categorias profissionais mais qualificadas e um grande grupo de profissões não qualificadas. Mas naquele momento as camadas que vinham de famílias cujos pais tinham ocupações de baixa qualificação passaram a ter acesso à universidade e com isso houve uma forte mobilidade social. Com esta mudança – a entrada na universidade e o acesso a postos de trabalho de maior qualificação – os filhos da classe operária já não se reconheciam nas

⁵ BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *Les aventuriers du quotidien*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

representações de sua classe de origem. Eles passaram a dividir tarefas profissionais com pessoas de origem completamente diferente, com horizontes diversos. Em minha análise, o que eu tentei demonstrar foi que eles tentaram produzir novas representações ou visões de mundo que correspondessem aos seus interesses. No meu livro eu demonstrei, a partir de uma série de entrevistas realizadas, que havia uma distinção bem clara entre eles (as novas classes médias – N.T.) e as representações que eram características tanto da classe burguesa quanto da classe operária. E a dimensão da vida cotidiana tinha uma importância central nisso. Daí surgiu o nome do livro.

e-metropolis: Então podemos dizer que neste primeiro momento as famílias que foram para os bairros centrais populares fizeram esta escolha para marcar um modo de vida particular ou uma diferença com outros grupos da estrutura social?

Catherine Bidou: Não exatamente. Na época era uma escolha por ficar na cidade, era uma questão de preço imobiliário. Não era para se distinguir. Nas cidades de Paris e Lyon o preço imobiliário dos bairros operários era muito baixo, pois ainda existia uma grande diferença de preço entre os bairros burgueses e os bairros operários, o que não acontece mais nos dias de hoje. Na época, era uma forma de poder adquirir um apartamento em um bairro que ainda era acessível, apesar de degradado e popular. Com a entrada da nova classe média nestes bairros, as famílias passaram a transformar e a renovar suas moradias e consequentemente a sua vizinhança como um todo. No início, era uma questão de querer continuar na cidade, próximo do trabalho... E com a presença deles, o bairro foi se transformando pouco a pouco... Os comércios e os serviços foram se modificando, mas foi involuntário e não um projeto premeditado. Eles não se sentiam mal nos bairros populares, porque muitos deles eram provenientes de famílias que também habitavam bairros da classe trabalhadora. Mas a mobilidade social ascendente deste grupo levou os bairros a passarem por um processo de revitalização.

e-metropolis: Você observa diferenças do perfil das pessoas que buscavam os bairros populares hoje?

Catherine Bidou: Não, eu acho que permanece a mesma coisa hoje. O bairro que estudei recentemente, na cidade de Lyon, as pessoas buscavam pelo preço mais barato da moradia. Os artistas que não

tinham muito dinheiro procuravam locação de ateliê com preço baixo e a escolha era por condições objetivas, ou seja, moradias nas quais era possível pagar um aluguel. E foram suas práticas que fizeram o bairro se transformar. As pessoas que passaram a ir para lá em um segundo momento, instalaram-se não mais por necessidade, mas por escolha, porque aquele bairro tinha se tornado interessante. Isso aconteceu também no X e XI *Arrondissement* de Paris, que agora chamamos de bairros “Bobos”⁶. Há 30, 40 anos eram bairros degradados, e falava-se que as pessoas que se mudavam para lá tinham coragem por escolher um bairro tão popular. Eram profissionais qualificados de nível superior, eram professores universitários, engenheiros, artistas... Mas na época era uma escolha por um local de moradia que fosse central.

e-metropolis: Isso toca um pouco na teoria de Neil Smith?

Catherine Bidou: Para Neil Smith, o processo de gentrificação é uma estratégia econômica do grande capital e não de pequenos atores privados. Para ele os agentes da transformação são, sobretudo, os promotores imobiliários, os capitalistas. Mas, por outro lado, existem outros autores que defendem que a gentrificação ocorre devido à ação de indivíduos que desejam um outro modo de vida... Eu sou mais desta ideia: de que as pessoas escolheram morar no centro da cidade, e lá impuseram seu modo de vida. Um modo de vida que não existia antes e transformou aqueles espaços. Eu acho que Neil Smith era um marxista puro e duro, faltava um pouco de antropologia urbana na sua análise.

e-metropolis: Na sua opinião qual foi o papel do Estado no início do processo de gentrificação? Como o Estado entendeu o interesse das classes médias pelas regiões centrais?

Catherine Bidou: É preciso situar isso na história da moradia social na França. Nas primeiras décadas que

⁶ O termo “Bobos” é um acrônimo da expressão “burgueses boêmios”, cunhada pelo pesquisador norte-americano David Brooks no livro *Bobos no Paraíso: a nova classe alta e como ela chegou lá*. Ele faz referência à emergência de nova elite, caracterizada por alto capital econômico e alto capital escolar e cultural. O termo passou a ser muito usado na França como referência a setores da classe média alta – artistas, intelectuais, profissionais liberais –, que articulam em seu estilo de vida práticas cosmopolitas, elementos da contracultura, um interesse pela diversidade cultural etc. (nota do revisor).

se seguiram à II Guerra Mundial, o governo francês era muito voluntarista e se construía muita moradia nas periferias em grandes conjuntos habitacionais. No período de governo de François Mitterrand⁷, colocou-se em prática o que chamamos de *Politique de la ville*, para tentar melhorar os problemas urbanos que estavam surgindo nas periferias. No entanto, nos demos conta de que as classes médias estavam saindo dos grandes prédios construídos nos conjuntos habitacionais da periferia. As famílias começaram a voltar por vontade própria para as áreas centrais ou para pequenas cidades periurbanas, para ocupar um tecido urbano mais “tradicional”.

Progressivamente, o poder público foi tendo consciência de que os centros das cidades eram o objeto de interesse das classes médias e não as periferias (modernistas construídas no pós-guerra – nota do revisor). Na época, foram fortalecidas, pelo ministro da cultura Jack Lang⁸, as noções de conservação e valorização do patrimônio. Antes, isto não existia. Então, nessa época houve muito recurso para renovação dos centros antigos. Isto tinha relação com uma certa “ideologia das novas classes medias” que também se interessava em preservar e valorizar os centros antigos. E o poder público se deu conta de que algumas cidades estavam melhorando devido à recuperação ocorrida nos bairros degradados após a chegada das novas classes médias... Neste momento, eles viram a possibilidade de efetivar uma política pública de reabilitação das áreas centrais.

Tomemos como exemplo a renovação de *Les Halles*⁹, na região central de Paris. Nas décadas de 1960 e 1970 o governo destruiu esplêndidas construções para renovar os bairros centrais e isso tinha um espírito totalmente contrário ao que conduziu os processos de gentrificação na França, pois a gentrificação da forma como ocorreu aqui pressupunha a reabilitação/revitalização e não a destruição como ocorreu em *Les Halles*. No período de governo de Giscard D’Estein, estas destruições pararam. Giscard evitou, por exemplo, a destruição da antiga estação de trem d’Orsay e conservou o prédio para fazer o novo Mu-

seu d’Orsay. Dez anos antes, ele teria sido destruído para a construção de um museu novo e moderno. Então, a partir desse período houve uma mudança de espírito.

Então, a partir dos anos de 1980, iniciou-se nas grandes cidades francesas uma série de políticas urbanas que não previam mais a destruição do tecido urbano original para a construção de novas edificações modernas, mas, ao contrário, a revitalização progressiva dessas áreas. Mas esta mudança de atitude da parte do poder público foi influenciada pelos mesmos atores sociais que foram os agentes da gentrificação e que sempre defenderam a recuperação dos centros urbanos.

Com o passar do tempo começou a acontecer uma certa “mercantilização” desses processos por parte do poder público e do grande capital. Cabe lembrar que nessa mesma época começou a surgir também o que chamamos de “marketing urbano”. As cidades estavam competindo entre si e os prefeitos se tornaram figuras importantes mundialmente, como ocorrido, por exemplo em Barcelona. Então, os gestores públicos começaram a se interessar pela recuperação de elementos urbanos que eram valorizados pelas classes médias e altas.

e-metropolis: Podemos dizer que hoje em dia os “aventureiros do cotidiano” foram substituídos pelos “Bobos”?

Catherine Bidou: Sim. Em uma capital como Paris, os bairros que foram inicialmente gentrificados pelas novas classes médias agora se tornaram muito caros. Hoje, estes bairros estão ocupados pelas classes altas e não mais pelo estrato social que se mudou para lá décadas atrás. Exemplo disso é o *Quartier Latin* no *V Arrondissement* de Paris. Há 40 anos, este bairro tinha uma parte popular, mas agora são só os estrangeiros que vivem lá, comprando e alugando as moradias. O Marais também está assim atualmente. Hoje ele é um bairro chique, diferente do que foi no passado... É um bairro inteiramente gentrificado. E ele tem uma história interessante: a aristocracia vivia lá no século XVII, depois eles saíram, e se tornou um bairro de artesãos, depois um bairro popular e um bairro judeu, e, mais recentemente, a classe média intelectual interessou-se pela qualidade das edificações e ele progressivamente se transformou em um bairro chique para as classes altas.

e-metropolis: E você acha que as intervenções urbanas realizadas nos

7 Mitterrand foi o primeiro presidente francês eleito pelo Partido Socialista e governou entre 1981 e 1995 (nota do revisor).

8 Foi ministro da cultura nos governos de François Mitterrand entre 1981 e 1993 (nota do revisor).

9 *Les Halles* era um grande entreposto comercial de alimentos frescos, localizado na região central da cidade de Paris. Foi construído no século XIX e totalmente destruído em 1971 para dar lugar a um grande centro comercial subterrâneo integrado a uma grande estação de trem e metrô. A obra foi realizada durante o governo de Georges Pompidou que promoveu também a renovação do bairro vizinho Beaubourg (Nota do Revisor).

últimos anos em grandes cidades europeias, como as Docklands em Londres, o Port Vell em Barcelona e Bercy em Paris, são exemplos de gentrificação?

Catherine Bidou: Para mim, isso não é gentrificação, na forma que eu entendo. Isso é unicamente promoção imobiliária. Estas intervenções foram feitas em bairros degradados e populares, que agora se tornaram muito elitizados e ocupados basicamente por executivos. Foram destruídos e reconstruídos por grandes grupos capitalistas. Eu chamaria isso de *urban upgrading*. O processo de gentrificação, tal como descreveu Ruth Glass em 1964, não é isso. Para mim o processo de gentrificação envolve a recuperação e transformação do tecido urbano existente. As Docklands são um processo diferente, com destruição e reconstrução. Em Bercy, é a mesma coisa, foram grandes grupos capitalistas que destruíram tudo e depois reconstruíram. Isso não é uma transformação feita a partir de pequenos atores privados, então eu não usaria o termo “gentrificação” para isso. Mas alguns pesquisadores usam.

e-metropolis: Como você vê o desenvolvimento do conceito de gentrificação dentro da sociologia francesa contemporânea? Existe uma definição consensual sobre este conceito?

Catherine Bidou: Eu acho que o uso do conceito se ampliou muito ao longo dos anos. Por exemplo, Anne Clerval utiliza ele na sua tese de doutorado e em seu livro *Paris Sans Le Peuple*¹⁰. Ela aplica o conceito para discutir o caso do *XV Arrondissement* Paris, que era um distrito com várias fábricas da Citroën e moradias populares e agora foi elitizado, pois grandes grupos empresariais e executivos que possuem uma renda alta se instalaram lá. Mas eles não têm, absolutamente, o espírito dos gentrificadores que eu estudei. Lá não ocorreu a transformação dos prédios e dos apartamentos existentes, ao contrário, foram construídos torres de 30 andares.

e-metropolis: Então como você definiria este processo?

Catherine Bidou: Para mim, isso é promoção imobiliária. Eu chamaria de emburguesamento. O pesquisador Bruno Cousin estudou as transformações urba-

nas ocorridas nas cidades de Levallois e Courbevoie, onde os antigos bairros operários foram totalmente destruídos e agora só há grandes executivos em lindas residências construídas pelos promotores imobiliários. E nestes casos foram os prefeitos que fizeram especulação imobiliária. No caso de Levallois, por exemplo, o prefeito ofereceu terrenos aos promotores imobiliários e agora essa cidade se tornou muito rica. Há 40 anos, era uma cidade operária. E a cidade de Courbevoie, que também era relativamente popular, hoje é uma cidade voltada para as elites. Para mim, tudo isso não é gentrificação. Bruno Cousin, que trabalhou o tema, chama isso de “refundação”.

e-metropolis: O tema da gentrificação ainda hoje é relevante para as pesquisas na área da sociologia urbana francesa?

Catherine Bidou: Sim. Eu acho que é um processo importante que agora vem ocorrendo em pequenas e médias cidades. Mas nas pequenas cidades onde ocorrem processos de gentrificação, o governo municipal vem investindo na recuperação de habitações antigas e degradadas para transformar em moradia social. Ou seja, procuram incentivar uma mistura social e não a retirada da população mais vulnerável. Neste caso, os processos de gentrificação possuem um lado positivo, pois incentivaram políticas que buscam a mistura social, então algumas prefeituras recuperam os imóveis – não mais destroem e reconstróem como era feito no passado –, justamente para não quebrar o tecido urbano existente.

Na cidade de Amiens foi assim. Alguns atores locais, movimentos sociais e a prefeitura, que era comunista na época, renovaram vários prédios que estavam muito degradados.

e-metropolis: E existem hoje iniciativas do poder público na França para controlar possíveis excessos nos processos de gentrificação?

Catherine Bidou: Sim. Por exemplo, hoje, em Paris, a prefeitura tem como ideal a mistura social. Quando um bairro começa a se tornar homogeneamente elitizado, há políticas para conservar um certo grau de mistura social. O poder público recupera ou constrói moradia social para as categorias populares. Já ocorreu também do poder público comprar, em bairros burgueses, prédios do período Haussmaniano para fazer moradias sociais para as categorias populares, algo que vai na direção contrária aos processos de gentrificação.

10 CLERVAL, Anne. Paris sans le peuple. La gentrification de la capital. Paris: Editions La Découverte, 2013.

e-metropolis: Quais são as consequências da gentrificação em Paris e em outras cidades na França?

Catherine Bidou: A principal consequência negativa é quando gera exclusão social, como ocorreu, por exemplo, na região de Bastille em Paris, que vem se elitizando com *boutiques* de todas as marcas de grandes redes mundiais. Acho que isso é excessivo e teve como efeito a expulsão dos filhos da classe operária, que foram obrigados a sair de seus bairros de infância.

Porém, há consequências também positivas que refletem sobre as políticas públicas urbanas. Os processos de gentrificação levaram o governo municipal parisiense a pensar em um novo tipo de política para cidade. Por exemplo, as políticas de renovação com destruição total foram substituídas por políticas de

revitalização que levaram em conta o tecido urbano e a relação dos habitantes com o território e suas escolhas habitacionais. Por este lado, eu acho que a gentrificação foi útil, pois teve como efeito o desenvolvimento de políticas de habitação mais adequadas, mais inteligentes.

e-metropolis: Mas a crítica diz que a gentrificação reforça a segregação urbana. Isto ocorre em Paris?

Catherine Bidou: Isto ocorre, sim. Mas pelo menos a gestão atual da prefeitura de Paris tem como objetivo criar mistura social. Eles tentam combater a segregação construindo habitação social em bairros que tendem a tornar-se muito burgueses. ■

REALIZAÇÃO



APOIOS

